



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP



DAIANA FERREIRA DE MACÊDO

**DEMOCRACIA SEM DISPUTA: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE
CANDIDATURA ÚNICA PARA AS PREFEITURAS BRASILEIRAS (2012 e 2016)**

TERESINA-PI
2019

DAIANA FERREIRA DE MACÊDO

**DEMOCRACIA SEM DISPUTA: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE
CANDIDATURA ÚNICA PARA AS PREFEITURAS BRASILEIRAS (2012 e 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí - UFPI como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

TERESINA-PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Processos Técnicos

M141d Macêdo, Daiana Ferreira de.

Democracia sem disputa: uma análise das eleições de
candidatura única para prefeituras brasileiras (2012 e 2016)
/ Daiana Ferreira de Macêdo. – Teresina : 2019.
139 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Políticas, 2019.

“Orientação: Prof. Dr. “ Vitor Eduardo Veras de Sandes.
”

1. Eleições . 2. Alienação Eleitoral. 3. Candidatura
Única. I. Título.

CDD 324

DAIANA FERREIRA DE MACÊDO

**DEMOCRACIA SEM DISPUTA: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE
CANDIDATURA ÚNICA PARA AS PREFEITURAS BRASILEIRAS (2012 E 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

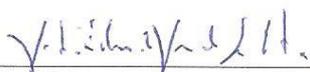
Área de Concentração: Estado, Movimentos Sociais,
Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade.

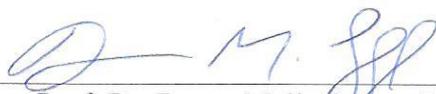
Orientador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Aprovado em 28 de fevereiro de 2019.

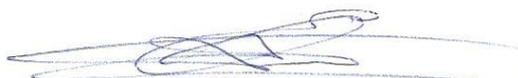
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Bruno Mello Souza (UFPI)
Examinador Interno



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM)
Examinador Externo à Instituição

RESUMO

A alienação eleitoral, fenômeno que compreende a soma dos votos brancos, nulos e abstenções, vem sendo recorrente nos pleitos eleitorais brasileiros e tem sido objeto de poucas pesquisas no Brasil, sobretudo, a nível subnacional. Esta pesquisa objetiva analisar a alienação nos municípios brasileiros, com foco naqueles que apresentaram candidatura única ao Executivo nas eleições de 2012 e 2016. A pergunta que norteia este trabalho é: municípios brasileiros com candidatura única apresentaram maiores taxas de alienação eleitoral em relação àqueles com eleições competitivas nos pleitos de 2012 e 2016? A hipótese trabalhada é: municípios com candidatura única apresentam maiores taxas de alienação eleitoral, se comparados aos demais, e isso indicaria que a redução no número de opções ao eleitorado poderia gerar um desestímulo à participação eleitoral. Para isso, foram analisados dados eleitorais do TSE referentes aos pleitos de 2012 e 2016, e coletadas informações de caráter socioeconômico desses locais, contidas nos sites do IBGE e do portal Atlas Brasil-PNUD. Adotaram-se, como variáveis dependentes, a taxa de alienação eleitoral- votos brancos, nulos e abstenções; e como variável independente, a competitividade eleitoral – medida pelo número de candidatos. As principais conclusões foram: (1) a correlação de *Spearman-Rho* mostrou que há associação positiva entre a competitividade e as variáveis: alienação eleitoral, abstenções, votos brancos e nulos, porém, são correlações fracas; (2) o teste de *Kruskal-Wallis* mostrou que a média de *ranks* para alienação eleitoral é distinta entre os grupos e que a existência de apenas um candidato na disputa ao Executivo teve impacto nessa variável durante os pleitos de 2012 e 2016, confirmando a hipótese testada; (3) o teste de *Kruskal-Wallis* indicou, ainda, que diferentes níveis de competitividade podem impactar na alienação eleitoral, votos nominais e votos inválidos. Porém, em locais de candidatura única, o impacto é maior quanto aos votos brancos e nulos, podendo ser um indicativo de protesto do eleitorado contra esse cenário político; (4) o teste de regressão linear múltipla mostrou que a competitividade não é suficiente para prever a alienação eleitoral, sendo necessário, portanto, um modelo que envolva também variáveis políticas e socioeconômicas, pois existem inúmeros fatores que atuam, de forma conjunta, e influenciam no comportamento dos eleitores.

Palavras-chave: Alienação eleitoral. Eleições. Candidatura única. Competitividade eleitoral. Comportamento eleitoral.

ABSTRACT

Electoral alienation, a phenomenon that includes the sum of blank, null and abstention votes, has been recurring in Brazilian electoral lawsuits and has been the subject of very little research in Brazil, especially at the subnational level. This research aims at analyzing alienation in Brazilian municipalities, focusing on those who submitted a single candidacy to the Executive in the 2012 and 2016 elections. The question that guides this work is: Brazilian municipalities with a single candidature presented higher electoral alienation rates in relation to those with elections competitive in the 2012 and 2016 lawsuits? The hypothesis elaborated is municipalities with a single candidacy present higher electoral alienation rates when compared to the others, and this would indicate that the reduction of the number of options to the voters could generate discouragement to the electoral participation. For that, we analyzed electoral data of the TSE referring to the lawsuits of 2012 and 2016 and collected socioeconomic information from these sites contained in the IBGE websites and the Atlas Brazil-PNUD portal. The electoral alienation rate - blank, null votes and abstention were adopted as dependent variables and the electoral competitiveness - number of candidates as independent variable. The main conclusions were: (1) the Spearman-Rho test showed that there is a positive correlation between the competitiveness and the variables: electoral alienation variables, abstentions, blank and null votes, but they are weak correlations; (2) the Kruskal-Wallis test showed that the ranks average for the electoral alienation is different between the groups and that the existence of only one candidate in the Executive's dispute had an impact on this variable in the 2012 and 2016 elections, confirming the hypothesis tested; (3) the Kruskal-Wallis test showed that different competitiveness levels may impact in the electoral alienation, nominal and invalid votes. However, in places of single candidacy, the impact is greater on blank and null votes, and may be indicative of voter protest against this political scenario; (4) the multiple linear regression test showed that competitiveness is not sufficient to predict the electoral alienation, therefore, a model is required that also involves political and socioeconomic variables, since there are several factors that act together and influence on the behavior of voters.

Keywords: Electoral alienation. Elections. Single candidacy. Electoral competitiveness. Electoral behavior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelas oportunidades proporcionadas e por nunca me deixar desistir diante dos desafios enfrentados.

Aos meus pais, Manoel e Idalina, pela dedicação, valores e pelos ensinamentos que foram indispensáveis durante todo esse processo de formação acadêmica e para a construção enquanto ser humano, a quem tenho imenso orgulho e gratidão.

A toda minha família, especialmente aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, pelo incentivo e pelo apoio, que se fizeram essenciais ao longo dessa jornada acadêmica e profissional.

Ao IFPI, que em parceria com a UFPI, ofereceu esta oportunidade de qualificação de seus servidores através do Mestrado em Ciência Política. Agradeço por todo apoio e incentivo dado durante esta jornada.

À UFPI, por possibilitar uma formação consolidada, envolvendo um quadro profissional qualificado e por sempre despertar a busca por novos conhecimentos, que são de grande valia à Ciência Política.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política que, juntamente com seus professores qualificados e equipe responsável pela Coordenação do Programa, esteve sempre à disposição da turma, auxiliando no que fosse necessário.

Ao meu orientador, Vítor Sandes, por ter aceitado este desafio a que nos propomos desenvolver durante esta jornada. Agradeço pelo profissionalismo, conhecimentos repassados, orientação e pelos incentivos na busca por novos horizontes. Sou grata, acima de tudo, pela sua amizade, sabedoria, atenção e disponibilidade que, mesmo diante de uma agenda “lotada” de compromissos, nunca deixou a desejar neste processo de orientação, elementos que foram essenciais para o êxito desta pesquisa.

Ao TSE, portal Atlas Brasil-PNUD e IBGE, pela disponibilização de dados que foram de fundamental importância para a concretização desta pesquisa e muitos outros trabalhos que virão.

Aos professores Bruno Speck, Bruno Mello e Ednaldo Ribeiro pelos comentários, elogios, críticas e sugestões apresentadas durante a qualificação e a defesa desta pesquisa. Contribuições estas que foram essenciais para a melhoria da qualidade deste trabalho e para pensar em caminhos a serem percorridos em futuras pesquisas.

E aos que contribuíram direta e indiretamente para a concretização deste sonho, minha gratidão a todos e a todas.

Nascemos para manifestar a glória do Universo que está dentro de nós. Não está apenas em um de nós: está em todos nós. E conforme deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo. E conforme nos libertamos do nosso medo, nossa presença, automaticamente, libera os outros.

Nelson Mandela

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Histograma de distribuição dos municípios brasileiros com candidatura única em 2012 por unidade da federação.....	67
Gráfico 2 -	Distribuição dos municípios brasileiros com candidatura única em 2012 por região.....	68
Gráfico 3 -	Histograma de distribuição de frequências dos municípios brasileiros com candidatura única, por sigla partidária, em 2012.....	69
Gráfico 4 -	Histogramas comparativos sobre a alienação eleitoral dos municípios que apresentaram candidatura única em 2012, e em 2016 apresentaram eleições competitivas.....	72
Gráfico 5 -	Histograma de distribuição dos municípios brasileiros com candidatura única, por unidade da Federação, no ano de 2016.....	73
Gráfico 6 -	Distribuição, por região, dos municípios do Brasil com candidatura única em 2016.....	74
Gráfico 7 -	Histograma de distribuição de frequências dos municípios brasileiros com candidatura única, por sigla partidária, em 2016.....	75
Gráfico 8 -	Histogramas comparativos sobre a alienação eleitoral dos municípios que apresentaram candidatura única em 2016, e em 2012 apresentaram eleições competitivas.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho da pesquisa.....	59
Figura 2 - Desenho operacional da pesquisa.....	60

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Resumo das principais variáveis apresentadas pela literatura que impactam no comportamento eleitoral e na alienação..... 43
- Quadro 2** - Resumo das variáveis utilizadas na regressão linear múltipla para elaboração do modelo explicativo da alienação eleitoral brasileira em 2012 e 2016..... 89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição da população brasileira pelas zonas urbana e rural (Censo de 2010)	62
Tabela 2 -	IDHM dos municípios brasileiros baseando-se no IDHM-E, IDHM-R e IDHM-L (Censo de 2010)	62
Tabela 3 -	Competitividade nas disputas eleitorais para o cargo de prefeito nos municípios brasileiros nos anos de 2012 e 2016.....	63
Tabela 4 -	Distribuição de frequências em relação ao número de candidatos ao cargo de Prefeito municipal nos pleitos de 2012 e 2016.....	64
Tabela 5 -	Estatísticas descritivas do eleitorado apto nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012 e 2016.....	65
Tabela 6 -	Estatísticas descritivas das variáveis eleitorais nos municípios brasileiros durante os pleitos de 2012 e 2016.....	65
Tabela 7 -	Estatísticas descritivas para a alienação eleitoral presente nos pleitos eleitorais brasileiros de 2012 e 2016.....	66
Tabela 8 -	Dados descritivos em relação ao total de eleitores aptos nos municípios brasileiros que apresentaram candidatura única em 2012.....	70
Tabela 9 -	Dados descritivos referentes às variáveis eleitorais nos municípios brasileiros com candidatura única em 2012, e em eleições competitivas em 2016.....	71
Tabela 10 -	Taxa de alienação eleitoral dos municípios que apresentaram candidatura única ao Executivo na disputa de 2012.....	71
Tabela 11 -	Perfil socioeconômico dos municípios brasileiros com candidatura única ao Executivo no ano de 2012.....	72
Tabela 12 -	Perfil do IDHM e seus indicadores nos municípios brasileiros com candidatura única a Prefeito nas eleições de 2012.....	73
Tabela 13 -	Dados descritivos relativos ao tamanho do eleitorado apto nos municípios brasileiros com candidatura única durante o pleito de 2016.....	76
Tabela 14 -	Dados descritivos referentes às variáveis eleitorais nos municípios brasileiros com candidatura única em 2016, e em eleições competitivas em 2012.....	76
Tabela 15 -	Taxa de alienação eleitoral dos municípios com candidatura única ao Executivo no pleito de 2016.....	77
Tabela 16 -	Perfil socioeconômico dos municípios brasileiros que apresentaram candidatura única ao Executivo no pleito de 2016.....	78
Tabela 17 -	Perfil do IDHM e seus indicadores nos municípios brasileiros com candidatura única a Prefeito nas eleições de 2016.....	78
Tabela 18 -	Resultado do teste de Correlação de <i>Spearman-Rho</i> entre a competitividade eleitoral e as variáveis políticas e comportamentais nos	83

	municípios brasileiros durante o pleito de 2012.....	
Tabela 19 -	Resultado do teste de Correlação de <i>Spearman-Rho</i> para as variáveis políticas e comportamentais dos municípios brasileiros durante o pleito de 2016.....	84
Tabela 20 -	Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> comparando as variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2012.....	85
Tabela 21 -	Resultado do teste estatístico comparativo de <i>Kruskal-Wallis</i> relativo às variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2012.....	86
Tabela 22 -	Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> comparando as variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2016.....	87
Tabela 23 -	Resultado do teste estatístico comparativo de <i>Kruskal-Wallis</i> relativo às variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2012.....	88
Tabela 24 -	Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a alienação eleitoral nos municípios brasileiros em 2012.....	90
Tabela 25 -	Coefficientes dos modelos propostos para explicar a alienação eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012.....	91
Tabela 26 -	Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a taxa de votos brancos e nulos nos municípios brasileiros em 2012.....	92
Tabela 27 -	Coefficientes dos modelos propostos para explicar a taxa de votos brancos e nulos envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012.....	93
Tabela 28 -	Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a abstenção nos municípios brasileiros em 2012.....	94
Tabela 29 -	Coefficientes dos modelos propostos para explicar a abstenção eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012.....	94
Tabela 30 -	Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a alienação eleitoral nos municípios brasileiros em 2016.....	96
Tabela 31 -	Coefficientes dos modelos propostos para explicar a alienação eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016.....	97
Tabela 32 -	Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a taxa de votos brancos e nulos nos municípios brasileiros em 2016.....	98

Tabela 33 -	Coeficientes dos modelos propostos para explicar a taxa de votos brancos e nulos envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016.....	98
Tabela 34 -	Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a abstenção nos municípios brasileiros em 2016.....	99
Tabela 35 -	Coeficientes dos modelos propostos para explicar a abstenção eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016.....	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Acre
BA	Bahia
CF	Constituição Federal
DEM	Democratas
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano - dimensão Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano - dimensão Longevidade
IDHM-R-	Índice de Desenvolvimento Humano - dimensão Renda
MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PEN	Partido Ecológico Nacional
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SPSS	Pacote Estatístico para as Ciências Sociais
TER	Teoria da Escolha Racional
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	COMPORTAMENTO ELEITORAL E ALIENAÇÃO: A ESCOLHA DO ELEITOR SOB O OLHAR DAS TEORIAS COMPORTAMENTAIS.....	22
1.1	Participação eleitoral <i>versus</i> alienação: uma abordagem da literatura na perspectiva das democracias consolidadas e em processo de consolidação.....	24
1.2	Participação e alienação na América Latina: um olhar sobre o comportamento do eleitor, especialmente o brasileiro, sob diferentes abordagens.....	32
1.3	Principais conclusões do capítulo.....	42
2	ESTRUTURA DA COMPETIÇÃO POLÍTICA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS COM CANDIDATURA ÚNICA NO BRASIL.....	45
2.1	O sistema eleitoral brasileiro e a competitividade na política: caracterização e análise.....	45
2.2	Multipartidarismo e as coligações eleitorais.....	48
2.3	Eleições Municipais e suas percepções no contexto nacional e local.....	50
2.4	Eleições sem disputa: um estudo sobre os municípios com candidatura única.....	51
2.5	Conclusões do capítulo.....	53
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	55
3.1	Hipóteses.....	55
3.2	Variáveis.....	55
3.3	População, amostra e tratamento dos dados.....	56
3.4	Testes propostos.....	58
3.5	Desenho da pesquisa.....	59
3.6	Desenho operacional da pesquisa.....	60
4	ANÁLISE DAS DISPUTAS PARA AS PREFEITURAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS EM 2012 E 2016: ELEIÇÕES COM CANDIDATURA ÚNICA <i>versus</i> ELEIÇÕES COMPETITIVAS.....	61
4.1	Estatísticas descritivas dos municípios brasileiros nos pleitos de 2012 e 2016: principais resultados obtidos.....	61
4.2	Dados geográficos, políticos e socioeconômicos dos municípios que apresentaram candidatura única em 2012.....	66
4.3	Estatísticas descritivas referentes ao perfil geográfico, político e socioeconômico dos municípios brasileiros que apresentaram candidatura	73

	única em 2016.....	
4.4	Análise comparativa entre a realidade brasileira e os municípios com candidatura única nas eleições de 2012 e 2016.....	79
4.5	Estatísticas inferenciais referentes aos municípios com candidatura única durante as eleições de 2012 e 2016.....	80
4.6	Resultados do teste de regressão linear múltipla envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012 e 2016.....	88
4.7	Resultados do teste de regressão linear múltipla envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012.....	89
4.8	Resultados do teste de regressão linear múltipla envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016.....	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	105
	APÊNDICES.....	109

INTRODUÇÃO

As eleições representam o evento de máxima participação dos cidadãos nas democracias representativas. Sua atuação se concretiza por meio do voto e cabe aos eleitores escolher uma das seguintes alternativas: abster-se, votar em um dos candidatos presentes na disputa ou, ainda, optar por invalidá-lo, ou seja, votando em branco ou nulo. Apesar da predominância de eleições competitivas no Brasil (VASQUEZ, 2016), um fenômeno excepcional tem sido registrado durante as disputas ao cargo Executivo municipal desde a sua redemocratização – a presença de eleições com apenas um candidato concorrendo ao cargo de Prefeito¹ – fato que tem ocorrido de forma legítima e, baseado na legislação vigente, apenas um voto seria suficiente para determinar a vitória do mesmo.

Assim, em eleições sem competitividade, as opções de voto válido acabam sendo limitadas, o que reduz a pluralidade de escolhas eleitorais, bem como o poder de decisão dos cidadãos, caso optem pelo voto nominal. Nesse sentido, sabendo que a decisão do eleitor pode ser influenciada por questões contextuais, cabe-nos os seguintes questionamentos: a competição eleitoral tem alguma relação com a participação dos eleitores ao pleito? O fato de haver apenas um candidato disputando o cargo máximo do poder político local despertaria o desejo de não participação dos eleitores no principal evento da democracia representativa, na medida em que poucos tiveram interesse em concorrer a um cargo tão almejado? Com base nesses e em outros questionamentos, esta pesquisa objetiva responder à seguinte indagação: municípios brasileiros com candidatura única apresentaram maiores taxas de alienação eleitoral em relação àqueles que tiveram eleições competitivas nos pleitos de 2012 e 2016?

A literatura nacional e internacional, embora tenha ampliado seus esforços na tentativa de compreender o fenômeno das eleições, bem como o comportamento dos eleitores no que diz respeito a sua participação no processo de escolha dos representantes, é notória a predominância de pesquisas que restringem suas análises apenas à realidade das democracias consolidadas, em especial, à norte-americana, cujo voto é de caráter facultativo, conforme afirmam Pedersen; Dassonneville; Hooghe (2014); Adams; Dow; Merrill III (2006);

¹ Os poucos estudos encontrados no âmbito brasileiro, que discutem o fenômeno da candidatura única, focam na análise de sua relação com a participação eleitoral, focando principalmente no seu impacto para os votos brancos, nulos ou abstenções, ou seja, para a alienação eleitoral. Dentre eles, Rebello, Damim e Martins (2015) discorrem sobre as candidaturas únicas brasileiras no ano de 2012 e seu impacto na participação eleitoral; Damim (2012) também estudou esse fenômeno das candidaturas únicas, porém, restringiu sua análise apenas aos 30 municípios do Rio Grande do Sul durante o pleito de 2008, buscando verificar também o seu impacto na participação eleitoral.

Magalhães (2001). Em detrimento disso, são restritos os estudos que se voltam a compreender tal temática sob a ótica das democracias em processo de consolidação e/ou naquelas que adotam o voto compulsório, como é o caso de alguns países da América Latina. Dentre os pesquisadores que se propuseram a analisar esse tipo de comportamento, voltando-se para a realidade das democracias recentes, destacam-se: Roussias (2012); Ribeiro; Borba; Silva (2015); Silva (2017); Victorino *et al.* (2017), entre outros.

Quanto ao comportamento dos eleitores, existe na literatura um termo denominado alienação eleitoral, que é tratado de forma diversa, tanto em relação ao seu significado quanto aos seus aspectos motivacionais. Com base na bibliografia consultada, em países onde o voto é de caráter facultativo, a alienação tem sido associada a uma avaliação negativa que os eleitores têm em relação a todos os partidos ou candidatos que se apresentam na disputa e, em decorrência disso, os mesmos optam por absterem-se ou invalidarem seu voto no principal evento político, conforme Pedersen; Dassonneville; Hooghe (2014) e Adams; Dow; Merrill III (2006).

No Brasil, esse fenômeno é visto como sendo um indicador que pode ser obtido por meio da taxa de abstenção, de votos brancos e nulos, de acordo com Santos (1987); Lima Júnior (1990); Borba (2008); Silva *et al.* (2014) e Costa (2006). Além disso, o mesmo pode ser causado não apenas pela avaliação negativa que o eleitor tem em relação aos candidatos ou partidos na disputa, mas também em decorrência de fatores de ordem cognitiva, individual, socioeconômica, ecológica, contextual, política ou institucional como, por exemplo, o fato de o voto ser obrigatório, que inibe, em grande parte, as abstenções no país.

Baseado no exposto, o presente estudo tem o intuito de analisar o impacto das eleições com candidatura única ao Executivo municipal para a alienação eleitoral, ou seja, para os votos brancos, nulos e abstenções, durante os pleitos de 2012 e 2016. Acredita-se que em locais onde há apenas um candidato na disputa, o eleitor racional não se sente estimulado a participar desse processo, pois o resultado das eleições já está definido antes de o mesmo optar por participar ou não do pleito, e em quem depositar seu voto. Além disso, no contexto de eleições sem competitividade, as campanhas de mobilização do eleitorado são menos intensas e os custos do voto acabam se tornando superiores, o que o levaria a abster-se ou a votar em branco ou nulo, como forma de demonstrar seu descontentamento em torno da ausência de competidores ao cargo majoritário (JORDAN, 2017; FRAGA; HERSH, 2010).

Somente em 2012, foram identificados 108 casos de candidatura única, e em 2016, foram totalizados 95. Ainda que esses números representem menos de 2% dos municípios brasileiros, é importante analisar as implicações disso para a própria democracia. Consoante a

isso, a questão envolve um importante debate dentro da democracia contemporânea, que diz respeito à compreensão de como o limite das escolhas eleitorais, por meio da redução de competitividade nas eleições, pode desestimular a participação do eleitorado no maior evento das democracias representativas – as eleições – e como isso pode comprometer a qualidade do próprio regime e, ao mesmo tempo, discutir os possíveis fatores que interferem no comportamento dos cidadãos em países com voto obrigatório.

Esta pesquisa procura, ainda, analisar o impacto das variáveis socioeconômicas e políticas para a alienação em eleições sem disputa. Parte-se do pressuposto de que nesse contexto, no qual os dois princípios básicos das eleições – a incerteza e a competitividade – encontram-se desafiados, pode ocorrer um desestímulo à participação do eleitor ao ver seu poder de escolha limitado a apenas uma opção de voto válido, resultando no aumento da taxa de abstenção (mesmo o voto sendo de caráter obrigatório) ou na ampliação do número de votos inválidos. Assim, procura-se verificar em que medida a ausência de concorrentes ao pleito e a redução da pluralidade das escolhas eleitorais podem impactar no aumento da alienação eleitoral brasileira.

Com o intuito de identificar tal impacto, foram adotadas, como variável independente, (VI) a competitividade eleitoral – obtida através do número de candidatos presentes na disputa –, e como variável dependente, (VD) a taxa de alienação eleitoral, sendo essa representada pelas abstenções, votos brancos e nulos. Nesta pesquisa, optou-se por separar as abstenções dos votos brancos e nulos, seguindo a orientação de Lima Júnior (1990), pois se acredita que os aspectos motivacionais são distintos em cada tipo de comportamento e também em virtude da existência da obrigatoriedade do voto, o que reduz significativamente as abstenções no país.

Realizada a identificação dos casos de eleições sem disputa nos dois pleitos em análise, dividiram-se tais municípios em grupos, de acordo com a presença de um, dois ou acima de dois candidatos concorrentes ao cargo – grupo 0: eleições com candidatura única; grupo 1: eleições acirradas (com dois concorrentes) e grupo 2: eleições competitivas (com três ou mais), por acreditar-se que conforme aumenta o número de concorrentes, a competitividade torna-se menos dispersa. Essa divisão foi feita com o intuito de construir o perfil dos municípios com candidatura única e demais casos, e para fazer os testes estatísticos necessários. Todas as estatísticas foram realizadas no SPSS (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), pois o mesmo apresenta recursos que facilitam o trabalho de aplicação de métodos estatísticos (AGRESTI; FINLAY, 2012).

Para tanto, a presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: além da introdução, a mesma é dividida em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de caráter teórico; o terceiro versa sobre os procedimentos metodológicos e o último capítulo traz os resultados obtidos por meio da análise descritiva dos dados, bem como os testes estatísticos realizados, a fim de encontrar o modelo mais adequado para explicar a relação entre a alienação nas eleições municipais brasileiras e a existência de candidatura única em 2012 e 2016.

O primeiro capítulo, de caráter teórico, volta-se para a compreensão das principais teorias que discutem sobre o comportamento eleitoral, tais como a perspectiva sociológica, a psicológica e a abordagem baseada na Teoria da Escolha Racional. Trata, ainda, da alienação eleitoral nas democracias recentes e consolidadas, finalizando com os principais trabalhos que discorrem sobre o fenômeno no contexto da América latina, em especial no Brasil, onde o voto é de caráter obrigatório.

O segundo traz uma abordagem mais institucionalista, focando nas principais regras eleitorais vigentes no Brasil e que acabam condicionando, em parte, o comportamento do eleitor e dos atores políticos envolvidos no processo eleitoral. Discute também os principais tipos de sistema partidário e eleitoral do país e suas particularidades; conclui com alguns estudos que versam sobre a política local, em especial, aos casos de candidatura única no país.

O terceiro capítulo trata dos métodos, procedimentos, hipótese, técnicas e desenho de pesquisa. Nele, optou-se por uma abordagem quantitativa, na qual foram feitos uso de estatísticas descritivas e inferenciais. Dentre os testes estatísticos realizados, destacaram-se: o *Kolmogorov-Smirnov*, a correlação de *Sperman-Rho*, o teste de *Kruskal-Wallis* e, por fim, foi feito uso da regressão linear múltipla, com o intuito de testar o modelo mais adequado para explicar o comportamento dos eleitores manifesto por meio da alienação eleitoral.

No último capítulo, apresenta-se uma descrição dos principais dados coletados nos sites do TSE, IBGE e portal Atlas Brasil-PNUD, referentes aos municípios que apresentaram candidatura única ao Executivo nas eleições de 2012 e 2016, como também os resultados encontrados nos testes inferenciais, os quais envolveram variáveis de caráter socioeconômico, político e comportamental. Por fim, são apresentadas as principais conclusões obtidas com esta pesquisa.

1 COMPORTAMENTO ELEITORAL E ALIENAÇÃO: A ESCOLHA DO ELEITOR SOB O OLHAR DAS TEORIAS COMPORTAMENTAIS

Compreender como o eleitor age no processo de escolha dos representantes tem sido, segundo Magalhães (2001), uma constante preocupação dos estudiosos do comportamento político, bem como da opinião pública, especialmente quando se trata do declínio nas taxas de participação e do aumento das abstenções, fato que vem ocorrendo desde a década de 1990 nas democracias consolidadas (países da Europa), e também naquelas que se encontram em processo de consolidação, ou seja, em democracias recentes (América Latina), surgidas após a Segunda Guerra Mundial.

Quanto ao comportamento do eleitor, existe um consenso na literatura de que as últimas décadas têm sido marcadas pelo declínio na participação eleitoral em países de democracia representativa e, aliado a isso, tem havido um aumento dos votos inválidos, ou seja, dos votos brancos ou nulos e, também, das abstenções. Essa queda no comparecimento dos cidadãos tem sido relacionada, na maioria das vezes, à crise partidária e de representação política vigente (COSTA, 2006).

É importante salientar que esse declínio pode ser observado tanto em países de voto facultativo quanto naqueles em que o voto é obrigatório. No entanto, nos locais que apresentam o voto compulsório, e os eleitores estão sujeitos às sanções pelo descumprimento desse dever, as taxas de participação têm se apresentado muito superiores às aquelas de locais em que o voto é de caráter facultativo (BIRCH, 2009).

A análise do comportamento eleitoral baseada em observações empíricas desenvolveu-se, de acordo com Costa (2006), expressivamente na segunda metade do século XX, por meio da utilização de diversas técnicas estatísticas, com destaque para as Universidades de Colúmbia e Michigan, nos Estados Unidos da América (EUA). Na tentativa de compreender a atuação do eleitor no processo de escolha de seus representantes, existem pelo menos três abordagens clássicas na literatura que versam sobre essa temática: o modelo de Colúmbia, também chamado de corrente sociológica; o modelo de Michigan ou corrente psicológica, e a teoria da escolha racional – TER (COSTA, 2006; CAVALCANTE, 2015).

No Brasil, Marcus Figueiredo foi um dos precursores a analisar o comportamento e a decisão de voto dos eleitores durante o processo eleitoral. Em *A decisão do voto: democracia e racionalidade* (publicada em 1991), obra de caráter essencialmente teórico, o autor aponta que existe na literatura, basicamente, quatro abordagens de maior destaque, que buscam explicar a decisão de milhões de eleitores de participar das eleições, seja em contexto de voto

obrigatório ou não, bem como o destino de sua escolha, mesmo sabendo que o voto individual tem valor ínfimo no cômputo geral e que pouco interfere no resultado final. Para ele, o eleitor é dotado de racionalidade e a análise de suas escolhas no contexto eleitoral pode ser feita tomando como base quatro grandes modelos explicativos:

1. Teoria psicológica de explicação do comportamento político, difundida na literatura como “modelo Michigan”, em alusão ao grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan que desenvolveu esse modelo;
2. Modelo de explicação histórico-contextual, que se desdobra em teorias sociológicas e economicistas, com matizes epistemológicos variados, que muitas vezes competem entre si;
3. Teoria da escolha racional, que tem por base o modelo Downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs;
4. Uma linha (residual) de investigação que pode ser chamada de modelo demográfico-descritivo do comportamento político (FIGUEIREDO, 1991, p. 12-13).

Figueiredo (1991) sugere ainda que seja acrescentada uma quinta linha de investigação, que diz respeito à geografia eleitoral, mas em decorrência dos estudos nessa perspectiva serem bastante dispersos, o autor deixa claro que ela não possui um corpo teórico consolidado dentro da Ciência Política e que suas análises acabam misturando-se, na maioria das vezes, ao modelo demográfico-descritivo.

Para o autor, a perspectiva da teoria histórico-contextual se subdivide em duas: uma baseada na explicação sociológica e a outra baseada numa visão economicista. O elo existente entre essas duas visões ocorre pelo fato de que ambas dão precedência explicativa às experiências sociais do indivíduo e levam em consideração fatores como localização geográfica, ideologia das organizações, regras existentes na política, entre outras. Já a teoria psicológica, sua principal unidade de análise e fonte original de informação é o próprio indivíduo, e a obtenção dos dados é realizada por meio de *surveys*. Nesta abordagem, o ato de votar é visto como resultado de várias forças atitudinais que começam a se formar antes do indivíduo adquirir a idade exigida para votar, num processo denominado socialização política.

A teoria da escolha racional baseia-se na perspectiva downsiana e parte do pressuposto de que o *homo politicus* é racional e age movido por razões egoístas, procurando sempre minimizar os efeitos da condição de incerteza presente na vida política. Downs construiu seu modelo para tentar explicar as ações políticas e o apresentou em sua obra *An Economic Theory of Democracy* (obra publicada em 1957)². Para ele, o eleitor possui uma racionalidade e tende a tomar suas decisões baseadas no princípio da utilidade máxima, ou seja, antes de

² A obra *Na Economic Theory of Democracy*, de Antony Downs, foi traduzida para o português sob o título de “Uma Teoria Econômica da Democracia”, no ano de 1999, pela EDUSP.

votar faz um cálculo de custo-benefício e tende a optar pela alternativa que lhe trazer o maior número de benefícios e o menor custo. Nesse sentido, se os custos para votar superarem os benefícios, tende a abster-se, caso contrário, se o ato de escolher determinado candidato ou partido trazer mais benefícios que custos, ele tende a optar pelo voto (DOWNS, 1999).

Ainda sob a ótica da racionalidade, nesse jogo de interesses existente no âmbito político, “os eleitores buscam maximizar os possíveis ganhos com as ações governamentais, enquanto os políticos entram em competição eleitoral para maximizar os votos” (FIGUEIREDO, 1991, p. 97). Para o autor, há três situações em que a teoria da escolha racional não se aplica: a primeira ocorre quando há apenas uma alternativa para a escolha do eleitor, pois, nesse caso, não há o que decidir; a segunda acontece quando existe duas ou mais alternativas, mas é necessário que elas sejam comparáveis entre si para que o eleitor possa avaliá-las e, assim, ordená-las conforme seu desejo, e a terceira, trata-se de uma falsa oportunidade de escolha, pois o resultado final do processo não depende da decisão do agente, mesmo que lhes sejam oferecidas duas ou mais opções. Assim, quando se tem eleições sem concorrentes, não seria passível analisar e explicar, racionalmente, o comportamento do eleitor quanto a sua participação ou abstenção, pois isso o impossibilita de fazer o ordenamento de suas preferências e, assim, realizar o cálculo de custo-benefício:

[...] situações em que há apenas um candidato eliminam qualquer possibilidade de explicar em bases racionais o comparecimento e o voto dado, exceto no caso do próprio candidato. Uma explicação racional se limitaria, portanto, ao comportamento daqueles que não compareceram às urnas. No caso de eleições com apenas um candidato, mas com regime de voto obrigatório, pode-se aventar uma explicação econômica para o comparecimento, tendo em vista sanções legais que decorreria do não-comparecimento. Mas essa explicação tem o mesmo status teórico que a teoria do dever cívico – ambas são triviais (FIGUEIREDO, 1991, p. 125-126).

Partindo das contribuições da literatura, portanto, percebe-se que o comportamento do eleitor e sua decisão de comparecer ou não no processo eleitoral, bem como a direção de seu voto, trata-se de um fenômeno complexo no qual estão envolvidos fatores de natureza diversa, sejam eles a nível individual ou coletivo.

1.1 Participação eleitoral *versus* alienação: uma abordagem da literatura na perspectiva das democracias consolidadas e em processo de consolidação

Os países que adotam a democracia representativa caracterizam-se, em geral, pela presença de eleições regulares, e essas são marcadas pela incerteza de seus resultados, como

consequência da presença de competitividade nas disputas. Durante as eleições, os cidadãos são convocados a participar do processo de escolha de seus representantes políticos, cabendo a eles a decisão de comparecer ou abster-se, podendo, neste último caso, sofrer sanções nos locais onde o voto é de caráter compulsório.

A escolha de tais representantes pelo eleitorado torna legítimo esse processo e contribui para a consolidação do regime democrático. Porém, as últimas décadas têm sido marcadas pelo decréscimo na participação eleitoral tanto nos países com regimes democráticos estáveis quanto naqueles de democracia recente, surgidas após a Segunda Guerra Mundial. Aliado a esse declínio, tem sido frequente o aumento nas taxas de abstenção, de votos brancos e nulos (MAGALHÃES, 2001; COSTA, 2006), o que tem gerado discussões divergentes e despertado o interesse dos estudiosos em compreender os motivos que têm levado a esse decréscimo na participação eleitoral.

Mesmo diante dos avanços nos estudos que abordam essa temática, percebe-se que uma parcela significativa dos autores restringe suas análises a países com democracia consolidada, em especial ao contexto político dos Estados Unidos (PEDERSEN; DASSONNEVILLE; HOOGHE, 2014). Constatou-se que são escassos aqueles que se propõem a discutir sobre os países de democracia recente, como é o caso da América Latina, que apresentam, como particularidade, um elevado índice de países com voto compulsório divergindo dos demais, que optam pelo voto facultativo.

No tocante à literatura voltada para estudos das democracias consolidadas, Blais *et al.* (2004), ao analisarem as taxas de comparecimento presentes nas eleições canadenses no período de 1968 e 2000, tentaram identificar a relação existente entre as variáveis sociodemográficas e o declínio da participação no mesmo. Para isso, testaram os possíveis efeitos do ciclo de vida e da mudança geracional para a redução das taxas de comparecimento. Conforme os achados, os autores perceberam um pequeno impacto negativo no comparecimento em todos os grupos pesquisados durante esse período (1968 a 2000), havendo um decréscimo da propensão para votar em aproximadamente três pontos percentuais. Quanto à variável ciclo de vida, ela pode causar efeitos substanciais no comparecimento, aumentando suas taxas em aproximadamente quinze pontos percentuais entre pessoas com faixa etária de 20 a 50 anos, além disso, esse índice vai declinando ligeiramente após os 70 anos de idade.

Blais *et al.* (2004) afirmam que embora o ciclo de vida tenha impactado no comparecimento eleitoral, esse fator não explica a recente queda nas taxas de participação no Canadá, pois a principal razão desse declínio está ligada à mudança geracional, ou seja, ao

fato de que as gerações recentes têm sido menos propícias a votar em um bom partido político, pois se interessam menos em assuntos relativos à política e são menos propensas a aderirem à norma de que votar é um dever cívico moral. Além disso, os autores identificaram que a geração teve um efeito poderoso no comparecimento, sendo responsável por uma queda de aproximadamente vinte pontos percentuais a menos no quesito de participação eleitoral, se comparada às gerações anteriores (*pré-baby boomers*)³.

Para eles, a educação e a idade são os dois correlatos que têm maior impacto no voto. Teoricamente, quanto maior o nível de escolaridade, maior é a participação eleitoral (MAGALHÃES, 2001). Em contraposição a isso, os resultados obtidos por Blais *et al.* (2004) mostraram que embora o aumento no nível educacional tenha impactado no voto, ao invés de elevar as taxas de participação, promoveu um efeito inverso ao esperado, ao promover uma redução do comparecimento eleitoral canadense. Para os autores, uma possível explicação para este paradoxo seria de que o impacto da educação na participação tem decrescido ao longo do tempo e que os mais escolarizados têm sido mais propensos a se absterem, pois ao analisarem os custos de seu voto e os candidatos à disputa, não conseguem se identificar com nenhuma das opções ou sequer percebem melhorias com tais concorrentes, logo, preferem não comparecer às eleições.

Quanto ao impacto dos elementos sociodemográficos na participação eleitoral dos cidadãos canadenses, identificou-se que além da educação e idade, existem outras variáveis que podem contribuir na propensão para votar, sendo ela maior entre aqueles com renda mais elevada, casados, mais religiosos, o fato de terem nascido no Canadá ou que pertençam a um sindicato. É importante ressaltar que o gênero teve peso mais significativo quando incorporado à religiosidade, pois as mulheres tendem a ser mais religiosas e detêm maior probabilidade de votar que os homens (BLAIS *et al.*, 2004).

Sobre o declínio do comparecimento, Pedersen; Dassonneville e Hooghe (2014) afirmam que esse tipo de comportamento não depende apenas das características individuais, mas também da avaliação que o eleitor faz do sistema partidário. Por isso, é necessário levar em consideração o papel exercido pelo multipartidarismo e pelo contexto político presente nos diferentes países democráticos ao analisar a decisão do eleitor de participar ou não desse processo. Para eles, a indiferença e a alienação são fatores resultantes dessa avaliação e impactam negativamente na participação, pois diminuem a probabilidade de o eleitor votar.

³ A geração *baby boomers* corresponde às pessoas que nasceram entre o período de 1940 a 1960. Elas nasceram após a Segunda Guerra Mundial e foram educadas com base na disciplina e na rigidez. A adoção do termo em inglês surgiu para caracterizar o elevado crescimento da taxa de natalidade no período pós-guerra (PENA; MARTINS, 2015).

Além disso, a alienação tem apresentado um impacto maior do que a indiferença durante as disputas eleitorais.

Embora a indiferença e a alienação sejam variáveis que têm impactado no comportamento do eleitor e estejam correlacionadas, ambas são conceitos distintos e que merecem ser esclarecidos. Segundo os autores supracitados, a indiferença estaria presente quando o eleitor não tem uma preferência por um ou outro partido que se apresenta à disputa e, por isso, percebe pouca ou nenhuma diferença entre eles; além disso, esta teria forte ligação com a alienação e seria concebida como um estágio anterior a ela. Já a alienação seria decorrente de uma avaliação negativa em relação a todos os partidos ou candidatos, e ao próprio sistema partidário.

Pedersen, Dassonneville e Hooghe (2014) constataram que em sistemas multipartidários nos quais o eleitor tem mais opções de escolha, é possível ao cidadão identificar maiores diferenças entre os partidos, e isso, conseqüentemente, elevaria o seu estímulo à participação. Logo, se os partidos almejarem lutar contra o declínio da participação, é essencial que eles enfatizem aspectos que os diferem dos demais para, assim, estimularem o eleitor a comparecer às cabines de votação. Nesse sentido, é necessário levar em consideração a avaliação partidária feita pelos cidadãos, bem como a importância da competitividade como elemento motivador da participação. Para eles, reafirmando e complementando os achados de Blais *et al.* (2004), a educação, o interesse político, a ideologia partidária, as características institucionais e contextuais influenciam no comportamento eleitoral e nas taxas de participação.

Ainda quanto à competitividade, a literatura, de modo geral, coloca essa variável como um fator que afeta positivamente o comparecimento e, baseado nisso, Jordan (2017), ao estudar as baixas taxas de participação nos Estados Unidos em 2014, procurou compreender como a concorrência pode afetar em tal comportamento político. Para tanto, ressaltou a importância de fatores como: despesas na campanha, competitividade, afiliação partidária, idade e o total do eleitorado, para compreensão das ações políticas do eleitor.

Segundo Jordan (2017), eleições com um maior número de competidores tendem a tornar as eleições mais acirradas e necessitar de maiores gastos na campanha, despesas essas com o intuito de mobilizar o eleitorado a participar desse processo e de reduzir o custo de votação para o eleitorado, pois em tal contexto de incerteza há uma intensa disputa entre os candidatos pelo voto do cidadão. Fato que não tem tanta evidência quando há um candidato à disputa ou quando, embora haja dois ou três concorrentes, há uma falsa competitividade, na medida em que existe a predominância de apenas um único partido na eleição. Em tais

contextos, o eleitor não se sente motivado a participar, pois o resultado se encontra praticamente definido e os custos de comparecer à urna tendem a ser maiores.

Para Jordan (2017), concordando com Fraga e Hersh (2010), a competitividade pode promover um maior incentivo ao eleitor para participar das eleições, além de contribuir para que pequenas alterações nos custos do voto não afetem sua decisão de participar do pleito. Consoante a isso, as campanhas políticas reduzem os custos para o eleitor e aumentam a sua importância numa eleição acirrada, pois em eleições não competitivas, o resultado já está definido, e o candidato único será o vencedor, assim o eleitor não se sentirá tão motivado a participar, e qualquer alteração nos custos de voto o fará optar por não comparecer nesse evento político.

Conforme visto, a alienação também tem impactado no comparecimento nas democracias consolidadas e nas democracias jovens. Apesar da maioria dos trabalhos focarem em regimes consolidados e de voto facultativo, Victorino *et al.* (2017) se propuseram a analisar tal fenômeno sob o ponto de vista das democracias recentes, usando como objeto de estudo as eleições presidenciais de 2009 em Moçambique, país de democracia recente, com eleições presidenciais conjugadas às legislativas e que adota o voto facultativo. Eles buscaram verificar a relação existente entre as condições socioeconômicas de Moçambique e a alienação eleitoral (compreendida pela soma da abstenção, dos votos brancos e nulos).

De acordo com os autores, está claro que não existe um consenso na literatura sobre o significado da alienação eleitoral, mas a maioria o reconhece como um dos principais fatores que têm impactado na redução das taxas de participação. Em sua pesquisa, Victorino *et al.* (2017) conseguiram encontrar uma forte associação entre algumas variáveis demográficas e socioeconômicas e o aumento da alienação, além disso, perceberam uma complexidade sobre o real impacto dessas variáveis nesse tipo de comportamento. Observaram, também, que o país analisado apresentou um brusco crescimento da alienação eleitoral, o que gerou certa preocupação em relação à legitimidade dos governos e do processo eleitoral. “O alto nível de alienação eleitoral pode ser conotado como um elemento fundamental da ilegitimidade dos governos representativos e dos processos eleitorais” (VICTORINO *et al.*, 2017, p. 9).

As variáveis testadas pelos autores envolveram fatores de ordem demográfica e socioeconômica, entre eles: idade (tamanho da população superior a 18 anos), nível educacional do eleitorado maior de 18 anos, extensão territorial, densidade do eleitorado, IDH, PIB *per capita*. Como resultado, Victorino *et al.* (2017) constataram que as abstenções, os votos brancos e nulos (alienação eleitoral) encontram explicações no nível educacional do eleitorado, no tamanho da população superior a 18 anos, no PIB *per capita*, na extensão

territorial e na densidade do eleitorado. Para o nível educacional, uma controvérsia foi identificada, ou seja, essa variável não se mostrou tão significativa para os votos brancos e nulos, porém, apresentou-se bastante influenciadora para as abstenções, resultado já constatado também por Blais *et al.* (2004).

Para os autores, esse fenômeno tem uma variedade de motivos que o impulsiona, e a abstenção encontra explicações restritas a questões ecológicas, enquanto o voto branco e o nulo encontram explicações significativas, verificando-se o perfil do eleitor. Por isso, deve-se desagregar a abstenção dos votos brancos e nulos, pois, segundo eles, e ainda concordando com Lima Júnior (1990), os motivos que levam o eleitor a abster-se são distintos daqueles que o fazem optar pelo voto branco ou nulo.

A participação eleitoral, comportamento que se dá por meio do comparecimento dos cidadãos ao pleito eleitoral e garante legitimidade ao processo decisório, também deve ser analisada principalmente em decorrência do seu declínio nos países que adotam o regime democrático. Consoante a isso, Roussias (2012), ao analisar a participação e suas motivações, verificou que o comparecimento do eleitorado pode estar ligado às eleições pré-democráticas e à própria evolução do sistema partidário. Para o autor, este tipo de disputa cria o hábito da participação nos cidadãos, independentemente do regime eleitoral anterior ao processo de instalação da democracia representativa.

Ele assinala, ainda, que esse envolvimento dos cidadãos nas democracias jovens vai diminuindo no decorrer do tempo, através de dois mecanismos distintos: a redução do entusiasmo do eleitor em relação às primeiras eleições e devido à evolução do sistema partidário. O primeiro mecanismo seria decorrente da normalização da política, na qual o eleitor apresentaria um forte entusiasmo para participar nas primeiras eleições democráticas, e conforme houvesse sua normalização, esse sentimento de euforia iria se dissipando e promovendo a redução do seu comparecimento. O segundo mecanismo seria provocado pela evolução do sistema partidário, pois, na medida em que esse se institucionaliza e evolui, ocorre uma redução do número de partidos que se apresentam na disputa, e tal fato acarretaria uma insatisfação no eleitor, principalmente entre aqueles que possuem forte orientação política, levando-os a se absterem do pleito. Além disso, alguns eleitores, que tiveram seu voto desperdiçado em eleições anteriores, tendem a não participar nas próximas eleições.

Além dos resultados supracitados, Roussias (2012) apresentou outras conclusões que foram identificadas empiricamente, a nível nacional, em relação às variáveis que têm influenciado no comparecimento eleitoral nas democracias jovens. Dentre elas, destaca-se o número de partidos que, de acordo com suas análises, pode provocar o declínio no

comparecimento; o voto obrigatório tende a elevar a taxa de participação em torno de 10%, se comparado aos demais. Em relação ao tempo decorrido entre as eleições pré-democráticas e as democráticas, não foi identificado um resultado significativo, pois uma vez adquirido o hábito de votar, o mesmo tende a ser perpetuado pelo eleitor por um longo período de tempo. A população e o nível de urbanização não tiveram efeito significativo para tal comportamento, contrariando os achados da literatura, e a condição socioeconômica parece não ter tanta importância assim, como o desemprego e a inflação.

Países que adotam o regime democrático representativo convocam, regularmente, seus eleitores para escolher seus governantes em determinados períodos de tempo, porém, nem todos os cidadãos atendem a esse chamado e acabam optando por abster-se desse evento político. Partindo disso, Wuttke (2017) afirma que a cada eleição a decisão de participar ou não deve ser renovada, e nesse processo existe um emaranhado de fatores que contribuem para o posicionamento do eleitor. Um dos fatores que interferem nessa escolha é a avaliação partidária e, baseado nisso, o eleitor pode desenvolver duas atitudes distintas: a indiferença ou a alienação, que juntas têm um grande impacto na redução do comparecimento eleitoral, conforme Wuttke (2017); Adams; Dow; Merrill III (2006) e Pedersen; Dassonneville; Hooghe (2014).

A indiferença ocorre quando o eleitor percebe que os partidos políticos em disputa possuem perfis tão semelhantes, a ponto de que o seu voto não faria diferença no resultado final e seus benefícios não seriam alterados, independentemente do candidato vitorioso. Já a alienação seria um fator ainda mais negativo, pois, para o eleitor, suas necessidades não seriam atendidas por nenhum dos partidos que estão na disputa, e essa atitude seria resultante de uma avaliação negativa que o cidadão tem em relação a todos os partidos existentes no pleito (WUTTKE, 2017).

Com base nesses dois mecanismos, Wuttke (2017) investigou a variabilidade das decisões individuais de participação ao longo do tempo e, para isso, analisou as eleições federais da Alemanha no período de 1994 a 2013. Como resultado, percebeu a existência de inércia no comportamento da maioria dos eleitores qualificados. Em relação aos partidos políticos, verificou-se que eles têm um papel significativo nas decisões de participação, mesmo que estreita em relação a outros determinantes, como por exemplo, a percepção do dever de votar. Além disso, em termos de generalização da avaliação partidária ou da percepção da competência dos candidatos, se os eleitores têm uma opinião favorável em relação aos partidos políticos, quando comparada às eleições anteriores, existe uma maior

tendência de os mesmos mudarem sua decisão, que antes era de abster-se, passando a optar pela participação nas disputas, e vice-versa.

Como mencionado, o declínio no comparecimento eleitoral tem despertado estudos que visam descobrir os fatores impactantes de tal fenômeno, e pautado nesse objetivo Adams, Dow e Merrill III (2006) procuraram analisar os motivos que levam o eleitor a abster-se das eleições presidenciais nos Estados Unidos, país que adota o voto facultativo. Com tal intuito, os autores desenvolveram um modelo analítico unificado, no qual apresentaram os dois principais elementos que têm motivado a abstenção nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, quais sejam: alienação e indiferença.

Para Adams, Dow e Merrill III (2006), ao distinguir esses dois elementos, é possível aumentar a capacidade de prever as eleições e os efeitos das mudanças na taxa de participação; além disso, pode ajudar a prever como as mudanças nas variáveis políticas são importantes e afetam a participação. Por meio dos resultados obtidos, perceberam que uma parcela significativa das abstenções ocorridas no período de 1980 a 1988, nos EUA, foi provocada pela alienação e pela indiferença, sendo àquela o fator predominante. Além disso, verificou-se que há pouca associação desses dois elementos com a direção partidária e a mudança no comparecimento, embora a alienação beneficie ligeiramente os democratas. Com base nisso, é necessário que as pesquisas passem a adotar esses dois aspectos motivacionais como fontes inspiradoras da abstenção eleitoral e, com isso, possam também compreender como funciona a dinâmica das eleições presidenciais (ADAMS; DOW; MERRIL III, 2006).

Ainda em relação à participação e ao seu inverso – a abstenção –, Magalhães (2001) afirma que o aumento da ausência de eleitores durante as eleições tem preocupado os estudiosos do comportamento eleitoral. Ao estudar tal fenômeno nas eleições legislativas de Portugal, o autor constatou que esse tipo de comportamento pode ser explicado por meio de três fatores: quantidade de recursos, grau de integração social e atitudes ou valores ligados à política. Na sua concepção, quanto mais recursos o indivíduo possui, maior é sua tendência a não se abster, conseqüentemente, a sua distribuição desigual acaba influenciando, de modo relevante, as abstenções, pois se encontra veiculado às atitudes políticas.

Tratando-se do grau de integração social, Magalhães (2001) afirmou que a maior integração social dos indivíduos promove maior participação. Por isso, eleitores mais inter-relacionados possuem maior contato com informações políticas e tendem a querer participar mais do processo eleitoral. Para comprovar esse quadro, o autor baseou-se em variáveis como: o estado civil do eleitor, profissão, prática religiosa, a idade, as crenças, os valores, a identificação partidária, a confiança nas instituições, bem como o interesse por política.

Nesse sentido, é de fundamental importância a confiança do eleitor nas instituições democráticas para garantir a consolidação da democracia e para incentivar o aumento nas taxas de participação e redução das abstenções. Os recursos educacionais e materiais não tiveram um custo significativo para a redução da participação no pleito de 1999, e os recursos sociais poderiam influenciar na criação de valores que estão ligados a um maior envolvimento político, a uma maior suscetibilidade, à mobilização eleitoral e ao sentimento de eficácia política (MAGALHÃES, 2001).

Além da confiança nas instituições políticas como fator que diminui a possibilidade de abstenções do eleitor (MAGALHÃES, 2001), outro fator que atua no sentido de favorecer o comparecimento político é, segundo Birch (2009), a adoção do voto obrigatório. Para ela, ao analisar a democracia na Grã-Bretanha, país de voto facultativo, a participação eleitoral tem sido cada vez mais distorcida pela desigualdade de classe e idade, na medida em que alguns grupos têm sido mais influentes do que outros nos resultados eleitorais, por isso, faz-se necessário preocupar-se com o declínio do envolvimento eleitoral, pois os governantes precisam ter legitimidade para levar o país em tempos difíceis, e na existência de uma crise econômica, há uma maior percepção das desigualdades econômicas existentes no país (BIRCH, 2009).

De acordo com Birch (2009), o mecanismo mais eficiente para elevar o comparecimento dos eleitores seria a adoção do voto obrigatório, dispositivo utilizado por aproximadamente 30 Estados, o que corresponde a cerca de $\frac{1}{4}$ de todas as democracias. A adoção desse dispositivo conduziria a melhorias na justiça política (onde todos têm igual poder de decisão e, com isso, os resultados eleitorais teriam plena legitimidade democrática), na justiça social (a maior participação de todas as classes sociais na formulação de políticas públicas levaria em consideração os interesses de todas as classes sociais integrantes da sociedade) e na justiça processual (com a igualdade processual, todos recebem igualmente o ônus da democracia e, conseqüentemente, todos são importantes para beneficiar as instituições democráticas e, por isso, devem participar igualmente para o seu fortalecimento e manutenção).

1.2 Participação e alienação na América Latina: um olhar sobre o comportamento do eleitor, especialmente o brasileiro, sob diferentes abordagens

A maior parte dos estudos que discutem a participação e o seu declínio tem focado nas democracias estáveis, embora já existam alguns trabalhos que têm buscado estudá-la sob a

ótica das democracias recentes (ROUSSIAS, 2012; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015; SILVA, 2017; VICTORINO *et al.*, 2017). Para os referidos autores, as pesquisas que abordam essa temática no contexto das novas democracias têm utilizado variáveis tanto a nível macro quanto micro, sendo essas classificadas, grosso modo, em quatro categorias: instituições, sistema partidário, condições socioeconômicas e algumas características individuais.

Um recente trabalho que adotou essa perspectiva foi produzido por Ribeiro, Borba e Silva (2015), os quais discutiram o comparecimento dos eleitores nas democracias presentes na América Latina. Para tanto, construíram um modelo único envolvendo, ao mesmo tempo, variáveis estruturais (nível macro) e individuais (nível micro), pois, em geral, a literatura tem trabalhado com tais níveis de modo isolado. Dentre as variáveis contextuais (político-institucionais e econômicas) foram utilizados: o PIB (PIB *per capita*), o tipo de Legislativo, o tipo eleição para o Executivo e Legislativo, o nível de urbanização, a obrigatoriedade do voto e a efetividade do governo. Em relação às variáveis individuais, foram usadas: a idade, o sexo, a educação, a renda, a satisfação com a democracia, a confiança nas instituições e a avaliação da situação econômica.

Um dos principais pontos verificados pelos autores foi que na América Latina o comparecimento é influenciado por questões relacionadas ao contexto, ou seja, variáveis político-institucionais e econômicas, e também por características individuais. Sobre os fatores contextuais, o estudo confirmou a influência das variáveis já apontadas pela literatura e, como novidade, eles perceberam que o comparecimento tende a ser maior em locais com baixa efetividade do governo e menor PIB *per capita*. Em relação às variáveis individuais, notaram que os mais escolarizados, de maior idade, mais integrados socialmente à comunidade nacional e que estão satisfeitos com a democracia, são os que mais fazem uso do voto durante as eleições. Além disso, afirmaram que o voto obrigatório tem impacto significativo no comparecimento, elevando consideravelmente suas taxas, ao contrário do bicameralismo, que reduz as chances de participação. Um fato que os deixou surpresos no quesito da participação foi o fato da insatisfação econômica, por parte dos eleitores, ter apresentado um efeito positivo no comparecimento, e tal achado não apresentou precedentes na literatura ligada ao comportamento eleitoral.

Silva (2017), consciente de que as taxas de comparecimento têm apresentado declínio, embora esse fenômeno aconteça tanto em países desenvolvidos quanto em países subdesenvolvidos, propôs-se a pesquisar sobre o seu oposto, ou seja, descobrir as razões que têm impulsionado os eleitores da América Latina a se absterem do evento político de maior importância nas democracias representativas – as eleições. O mesmo fez uso da análise

multinível para identificar quais aspectos conjunturais ou macro conjunturais e individuais têm influenciado na ocorrência das abstenções em democracias que se encontram em processo de consolidação.

Segundo o autor, é necessário que se produzam pesquisas em contextos diversos e que não sejam restritas apenas às democracias estáveis, pois essas, em geral, apresentam regras institucionais diferentes e que afetam o comportamento dos eleitores, como por exemplo, a adoção do voto facultativo. Em contrapartida, as democracias recentes apresentam singularidades que podem interferir também nos resultados eleitorais, como o fato de estarem em processo de construção e, em sua maioria, adotam o voto obrigatório (SILVA, 2017).

Silva (2017), através da análise multinível e ao envolver variáveis contextuais e individuais, seguindo o modelo de Ribeiro, Borba e Silva (2015), constatou que tal comportamento pode ser caracterizado como multifacetado, existindo um imenso leque de fatores que podem impactá-lo. Através disso, entre as variáveis testadas (qualidade da democracia, PIB *per capita*, concentração populacional urbana, existência de eleições competitivas – “eleição apertada”, garantia de liberdades), identificou-se que a qualidade da democracia e o fato de as eleições serem “apertadas” ou competitivas contribuem para reduzir a taxa de abstenção. Já quanto à concentração urbana, a mesma não apresentou significância; sendo que a saúde da economia, avaliada por meio do PIB *per capita*, apresentou efeito contrário ao esperado, que seria um incremento das abstenções, por isso, foi refutada.

A confirmação da hipótese das eleições apertadas mostrou que o eleitor responde com sua presença a urna, as mobilizações das campanhas, quando o cenário é de indefinição, ao final da corrida eleitoral. Vários aspectos estão na órbita dessa hipótese: a) o resultado apertado é apenas o desfecho de uma disputa acirrada ao longo da campanha e que, devido a isso, ativou o interesse de um número maior de eleitores; b) esse acirramento e o aumento do interesse deixa a campanha mais viva no cotidiano dos eleitores, levando-os a conversar mais sobre assuntos ligados à disputa; c) toda essa situação que se constrói, incentiva o comparecimento dos eleitores no dia da votação e, por consequência direta, uma redução nas taxas de abstenções (SILVA, 2017, p. 15-16).

Sobre as variáveis individuais utilizadas como variáveis de controle, os resultados convergiram com os da literatura. O voto obrigatório incentiva, de alguma forma, o comparecimento (SILVA, 2017; BIRCH, 2009; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015), a confiança nas eleições, a identificação partidária e o interesse por política; quanto à idade, os eleitores mais jovens são mais propensos a se absterem do que os mais velhos (SILVA, 2017; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015; VICTORINO *et al.*, 2017); e sobre a escolaridade,

indivíduos com maior grau de instrução têm menos propensão a se abster (SILVA, 2017; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015).

Apesar da diversidade de estudos sobre comportamento eleitoral brasileiro, em especial, após a redemocratização, Silva *et al.* (2014) afirmam que são escassos aqueles que buscam compreender, de forma aprofundada, o fenômeno dos votos brancos, nulos e abstenções no contexto brasileiro, que na concepção de Santos (1987), podem ser traduzidos pela expressão alienação eleitoral.

O fenômeno da alienação tem sido visto, pela literatura, de forma secundária, e apresentado complexidade quando ao seu significado. Além disso, a análise do comportamento eleitoral, sob o ponto de vista da não participação, tem apresentado divergências em seus aspectos motivacionais. Para Silva *et al.* (2014), há autores, como Santos (1987) e Borba (2008), defendendo que os votos brancos, nulos e as abstenções podem ser entendidos como forma de protesto por parte do eleitorado, fruto do descontentamento dos cidadãos em relação ao sistema político vigente e, por isso, tendem a manifestar essa insatisfação por meio do voto inválido ou da abstenção; já outros, como Nicolau (2004), afirmam que tal forma de participação, em especial, quanto aos votos nulos e brancos, deve-se às dificuldades cognitivas do eleitor em operar a urna eletrônica ou cédula eleitoral, devido à sua baixa sofisticação política ou, ainda, podem ser causadas por barreiras do tipo ecológicas, quando ligadas à abstenção, ou barreiras sociais, quando se referem aos votos brancos e nulos (LIMA JÚNIOR, 1990).

Santos (1987), um dos precursores na análise do comportamento do eleitor brasileiro, focou sua pesquisa nos motivos que o levam a expressar suas preferências fazendo uso dos votos brancos, nulos e abstenções, que juntos comporiam o que o autor denominou de “alienação eleitoral”. Para ele, os eleitores racionais, ao identificarem incerteza do significado efetivo do processo eleitoral, tendem a esperar um menor retorno do seu voto e a apresentar um descontentamento por meio da elevação das taxas de alienação. Nesse sentido, tal comportamento seria resultante de protestos dos eleitores diante da incerteza política presente. “[...] no Brasil, quanto maior a incerteza quanto ao significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação” (SANTOS, 1987, p. 55). Ainda conforme o autor, a maior credibilidade do processo político eleitoral promove uma menor taxa de alienação, característica que pode ser compreendida como o retorno esperado do voto.

Assim, caso o eleitor perceba que o processo de escolha dos governantes seja irrelevante, o mesmo tende a se abster do direito de votar; isso acontece, em geral, nos países

que adotam o voto facultativo. No Brasil, a abstenção tende a ser coibida pelo fato de o voto ser obrigatório, trazendo sérias restrições àqueles que não justificam sua ausência no pleito. E, “ao contrário do que se supõe, a compulsoriedade do voto não implica participação eleitoral automática” (SANTOS, 1987, p. 55).

Em relação às sanções previstas ao eleitor, quando há a obrigatoriedade do voto e os cidadãos optam por não participar e nem justificam a ausência, Cepaluni e Hidalgo (2015) discutem, em recente artigo, que o efeito causal desse mecanismo legal é, para os mais instruídos, praticamente o dobro do que em relação aos menos escolarizados, e isso se deve, principalmente, pela análise não apenas das sanções monetárias, que para muitos eleitores brasileiros tem um valor punitivo razoavelmente pequeno. O efeito maior foi constatado quando se analisam as multas não monetárias, que impedem os eleitores de contar com inúmeros serviços públicos. Para os referidos autores, são os cidadãos de classe média ou alta que sentem com maior intensidade os efeitos desse tipo de sanção, principalmente pelo fato de que esses são os principais usuários do serviço público e, em decorrência disso, esse grupo tende a participar de forma mais expressiva, se comparado com o de classe média, já que os integrantes dessa classe sentem menos o efeito das multas não monetárias, e isso acaba promovendo um aumento da desigualdade política (CEPALUNI; HIDALGO, 2015).

Lima Júnior (1990), apesar de considerar o fenômeno como sendo resultante dos votos brancos, nulos e abstenções, discorda de Santos (1987) quanto aos aspectos motivacionais para essa atitude do eleitor. Nesse sentido, para ele, a alienação deveria ser decomposta de forma distinta, agrupando-se, de um lado, a abstenção, e, de outro, os votos brancos e nulos, pois os motivos que levam o eleitor a não votar são, em geral, de natureza ecológica (como a extensão do território ou o grau de urbanização), enquanto que os votos brancos e nulos são provocados pelo grau de escolarização ou até mesmo pela extensão territorial (maior extensão territorial tende a produzir um menor número de votos brancos e nulos). Baseando-se nessa concepção, optou-se, nesta pesquisa, por utilizar a recomendação de Lima Júnior (1990), não apenas por acreditar que os motivos para tais comportamentos são distintos, mas também pelo fato de o Brasil adotar o voto obrigatório, que tem um enorme impacto na redução das abstenções.

Tratando-se da alienação eleitoral brasileira, um dos destaques tem sido Costa (2006), que se propôs a analisar esse tipo comportamental durante as eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 2002. Como resultados, percebeu que se trata de fenômeno complexo em seus aspectos causais, e que os motivos que levam o eleitor a abster-se são distintos daqueles que o levam a votar em branco ou nulo. Baseado nos achados de Lima Júnior (1990), o autor

verificou que no Brasil existem fatores ecológicos que influenciam na abstenção, e fatores socioeconômicos que motivam os votos inválidos. Agregado a isso, pesam, ainda, fatores de ordem institucional, que podem ou não incentivar o comparecimento eleitoral por meio de incentivos institucionais (voto obrigatório, adoção da urna eletrônica, sistema eleitoral), ou até mesmo pela própria conjuntura eleitoral, como o fato de haver eleições com maior competitividade (COSTA, 2006).

Ao investigar a alienação sob a vertente culturalista, Borba (2008) buscou compreender como as bases sociais e atitudinais influenciam esse tipo de comportamento no brasileiro. Para ele, a maior parte dos trabalhos tenta estudar essa forma de agir dos cidadãos focando apenas nas variáveis socioeconômicas e demográficas. Diante disso, o autor se dispôs a abordá-la de forma diversa e adotou como base empírica um *survey* pós-eleitoral chamado Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado no ano de 2002. Ele se propôs a testar e comparar a hipótese culturalista com as demais explicações vigentes sobre o fenômeno, tais como a Teoria da Escolha Racional. Na sua concepção, pensar a alienação sob a perspectiva culturalista é pensar nos valores e crenças políticas que estruturam a decisão do indivíduo em abster-se ou rejeitar os partidos e candidatos que lhes são ofertados no mercado eleitoral por meio da escolha pelo voto branco ou nulo.

Borba (2008) observou a evolução da alienação brasileira tomando como parâmetro de análise as eleições presidenciais de 2002. Para tanto, adotou como variáveis de estudo aquelas relacionadas às questões socioeconômicas (como idade, sexo, escolaridade, população economicamente ativa e renda familiar – PEA), institucionais e atitudinais⁴. Observando os dados, o mesmo identificou que a abstenção teve um aumento significativo em relação ao período entre 1989 a 2006. Quanto aos votos brancos e nulos, houve uma queda após 1998, com a introdução da urna eletrônica, conforme afirmou Nicolau (2004).

Para o referido autor, existe uma associação significativa entre as abstenções e as variáveis: renda, escolaridade e idade. Em relação às variáveis atitudinais e à alienação, observou-se que a abstenção é pouco relacionada aos índices adotados pelo autor, ou seja, a decisão de comparecer ou abster-se está pouco associada à forma como o cidadão percebe a política e suas instituições. Quanto à ligação entre os índices escolhidos pelo autor e os votos brancos e nulos, o resultado apresentado mostrou que o índice de avaliação das instituições

⁴ Para analisar as variáveis atitudinais, o autor criou cinco índices baseados nas respostas obtidas no questionário aplicado aos eleitores brasileiros quanto ao fenômeno da alienação eleitoral. Os índices utilizados pelo mesmo foram: o índice de clientelismo, o índice de informação política, o índice de satisfação com a democracia, o índice de eficácia política e o índice de avaliação das instituições políticas.

políticas apresentou uma diferença de 3% entre aqueles que fazem uma avaliação positiva das mesmas; já para a satisfação com a democracia existe uma menor variabilidade na taxa, sendo que os mais satisfeitos com o regime tendem a não ser alienados. Sobre o clientelismo, quanto mais o indivíduo aceita o clientelismo, menor é a possibilidade de o mesmo escolher entre os candidatos ou partidos que estão na disputa (BORBA, 2008). O autor afirma, ainda, que a alienação tem múltiplas causas e, frequentemente, é estudada por vários pesquisadores que tentam explicá-la partindo do pressuposto da racionalidade do eleitor ou do pressuposto da racionalidade contextual.

Nicolau (2004), ao estudar a participação eleitoral no Brasil, destacou duas dimensões: a primeira, manifesta sob a forma de comparecimento às urnas, na qual o eleitor opta por algum partido ou candidato à sua disposição na disputa; e a segunda, refere-se àqueles que comparecem às urnas, mas optam por votar em branco ou nulo, modalidades consideradas inválidas na legislação brasileira vigente. Ressalta, ainda, que esse fenômeno tem crescido muito nos últimos anos, sendo interpretado por alguns estudiosos como forma de protesto, em decorrência da obrigatoriedade do voto, conforme Santos (1987). De acordo com esse autor, a participação pode ser calculada baseando-se na razão entre o número de votantes e o total da população presente no local, sendo essa a forma mais confiável e cuja informação é encontrada com maior facilidade. Além dessa, é possível calculá-la por meio da razão entre o número de eleitores que compareceram às urnas e o número de eleitores inscritos. Esse último é o cálculo adotado pela maioria dos pesquisadores, pelo fato destas informações serem disponibilizadas constantemente pelos órgãos responsáveis pelo processo eleitoral. “[...] O maior problema de se trabalhar com o número de eleitores inscritos é que o cadastro muitas vezes encontra-se desatualizado, sobretudo devido a fraudes e a permanência de eleitores mortos na lista” (NICOLAU, 2004, p. 8-9). Nesta pesquisa, optou-se por calcular as variáveis relativas ao comportamento dos eleitores tomando como base a razão entre tais taxas e o eleitorado apto pela facilidade na obtenção de dados atualizados nos órgãos oficiais e por ser o mais utilizado pela maioria dos pesquisadores.

Para Nicolau (2004), a abstenção não deve ser vista apenas como forma de protesto, pois a própria legislação brasileira reconhece as ausências justificadas e, aos eleitores faltosos, é dada a oportunidade de se justificar junto ao juiz eleitoral, em até 30 dias após as eleições. No Brasil, a quantidade de justificativas eleitorais é considerada alta⁵. Por isso, ao estudar a

⁵ O total de justificativas eleitorais no Brasil segundo o TSE somente para o ano de 2012, no primeiro turno, foi de 7.639.044 para um eleitorado apto de 138.544.348 e nas eleições de 2016, também no primeiro turno, a quantidade de justificativas ficou em torno de 7.853.397 para um total de

abstenção é necessário levar em consideração o total de justificativas realizadas durante o pleito eleitoral (NICOLAU, 2004; BARRETO, 2008).

Em relação aos votos brancos e nulos, o autor constatou que houve um enorme impacto da introdução do voto eletrônico nos votos brancos e nulos, e que, em grande parte, o alto índice de votos inválidos não é, exclusivamente, “resultado de protesto contra o sistema político (ou do voto obrigatório), mas resultado de uma combinação perversa entre cidadãos com baixíssima escolaridade e uma cédula eleitoral que estava entre as mais complexas do mundo” (NICOLAU, 2004, p. 20). A urna eletrônica produziu uma grande mudança política no país, ao facilitar o voto, permitindo que milhões de eleitores passassem a manifestar sua preferência a partidos ou candidatos, ao invés de votar em branco ou nulo, por questões ligadas à escolaridade próprias do cidadão brasileiro.

A elevação no comparecimento eleitoral, devido à introdução das urnas eletrônicas e à ampliação do direito ao voto, após a CF de 1988, apresentou um efeito contrário ao esperado. O aumento do comparecimento não elevou as taxas de votos brancos e nulos, e, por isso, defende a tese de que o elevado número de votos inválidos no Brasil é decorrente, principalmente, das dificuldades cognitivas do eleitor em manusear a urna eletrônica. A escolaridade gerou efeitos distintos entre os votos inválidos, pois foi identificada uma associação negativa em relação aos votos brancos; já em relação aos nulos, ocorreu o inverso, apresentando uma associação positiva (NICOLAU, 2004).

Em estudo recente, Nicolau e Zucco (2016) afirmaram que apesar da introdução do voto eletrônico ter ampliado a participação dos eleitores brasileiros e ter contribuído para a redução dos votos inválidos, os mesmos constataram que essa tecnologia promoveu um novo tipo de erro, ou seja, um aumento considerável nos votos de legenda, em decorrência, principalmente, da maneira como é disponibilizada a sequência em que o eleitor deverá votar na eleição, o que pode gerar dúvidas no votante e, como consequência, pode acabar gerando um aumento nos votos de legenda do partido, votos esses dados, nesse caso, não por convicção, mas por erro, ao acharem que estão votando no candidato de sua preferência.

Silva *et al.* (2014), na busca pelo significado dos votos brancos e nulos nas eleições brasileiras, que segundo a literatura pode ser motivada pelo descontentamento ou pela baixa escolaridade do eleitor, buscaram avaliar, no contexto brasileiro, a pertinência dessas duas hipóteses aceitas pela literatura. Para isso, usaram três tipos de dimensões: as condições

144.088.912 eleitores aptos. É importante ressaltar que esse quantitativo envolveu o eleitorado do sexo masculino, feminino e não informado, na faixa etária entre 16 anos e mais de 79 anos de idade, incluindo-se os inválidos.

socioeconômicas (idade, sexo, escolaridade); a confiança nas instituições políticas e no processo eleitoral, e a avaliação da economia. As principais conclusões identificadas pelos estudiosos foram de que o sexo do indivíduo não é significativo para prever os votos brancos e nulos; já a idade⁶ tem um impacto negativo sobre eles, na medida em que os indivíduos mais velhos têm uma menor probabilidade de optarem pelo voto inválido, ou seja, branco ou nulo.

Segundo os autores, a tese defendida por Nicolau (2004), de que há relação entre a baixa sofisticação política e o fenômeno dos votos brancos e nulos, não pôde ser comprovada para o caso brasileiro, e que tais votos são resultantes, em grande medida, do descontentamento do eleitor em relação ao funcionamento da democracia, ao processo eleitoral e à avaliação da economia. Assim, essa modalidade de participação pode ser concebida, de alguma maneira, como uma expressão de protesto por parte dos eleitores.

Silva (2011), ao aprofundar seu conhecimento sobre a alienação brasileira, adotou como objeto de análise as eleições presidenciais de 2002, afirmando que esse fenômeno tem sido frequente nos pleitos eleitorais do país desde a sua redemocratização, com altos índices de abstenção, mesmo o voto sendo de caráter obrigatório. Quando somados as abstenções e os votos brancos e nulos, os índices aumentaram, chegando a atingir patamares superiores ao total de votos obtidos pelo candidato vencedor, fato ocorrido durante as eleições presidenciais do ano de 1998.

As principais conclusões obtidas por Silva (2011) sobre esse fenômeno no Brasil, convergem, em parte, com a literatura, ou seja, esse tipo de comportamento se apresenta de forma heterogênea, possui múltiplas causas e significados distintos, não podendo, assim, ser considerado único e decorrente de motivos homogêneos. Para ele, a abstenção estaria ligada, na maior parte, a fatores estruturais, como renda e escolarização; já os votos brancos e nulos não possuem uma base social definida e, em geral, vêm de eleitores que avaliam negativamente as instituições políticas vigentes. Além disso, a tese de que votos brancos e nulos são formas de protesto deve ser relativizada, principalmente no que diz respeito à educação, pois ela pode contribuir para o declínio ou para o aumento dos votos inválidos (brancos e nulos).

Destarte a questão do comportamento eleitoral, o tema da alienação eleitoral tem, aos poucos, conquistado espaço nas principais discussões da Ciência Política brasileira, e apesar

⁶ Com relação à idade, o efeito é significativo e negativo, de modo que quanto maior o número de anos de vida do indivíduo, menor a probabilidade de que seu voto seja branco ou nulo, reduzindo as chances em 1,7% a cada ano de idade (SILVA *et al.*, 2014, p. 73).

desse avanço, Barreto (2008) constatou que esse tema não tem sido dos mais populares nas discussões sobre a qualidade da democracia e, por isso, deve ser ampliado o leque de discussões acerca do mesmo. Nesse sentido, é preciso verificar como se dá o acesso ao voto, os critérios exigidos para ser considerado eleitor, o tipo de legislação adotada em relação ao comparecimento compulsório ou não, bem como as sanções aplicáveis em caso de não comparecimento.

Segundo o autor, ao analisar as taxas de comparecimento ou abstenção, é importante verificar a diferença existente entre dois grupos de cidadãos: os alistáveis ou eleitor potencial (aqueles que possuem as exigências legais para se tornar eleitor) e o alistado (também denominado eleitor bruto, que possui as exigências legais e fez o alistamento eleitoral). A partir desses dados, surgem duas taxas distintas, que são a de alistamento eleitoral, correspondente ao total de pessoas que, de fato, se tornam eleitores, e a de marginalização, que corresponde àqueles com os atributos exigidos por lei, mas que deixam de se alistar e são impedidos de votar (BARRETO, 2008).

Para Barreto (2008), a taxa de marginalização incluiria três tipos de eleitores potenciais no Brasil, país em que o voto é de caráter compulsório, que seriam: os analfabetos (o voto é facultativo); os jovens de 16 e 17 anos (que são facultados a votar); e os eleitores maiores de 18 anos, e alfabetizados, para quem o voto é obrigatório. Esse conjunto de cidadãos pode, em grande medida, impactar as taxas de abstenção eleitoral, caso não cumpra a exigência básica para votar: o cadastramento eleitoral. Barreto (2008) deixa claro que devido à complexidade em relação à abstenção eleitoral, não há necessidade de que uma teoria explicativa exclua as demais em sua análise, mas que juntas elas podem conjugar seus esforços para tentar estabelecer uma compreensão mais completa sobre este fenômeno que vem sendo observado em vários países de democracia representativa.

Consoante a isso, a questão do eleitor ausente é bastante complexa e apresenta múltiplas motivações. Embora o conceito de eleitor seja muito amplo, ele continua impondo limitações que, de certa forma, impedem boa parte da população de exercer sua cidadania eleitoral, e isso decorre pelo fato de se exigir o alistamento como condição necessária para que o mesmo passe a compor o eleitorado bruto e, assim, possa exercer seu direito de votar. Além disso, os aspectos constitucionais têm uma parcela significativa na contribuição pelo incentivo a uma maior participação, especialmente em locais onde o voto é obrigatório (BARRETO, 2008).

Com base nos estudos citados, percebe-se a complexidade desse fenômeno que tem se apresentado de forma crescente não apenas em países como o Brasil, que possui instituições

democráticas em processo de consolidação, mas também em países que já apresentam democracias bastante sólidas.

1.3 Principais conclusões do capítulo

A necessidade de compreender os fatores que motivam o eleitor a comparecer ou abster-se do processo eleitoral nas democracias representativas tem sido constante, principalmente após a segunda metade do século XX. Somado a isso, a participação eleitoral vem apresentando enorme declínio no Brasil e no mundo, o que tem promovido inúmeras discussões na perspectiva de entender as fontes originárias e consequências desse tipo de comportamento. Com base no levantamento bibliográfico, verificou-se que a maior parte dos estudos que abordam o comportamento eleitoral voltam suas análises para as democracias consolidadas, sendo predominantes aqueles que focam no contexto dos EUA (PEDERSEN; DASSONNEVILLE; HOOGHE, 2014; VICTORINO *et al.*, 2017).

Em relação à queda na participação eleitoral, verificou-se que a mesma está presente tanto em países com voto facultativo quanto naqueles de voto compulsório, sendo que nestes últimos a abstenção apresenta-se em menor proporção (BIRCH, 2009). Assim, para estudar os motivos que levam à participação ou não dos eleitores no processo de escolha dos governantes e, ao mesmo tempo, com o intuito de compreender como se dá esse processo de decisão, existem pelo menos quatro linhas de abordagem que têm se destacado ao longo do tempo: a teoria psicológica ou modelo de Michigan; o modelo histórico-contextual; que se subdivide em teoria sociológica e economicista; a teoria da escolha racional e o modelo demográfico-descritivo (FIGUEIREDO, 1991).

Baseado na literatura apresentada, foi possível identificar quais variáveis têm impactado no comportamento dos eleitores sob diferentes contextos políticos. Assim os principais motivos que têm impactado na decisão dos cidadãos de participar ou não das eleições, foram: ciclo de vida e mudança geracional, educação, idade, renda, religiosidade, estado civil, gênero, multipartidarismo, contexto eleitoral, interesse político, ideologia partidária, voto obrigatório, disposições genéticas, extensão territorial, densidade do eleitorado, IDH, evolução do sistema partidário, eleições pré-democráticas, número efetivo de partidos, urbanização, desemprego, inflação, alienação e indiferença, tipo de eleições para o Legislativo e Executivo, efetividade do governo, satisfação com a democracia, confiança nas instituições, qualidade da democracia, competitividade das eleições, além de crenças e valores.

De acordo com os trabalhos que versam sobre a alienação no Brasil, verificou-se que as principais variáveis causais desse comportamento são: extensão territorial, urbanização, educação, renda, avaliação da economia, descontentamento do eleitor, confiança nas instituições políticas e processo eleitoral, sexo, PEA e variáveis atitudinais. Além disso, Nicolau (2004) e Barreto (2008) ressaltam a importância de se levar em consideração a existência do voto compulsório e as taxas de justificativa eleitoral, pois essas são bastante elevadas. O quadro abaixo retrata os principais pontos em comum entre os autores que se propuseram a discutir o fenômeno do comportamento eleitoral e da alienação em contextos de democracias consolidadas e em democracias recentes, como o Brasil.

Quadro 1 - Resumo das principais variáveis apresentadas pela literatura que impactam no comportamento eleitoral e na alienação

Literatura que trata sobre o comportamento eleitoral nas democracias consolidadas ou em processo de consolidação		Literatura que trata sobre o comportamento na América Latina, especialmente no Brasil	
Autores	Variáveis	Autores	Variáveis
Blais <i>et al.</i> (2004)	Ciclo de vida e a mudança geracional; religiosidade, estado civil, pertencer a um sindicato e gênero.	Lima Júnior (1990); Silva (2011); Ribeiro; Borba; Silva (2015); Roussias (2012); Silva (2017)	Extensão territorial, urbanização;
Blais <i>et al.</i> (2004); Pedersen; Dassonneville; Hooghe (2014); Victorino <i>et al.</i> (2017); Magalhães (2001); Wuttke, (2017)	Educação	Lima Júnior (1990); Nicolau (2004); Borba (2008); Ribeiro, Borba e Silva (2015); Silva (2017); Silva <i>et al.</i> (2014); Silva (2011)	Educação
Blais <i>et al.</i> (2004); Victorino <i>et al.</i> (2017); Magalhães (2001)	Idade	Santos (1987); Borba (2008); Costa (2006)	Renda, avaliação da economia e descontentamento do eleitor.
Victorino <i>et al.</i> (2017); Magalhães (2001)	Renda e PIB <i>per capita</i> .	Silva <i>et al.</i> (2014)	Confiança nas instituições políticas e processo eleitoral.
Pederssen; Dassonneville; Hooghe (2014)	Multipartidarismo, contexto político, interesse político e ideologia partidária;	Santos (1987); Borba (2008)	Sexo, PEA, índice de clientelismo, índice de informação política, índice de satisfação com a democracia, índice de eficácia política e índice de avaliação das instituições políticas.
Roussias (2012); Birch (2009)	Voto obrigatório	Nicolau (2004); Barreto (2008); Cepaluni; Hidalgo	Voto obrigatório

		(2010); Ribeiro; Borba; Silva (2015); Silva (2017)	
Wuttke (2017)	Traços de personalidade e disposições genéticas.	Nicolau (2004); Nicolau; Zucco (2016)	Voto eletrônico
Victorino <i>et al.</i> (2017)	Extensão territorial, densidade do eleitorado e IDH.	Ribeiro; Borba; Silva (2015)	Tipo de Legislativo, tipo de eleições para o Legislativo e Executivo, efetividade do governo.
Roussias (2012)	Evolução do sistema partidário, eleições pré-democráticas e número efetivo de partidos. Desemprego e inflação.	Ribeiro; Borba; Silva (2015); Silva (2017)	Idade
Victorino <i>et al.</i> (2017)	Urbanização	Ribeiro; Borba; Silva (2015); Silva (2017)	Renda e PIB <i>per capita</i>
Pederssen; Dassonneville; Hooghe (2014); Adams; Dow; Merrill III (2006)	Alienação e indiferença.	Silva (2017); Ribeiro; Borba; Silva (2015)	Satisfação com a democracia; confiança nas instituições, situação econômica, qualidade da democracia, competitividade das eleições e identificação partidária.
Adams; Dow; Merrill III (2006); Jordan (2017); Fraga; Hersh (2010)	Satisfação com a democracia; confiança nas instituições, situação econômica, qualidade da democracia, competitividade das eleições e identificação partidária.	Silva (2017), Costa (2006), Ribeiro; Borba; Silva (2015)	Competitividade eleitoral
Magalhães (2001)	Interesse por política, crenças e valores.		

Fonte: Elaboração própria (2018).

Em relação aos autores que abordam a alienação eleitoral brasileira, notou-se que enquanto a alienação, no contexto internacional, está baseada numa visão negativa dos eleitores em relação aos partidos ou candidatos que se apresentam à disputa; no Brasil, esse fenômeno é visto como um indicador que envolve a taxa de abstenção, de votos brancos e nulos (SANTOS, 1987; LIMA JÚNIOR, 1990; BORBA, 2008; SILVA *et al.*, 2014; COSTA, 2006) e que tem múltiplas causas, envolvendo desde aspectos de ordem socioeconômica até fatores de natureza individual, coletiva, política e/ou institucional.

2 ESTRUTURA DA COMPETIÇÃO POLÍTICA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS COM CANDIDATURA ÚNICA NO BRASIL

O Brasil passou por uma longa e gradual transição entre o regime ditatorial e a democracia. Atualmente, o país vem apresentando características básicas exigidas pelas democracias, tais como: seus governantes têm sido escolhidos pelo povo, através de eleições regulares; as disputas eleitorais vêm sendo, no geral, competitivas e acirradas quanto ao cargo Executivo, apresentando, em média, dois ou mais candidatos na disputa; quanto aos cidadãos, a maior parte tem tido direito ao voto, sendo excluídos apenas os cidadãos menores de 16 anos de idade. Em relação aos princípios considerados essenciais à democracia representativa, esses têm sido frequentes em todo o território, e a maior parte das eleições tem se caracterizado pelo princípio da incerteza dos seus resultados e presença de competitividade.

Um aspecto que merece ser discutido e que pode gerar o fenômeno de eleições com candidatura única diz respeito ao quadro institucional adotado pelo país, já que esse não exige a obrigatoriedade quanto à existência de pelo menos dois competidores nas disputas pelos cargos eleitorais, podendo, assim, gerar, dependendo do poder de coordenação dos partidos políticos, eleições com apenas um candidato ao cargo de Executivo, fato que vem sendo recorrente no Brasil desde a sua redemocratização. Assim, conhecendo a realidade brasileira quanto aos seus aspectos históricos, social, político e institucional, é possível compreender os prováveis impactos de tais variáveis para a existência de eleições sem disputas e, principalmente, identificar as consequências desse fenômeno para o processo de tomada de decisão política por parte dos eleitores brasileiros em tal contexto.

Propõe-se, neste capítulo, fazer um breve resumo sobre o quadro institucional do país e conhecer como a literatura brasileira tem discutido questões relativas às eleições nacionais e subnacionais, bem como a questão partidária, eleitoral e os aspectos ligados à estrutura de competição presente nessas disputas políticas.

2.1 O sistema eleitoral brasileiro e a competitividade na política: caracterização e análise

As eleições, como mecanismo formal de participação do povo, são uma condição necessária para o regime democrático representativo. Elas são reguladas por um conjunto de normas que pode determinar os resultados finais e, ao mesmo tempo, exercer influência no comportamento dos atores envolvidos (PERES, 2008).

As disputas eleitorais ocupam um espaço de destaque nas discussões relativas à democracia, sendo consideradas por muitos como “elemento central da democracia representativa” (SILVA *et al.*, 2014, p. 65), no qual a participação do eleitor é manifestada por meio do sufrágio. No Brasil, geralmente as eleições têm sido regulares, com certo grau de competitividade e regidas por leis que determinam as ações dos eleitores, comportamento que, conforme visto anteriormente, pode ser motivado por fatores sociológicos, psicológicos ou ainda baseado num cálculo racional de custo-benefício.

Mecanismos legais como o sistema eleitoral, o sistema partidário, as regras de financiamento das campanhas, a legislação, entre outras leis, atua juntos, de forma a moldar ou condicionar o comportamento dos indivíduos, seja por meio de constrangimentos ou restrições. Baseando-se nisso, Peres (2008) afirma que os indivíduos agem de forma estratégica e moralmente com base nas instituições vigentes sendo, portanto, variáveis importantes e que podem ser utilizadas para a compreensão dos fenômenos políticos, especialmente em relação ao aspecto comportamental dos eleitores.

Sabendo-se que a eleição é elemento característico do método democrático, espera-se que ela seja, no mínimo, inclusiva e competitiva, com o intuito de promover um maior envolvimento do eleitorado e mobilizá-lo a participar dessas disputas. Por isso, a competitividade deve, pelo menos em sentido normativo, estar presente nas eleições que constituirão parte do poder local. De acordo com Vasquez (2016), existem duas formas de abordar essa questão. Uma trata da competição sob o ponto de vista da institucionalização do sistema político, e a outra linha seria a que tem como objeto central a competição eleitoral propriamente dita. Segundo o autor, a institucionalização ou nacionalização partidária e a existência de partidos com raízes na sociedade não garantem a competitividade nas eleições. Para ele, é necessário compreender a competição sob a ótica de três pontos: o número de candidatos que se apresenta na disputa; a alternância do poder e o grau de competitividade, o que Caramani (2002) denomina de “*marginality*” ou marginalidade, que seria a razão entre os votos obtidos pelos dois candidatos mais votados.

Vasquez (2016), ao analisar a competição eleitoral nos municípios brasileiros no período de 1996 a 2012, identificou que, no geral, as eleições para o Executivo são competitivas, acirradas e que os municípios em que houve a ausência do segundo turno apresentaram uma média de dois candidatos por cargo, o que vai ao encontro à Lei de Duverger (1970), de que o sistema partidário está relacionado ao sistema eleitoral, seja em eleições majoritárias ou proporcionais. Apesar da presença de competitividade, o autor deixa claro que existem municípios brasileiros, durante esse período, que se caracterizaram por

eleições sem disputa, nas quais apenas um candidato se dispôs a concorrer, e que esse fenômeno não se concentra numa região específica do país.

Assim, as eleições, como instrumento de participação do povo, e ao ocuparem o centro das atenções, apresentam dupla função: servem como mecanismo de controle no qual os eleitos devem prestar contas de suas ações ao eleitor e, ao mesmo tempo, permitem que o eleitor tenha o poder de decisão na escolha daqueles que deterão o poder de forma legítima, decisão que se dá por meio da participação durante os pleitos. “As eleições possuem uma dupla função. Por um lado, criam responsabilidades aos governantes e, por outro, asseguram sua dependência aos cidadãos” (BOROWIAK, 2011, p. 36, tradução nossa)⁷.

Para estudar os fenômenos políticos, em especial, o comportamento do eleitor, é primordial o conhecimento das características do sistema eleitoral vigente, pois isso pode facilitar a compreensão dos mesmos, tanto no âmbito nacional quanto subnacional (NICOLAU, 2004). Para o autor, o sistema eleitoral pode ser concebido como um conjunto de regras que determina o modo como o eleitor fará suas escolhas numa determinada eleição, e como os votos obtidos serão transformados em mandatos, seja no Legislativo (cadeiras), seja no Executivo (chefia). Dentre as formas de classificá-los, a mais comum baseia-se na fórmula eleitoral, ou seja, na maneira como os votos serão convertidos em cadeiras, podendo esse ser dividido em sistema de representação majoritária ou sistema de representação proporcional.

Conforme Nicolau (2004), o sistema majoritário tende a ser dividido em três subtipos: o de maioria simples, em que é eleito o candidato que obtiver o maior número de votos; o de dois turnos, no qual se exige que um dos concorrentes possua mais de 50% dos votos válidos para ser eleito, não sendo satisfeita essa condição, é realizada uma nova eleição; e o terceiro subtipo é o voto alternativo, em que ocorre a transferência de votos dos menos votados para outros, garantindo assim que um candidato tenha maioria absoluta.

O Brasil adota dois tipos de sistema eleitoral: o majoritário (usado para eleger prefeitos, governadores, presidente e senadores), e o proporcional (eleição de deputados federais, estaduais e vereadores). Nas eleições majoritárias para Presidente e para Prefeitos de municípios acima de 200.000 eleitores, é exigida uma maioria absoluta para que o candidato seja eleito; já nos municípios com eleitorado inferior a 200 mil, é utilizado o critério da maioria simples, no qual será eleito o candidato que obtiver o maior número de votos válidos, não sendo computados os brancos e nulos (NICOLAU, 2004).

⁷ “Elections serve a double function. On the other, they hold leaders to account and foster dependence on citizens” (BOROWIAK, 2011, p. 36).

O sistema proporcional brasileiro é do tipo lista aberta e apresenta como principais vantagens, segundo Amaral (2008), o fato de permitir uma maior aproximação entre eleito e eleitor, sendo ainda considerado o mais democrático e representativo, e assegura o voto pessoal ao invés do partidário. A representação proporcional “tem como objetivo fazer com que o Parlamento reflita o mais fielmente possível o mosaico ideológico e político da sociedade, assegurando a representação do maior número possível de opiniões” (AMARAL, 2008 p. 156). Quanto aos pontos negativos, esse tipo de sistema tende a estimular a fragmentação partidária, já que o foco durante o processo eleitoral acaba sendo o candidato, e não o partido, desaparecendo com isso o compromisso político-partidário; ele também acarreta em incentivos à corrupção, sendo considerado por muitos críticos como o principal responsável pela crise dos partidos políticos atualmente.

2.2 Multipartidarismo e as coligações eleitorais

No Brasil, as eleições são realizadas a cada dois anos, sendo a municipal (Prefeitos e Vereadores) realizada em períodos distintos das eleições gerais (Presidente, Governador, Deputados e Senadores). Nesse processo, incluem-se um dos principais atores da democracia representativa, os partidos políticos, que agem, segundo Duverger (1970), no terreno eleitoral e/ou na arena parlamentar e possuem como função principal a de definir os candidatos que participarão do pleito.

Conforme Soares (2001), os partidos políticos podem ser vistos como organizações que apresentam objetivos políticos, em que sua definição está ligada ao conceito de periferia partidária e compreende o conjunto de pessoas e organizações da sociedade civil habitualmente vinculado ao mesmo. Nos regimes democráticos é obrigatória a vinculação entre partido e eleição, ou seja, somente podem candidatar-se aos cargos eleitorais aqueles que forem filiados a um partido político; tal fato acaba centralizando o poder nas mãos dos partidos políticos e mostrando sua força durante esse processo.

A classificação mais usual do sistema partidário foi proposta por Duverger (1970) e baseia-se na quantidade de partidos existentes, podendo classificá-los em: partido único ou unipartidarismo, *two-parties system* ou bipartidarismo e sistema multipartidário. O sistema eleitoral do tipo representativo proporcional tende, segundo o autor, ao pluripartidarismo (vários partidos envolvidos na disputa), e o representativo majoritário vai em direção ao bipartidarismo ou *two-parties system* (dois partidos envolvem-se nesse processo).

O atual sistema partidário brasileiro mantém elevados graus de fragmentação e volatilidade, porém, no âmbito do Congresso Nacional, os mesmos se mostraram bastante fortes e que controlam o jogo político (MELO, 2007). Além disso, esse tipo sistema, no qual se apresentam vários candidatos à disputa, pode vir a dificultar a identificação dos partidos pelo eleitorado, principalmente no contexto de eleições majoritárias e locais, em que a disputa, em geral, centra-se no candidato e no forte personalismo político.

Outra característica típica das instituições políticas brasileiras, em especial aos partidos políticos, diz respeito à existência das coligações, estratégia usada pelos partidos com o objetivo de maximizar o número de votos na disputa. Para Nicolau (2004), as coligações são importantes, principalmente no sistema proporcional, pois ampliam as chances dos pequenos partidos serem representados. Reafirmando o argumento anterior, Soares (2001) diz que as coligações permitem ainda o fortalecimento do sistema eleitoral, na medida em que se baseiam em princípios racionais e permitem eleger, na maioria das vezes, o máximo de representantes, com o mínimo de esforços.

Para Sandes-Freitas (2015), Mizuca (2007) e Kerbauy (2008), as alianças ou coligações são típicas no sistema político brasileiro, seja no âmbito nacional ou subnacional, e são utilizadas pelos políticos como mecanismo para facilitar a obtenção de votos, cargos ou políticas públicas e, dependendo das regras eleitorais, acabam sendo utilizadas como instrumento para melhorar o desempenho eleitoral dos candidatos e, ao mesmo tempo, para limitar as escolhas do eleitor.

No plano subnacional, em especial nas eleições majoritárias municipais, as coligações acabam contribuindo para a redução do número de candidatos durante a competição eleitoral e, conseqüentemente, podem vir a promover a existência de eleições com candidaturas únicas. Esta estratégia acaba eliminando, em grande parte, as chances da existência de muitos oponentes e, ao mesmo tempo, possibilita o ganho coletivo dos partidos envolvidos na coligação, pois fortalece também os laços políticos visando aos ganhos em eleições futuras (SANDES-FREITAS, 2015).

Com base na discussão apresentada, percebe-se que o comportamento dos atores envolvidos na política, bem como as eleições, é influenciado pelo tipo de sistema eleitoral e partidário vigente e as coligações funcionam como estratégia bastante eficaz na obtenção de vantagens tanto individuais (candidato) quanto coletivas (partidos envolvidos na aliança).

2.3 Eleições Municipais e suas percepções no contexto nacional e local

A compreensão do comportamento dos eleitores brasileiros quanto à participação ou abstenção, durante o processo de escolha dos representantes, requer não apenas a análise da ação racional ou irracional do indivíduo, mas também é necessário o conhecimento sobre os diferentes contextos socioeconômicos aos quais eles estão inseridos (CAVALCANTE, 2015). As eleições nacionais e locais, embora submetidas às mesmas regras e limitem a atuação dos atores envolvidos, não acontecem de forma semelhante, e cada disputa guarda, em si, suas particularidades. Por isso, é essencial estudar tal temática no âmbito municipal, em decorrência da grande diversidade apresentada neste universo de análise.

Nas eleições municipais foi identificado o fenômeno da candidatura única ao cargo Executivo, e isso gerou uma inquietação, pois tal cargo representa um dos maiores prêmios dentro da política local e, no geral, espera-se que seja bastante competitivo; além disso, conforme Vasquez (2016), é nesse ambiente que podem ser aplicados os dois tipos de regras eleitorais vigentes no Brasil: regra majoritária de maioria simples ou regra majoritária de maioria absoluta, dependendo do tamanho do colégio eleitoral.

Uma das formas de se identificar o grau de consolidação do sistema político, seja no âmbito nacional ou subnacional, é analisando o grau de competitividade partidária que, na concepção de Caramani (2002), está relacionada à presença de contestação durante as eleições, pois, só existe competição se houver pelo menos dois candidatos disputando por uma vaga, caso contrário, não haverá competição. Para a autora, quanto maior o número de contestadores, maior é o índice de competitividade de um distrito, e essa condição está ligada à disseminação dos partidos pelo seu território. Assim, a competição no sistema político tende a aumentar com o surgimento das clivagens territoriais e setoriais, ou até mesmo dentro de suas funcionalidades ou clivagens ideológicas (CARAMANI, 2002).

Outra forma viável de calcular o índice de competitividade é por meio do número efetivo de partidos (NEP) que, segundo Laakso e Taagepera (1979), leva em consideração apenas o número de competidores ou partidos que têm potencial efetivo para concorrer, e tal índice relaciona-se com o grau de fragmentação partidária, daí sua importância na análise da competição, pois uma maior variedade de opções partidárias não necessariamente significa que eles têm poder efetivo de competir com os grandes partidos.

Peixoto e Goulart (2014), ao estudarem a evolução da competição eleitoral nos municípios brasileiros durante os anos de 1996 a 2012, identificaram que os “grotões eleitorais”, ou seja, as regiões pobres, ainda são pouco estudados no Brasil, e apresentam

particularidades que devem ser pesquisadas de forma aprofundada, pois é no âmbito municipal a maior ocorrência de representantes eleitos do país. Ao analisarem o processo de evolução da competição local no país, os autores concluíram que os “grotões” foram praticamente eliminados, ainda que haja uma pequena permanência deles na região Sul do Brasil. Quanto ao número de competidores, eles perceberam que tem aumentado significativamente, em decorrência da nacionalização do sistema partidário, e que o sistema eleitoral majoritário adotado nas eleições para prefeitos tem sido um dos maiores limitadores da competição, se comparado com o sistema proporcional (PEIXOTO; GOULART, 2014, p. 62).

O estudo sobre as disputas locais se faz necessário não apenas pela escassez de pesquisas na área que, na maioria dos casos, focam nas eleições nacionais. Quando pesquisam a nível municipal, restringem-se às capitais, por apresentarem um maior contingente eleitoral e, principalmente, porque elas contam com uma maior relevância institucional e reúnem aproximadamente 20% dos votos válidos de todos os municípios brasileiros (CERVI, 2013).

Em relação ao cenário local de disputas, Cruz (2011) afirma que a eleição municipal é o “lôcus do processo eleitoral”, e é nesse ambiente que é possível perceber as particularidades do voto e as variáveis que têm maior influência para o resultado final do pleito, na medida em que tal universo de análise é marcado por diferentes contextos socioeconômicos e conjunturais. Para a autora, o estudo do cenário político local é importante porque apresenta uma nova dinâmica e fatores distintos na relação entre o candidato e o eleitor, que acabam influenciando em suas decisões, tais como: a presença de oligarquias, o coronelismo, as relações de amizade, a troca de favores; além disso, as eleições municipais evidenciam características desse universo que são imperceptíveis em eleições presidenciais.

Ainda sobre a política local, Mizuca (2007) afirma ser nesse ambiente que os interesses locais se sobrepõem ao comportamento nacional das organizações partidárias, ou seja, é nas cidades que a atuação das legendas atinge uma maior espontaneidade e tem maior liberdade para fazer coligações entre partidos, sem levar em consideração as particularidades ideológicas existentes nas eleições a nível nacional.

2.4 Eleições sem disputa: um estudo sobre os municípios com candidatura única

Somado ao problema da alienação eleitoral, que pode indicar o baixo envolvimento do cidadão com o processo de escolha dos representantes políticos, um fenômeno possível nos regimes democráticos é a existência de eleições sem disputa, ou seja, de candidatura única. Se

as eleições são centrais para a própria democracia, devem, em tese, ser inclusivas e competitivas. Sem esses elementos, aumenta-se a probabilidade de que os cargos políticos sejam ocupados por poucos grupos que possuem mais capacidade de se organizar eleitoralmente.

O fenômeno da candidatura única vem sendo presente em algumas cidades brasileiras durante as eleições para o Executivo municipal, e a literatura tem apresentado uma enorme lacuna quando o assunto está ligado a esse tipo de comportamento político, especialmente quando se trata das implicações disso para o comportamento do eleitor e para a própria alienação eleitoral. Entre os poucos trabalhos encontrados que versam sobre tal fenômeno, destacaram-se os de Damin (2012) e de Rebello, Damin e Martins (2015), sendo os mesmos bastante restritos quanto ao seu universo de análise.

Rebello, Damin e Martins (2015), apesar de verificarem o impacto do fenômeno para a alienação eleitoral em todos os municípios do Brasil, acabam restringindo sua pesquisa somente ao pleito de 2012, limitando sua pesquisa mais a descrever tal fenômeno a partir dos dados obtidos. Já Damin (2012), ao tentar fazer um estudo mais aprofundado sobre o fenômeno da candidatura única e seu impacto na participação eleitoral, restringe ainda mais sua pesquisa, na medida em que foca sua análise apenas a um determinado estado do país, no caso o Rio Grande do Sul, especificamente durante as eleições de 2008.

Ambos os trabalhos procuram compreender esse caso típico do Brasil sob a ótica das teorias democráticas, em especial, focando na definição proposta por Dahl (2012), que coloca como ponto central da democracia a existência de eleições competitivas e que se caracterizam pelo princípio da incerteza dos resultados. Em sua pesquisa, os dois trabalhos em destaque procuram traçar o perfil dos municípios e candidatos em tais locais, bem como verificar o impacto que isso teve na alienação eleitoral, ou seja, no número de abstenções, votos brancos e nulos.

Damin (2012) conseguiu identificar que os 30 municípios com candidatura única possuem como características principais o fato de terem pequena extensão, baixo eleitorado, orçamentos pequenos, os candidatos terem mais de 40 anos, serem homens, possuírem larga carreira política, escolaridade mediana e pertencerem aos partidos PMDB, PDT ou PP. Além disso, percebeu que esse fenômeno sofre oposição de parte significativa do eleitorado, manifestando esse sentimento por meio da elevação nos votos brancos e nulos.

Rebello, Damin e Martins (2015), ao estudarem as eleições não competitivas no Brasil, no ano de 2012, chegaram a conclusões semelhantes às de Damin (2012), reafirmando que o fato de as eleições não serem competitivas tem impactado nos votos brancos e nulos, o

que pode ser um sinal de protesto por parte do eleitor contra as decisões da elite partidária, ao tentar excluir o caráter competitivo das eleições majoritárias.

Um terceiro estudo, que aborda de forma secundária a existência de candidatura única, foi produzido por Vasquez (2016). Ao analisar os níveis de competição eleitoral existentes nos municípios brasileiros no período de 1996 a 2012, identificou que, em geral, as eleições para o cargo Executivo municipal são bastante competitivas e acirradas. Além disso, nos municípios que não apresentam segundo turno, é comum existirem na disputa uma média de dois candidatos, o que vai ao encontro à Lei de Duverger (1970) segundo a qual o sistema partidário está relacionado ao sistema eleitoral, seja em eleições majoritárias ou proporcionais. Apesar dos achados quanto à competitividade, o autor deixa claro que existem municípios brasileiros, durante esse período, que apresentaram eleições sem disputa, porém, eles não se encontram concentrados numa região específica. Em sua pesquisa, identificou, ainda, que embora não haja concentração espacial do fenômeno, ele se faz menos presente na região Norte do país.

É nesse sentido que esta pesquisa visa centrar-se, conjuntamente, nesses dois aspectos tão relevantes para a compreensão dos regimes democráticos, em específico, do caso brasileiro: a alienação eleitoral e a existência de municípios com candidaturas únicas, bem como a ocorrência de uma possível relação entre ambos.

2.5 Conclusões do capítulo

O presente capítulo objetivou fazer um levantamento de informações relacionadas aos aspectos políticos e institucionais vigentes no país, pois sua análise é importante para a compreensão do fenômeno das candidaturas únicas e, ao mesmo tempo, para entender as diversas lógicas envolvidas no comportamento político dos eleitores brasileiros.

Com base na literatura, as eleições constituem elemento central da democracia representativa e são o evento de maior participação dos cidadãos. Como elemento essencial à democracia representativa, elas possuem como características básicas o fato de serem livres e competitivas. O Brasil, como país democrático, vem apresentando, no geral, eleições competitivas, acirradas e regulares, a nível municipal, porém, mesmo diante das mesmas regras eleitorais, verifica-se uma grande variedade quanto aos níveis de competição eleitoral (VASQUEZ, 2016; PEIXOTO; GOULART, 2014; KERBAUY, 2016).

Quanto às regras que regulam e influenciam no comportamento do eleitor brasileiro e nas eleições, destaca-se o sistema eleitoral, que segundo Nicolau (2004) pode ser classificado

como majoritário ou proporcional, sendo o Majoritário usado nas disputas ao cargo do Executivo e Senadores, e o proporcional utilizado nas eleições de vereadores e deputados, sendo esse considerado o mais adequado no âmbito da representatividade. Além disso, constatou-se que existe, conforme Duverger (1970), uma estreita relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário, e que esse pode ser classificado de acordo com o número de partidos existentes, resultando na seguinte divisão: partido único ou unipartidarismo, *two-parties system* ou bipartidarismo e sistema multipartidário. Outra característica típica das instituições políticas brasileiras, em especial dos partidos políticos, diz respeito à existência das coligações, estratégia usada pelos mesmos para maximizar o número de votos na disputa eleitoral. As coligações são importantes, principalmente no sistema proporcional, pois ampliam as chances de os pequenos partidos serem representados (NICOLAU, 2004).

Com base na discussão acima, percebe-se que o comportamento dos atores envolvidos na política, bem como as eleições, é influenciado pelo sistema eleitoral e partidário vigente, e que as coligações funcionam como estratégia bastante eficaz na obtenção de vantagens tanto individuais (para o próprio candidato) quanto coletivas (partidos envolvidos na aliança).

Ainda em relação às eleições, embora sejam submetidas a um mesmo conjunto institucional, as disputas a nível municipal não acontecem de forma semelhante, e cada uma guarda, em si, suas particularidades, por isso, é interessante entender esse fenômeno. Outro ponto de destaque quando se trata do regime democrático no Brasil, diz respeito à fragmentação partidária, resultante principalmente da crise entre os partidos brasileiros e que vem provocando uma frequente queda nas taxas de participação eleitoral ao longo dos pleitos, embora o voto seja de caráter obrigatório.

Somado a isso, um fenômeno possível nos regimes democráticos é a existência de eleições sem disputa, ou seja, de candidatura única, e a literatura, apesar do vasto acervo relacionado às eleições brasileiras, não tem demonstrado maiores interesses quando o assunto é eleições com candidaturas únicas. Entre os poucos trabalhos que abordam, exclusivamente, esse fenômeno, foram encontrados dois de maior destaque, quais sejam: o de Damin (2012) e o de Rebello, Damin e Martins (2015), sendo eles bastante restritos quanto ao seu universo de análise, pois ambos focam apenas no pleito eleitoral de 2008 e 2012, respectivamente. Para tais autores, a decisão das elites em excluir o caráter competitivo das eleições encontrou resistência de muitos eleitores que manifestaram seu descontentamento através do aumento do número de votos brancos e nulos.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo traz os procedimentos metodológicos desta pesquisa, a fim de responder ao seguinte questionamento: municípios brasileiros com candidatura única apresentaram maiores taxas de alienação eleitoral em relação àqueles com eleições competitivas nos pleitos de 2012 e 2016?

3.1 Hipóteses

Sabe-se que a alienação eleitoral, compreendida pelos votos brancos, nulos e abstenções, pode ser causada por vários fatores, sendo eles de caráter ecológico ou socioeconômico (LIMA JÚNIOR, 1990), institucional ou até político-conjuntural (COSTA, 2006). A partir desse pressuposto, procurou-se, nesta pesquisa, verificar qual o impacto da existência de candidatura única ao cargo Executivo municipal nas eleições de 2012 e 2016, para a alienação eleitoral. Acredita-se que em locais onde há apenas um candidato à disputa, o eleitor, racional, não se sente estimulado a participar, pois o resultado das eleições já está definido e independe de sua decisão de participar ou não das eleições, e para quem será direcionado seu voto.

Além disso, em eleições sem competitividade as campanhas de mobilização do eleitorado são menos intensas e os custos do voto acabam se tornando superiores, o que o levaria a abster-se ou, mesmo participando, optar pelo voto branco ou nulo como forma de expor seu descontentamento em relação à decisão das elites de eliminar o caráter competitivo das disputas ao cargo majoritário (JORDAN, 2017; FRAGA; HERSH, 2010; DAMIN, 2012; REBELLO; MARTINS; DAMIN, 2015). Com base nisso, trabalhou-se com a seguinte hipótese: municípios brasileiros com candidatura única ao cargo de Prefeito apresentaram maior taxa de alienação eleitoral em relação àqueles com eleições competitivas nos pleitos de 2012 e 2016.

3.2 Variáveis

A pesquisa em questão, seguindo o referencial teórico apresentado, adotou como variáveis para a compreensão do fenômeno da alienação brasileira no contexto de eleições com candidatura única ao Executivo municipal nos anos de 2012 e 2016, aquelas de caráter político, socioeconômico e comportamental.

Entre as principais variáveis testadas, utilizou-se como variável independente (VI) a competitividade nas eleições – medida pela quantidade de candidatos ao cargo de prefeito nos pleitos de 2012 e 2016; e como variável dependente (VD), adotou-se aquela relativa ao comportamento político dos eleitores, ou seja, a taxa de alienação eleitoral, decomposta em alienação, por um lado, e votos brancos e nulos por outro. Os municípios foram divididos em três grupos para efeitos de análise, sendo o grupo 0 – “candidatura única”, composto pelos municípios com apenas um candidato; o grupo 1 – “eleições acirradas”, composto pelos que tiveram dois concorrentes, e o grupo 2 – “eleições competitivas”, composto pelos municípios com mais de três competidores.

Nos testes estatísticos foram utilizadas variáveis de caráter político como: competitividade – expressa pelo número de candidatos ao Executivo e o eleitorado apto, seguindo orientações de Victorino *et al.* (2017), Roussias (2012), Adams; Dow; Merrill III (2006), Silva (2017) e Ribeiro; Borba; Silva (2015). As variáveis de caráter socioeconômico, baseadas no censo demográfico de 2010, utilizadas nesta pesquisa foram: total de população residente na zona urbana, de acordo com Lima Júnior (1990) e Silva (2011); expectativa de vida e taxa de envelhecimento populacional, baseado em Blais *et al.* (2004), Victorino *et al.* (2017), Ribeiro; Borba; Silva (2015), Silva (2017) e Magalhães (2001); expectativa de anos de estudo, seguindo orientação de Lima Júnior (1990), Nicolau (2004), Borba (2008), Silva *et al.* (2014) e Silva (2011); o IDHM – que se subdivide em IDHM-E (educação), IDHM-R (renda) e IDHM-L (longevidade), conforme citado por Victorino *et al.* (2017), Magalhães (2001), Ribeiro; Borba; Silva (2015) e Silva (2017); tamanho da população, total de mulheres e homens de cada município baseado em Santos (1987) e Borba (2008).

Como variáveis relativas ao comportamento dos eleitores, utilizaram-se os seguintes indicadores: taxa de comparecimento, de abstenções, de votos nominais, brancos, nulos e a taxa de alienação eleitoral, conforme afirmam Santos (1987), Lima Júnior (1990) e Costa (2006).

3.3 População, amostra e tratamento dos dados

A princípio, buscou-se identificar e descrever os municípios que possuíam eleições de candidatura única ao cargo de Prefeito nas eleições municipais brasileiras de 2012 e 2016, destacando as principais características socioeconômicas, políticas e comportamentais de tais municípios. Para tanto, buscaram-se dados de ordem socioeconômica no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e no Portal Atlas Brasil-PNUD, e eleitorais no Repositório

de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (órgão responsável por organizar as informações relativas às eleições no país e por conter dados relativos às variáveis políticas e comportamentos eleitorais). Optou-se por utilizá-los como fonte de pesquisa pelo fato de os mesmos conterem informações atualizadas, tanto a nível individual quanto de caráter coletivo, de todas as unidades subnacionais do Brasil. Além disso, todos os dados e informações aqui apresentados foram coletados por meio de *websites* oficiais pertencentes aos diferentes órgãos, conforme mencionado.

O Brasil conta atualmente com 5.570 municípios; desses, o TSE contém dados eleitorais de apenas 5.568, sendo excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha, por não apresentarem eleições para Prefeito. Em decorrência disso, optou-se por trabalhar com o total de municípios presentes no repositório, ou seja, a população (N) foi de 5.568 municípios brasileiros que tiveram eleições para prefeito nas duas eleições analisadas. Ressalta-se, ainda, que o total do N foi o mesmo para os dois pleitos analisados, e que o recorte temporal se restringiu aos anos de 2012 e 2016.

Outro ponto relevante diz respeito àquelas localidades que alteraram sua denominação ao longo dos anos e, por isso, contam com nomes distintos no IBGE/Atlas Brasil-PNUD em relação ao TSE. Em virtude disso, focou-se somente na denominação adotada pelo TSE para as cidades de Joca Claudino (cujo nome no Atlas Brasil era Santarém), Boa Saúde (com denominação de Januário Cicco no Atlas Brasil), Serra Caiada (nome no Atlas Brasil era Presidente Juscelino) e Campo Grande (cujo nome no Atlas Brasil era Augusto Severo).

Após a coleta de dados, foi montada uma planilha no *Excel* contendo todas essas informações e, em seguida, os dados foram exportados para o *software* estatístico SPSS versão 20, para serem feitas as estatísticas descritivas e inferenciais. Todos os testes estatísticos foram feitos no SPSS (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais) pois apresentam recursos que facilitam o trabalho de aplicação de métodos estatísticos (AGRESTI; FINLAY, 2012). Com base nos dados, identificaram-se os municípios com eleições sem disputa no período analisado, chegando a uma amostra de 108 ocorrências para o ano de 2012, e de 95 casos para 2016. Não foi possível encontrar informações relativas às características socioeconômicas de cinco cidades criadas pós-censo demográfico de 2010 (Pinto Bandeira-RS, Balneário Rincão- SC, Pescaria Brava-SC, Paraíso das Águas-MS e Mojuí dos Campos-PA). Apesar disso, optou-se por não excluí-las, em virtude do foco de análise serem as informações de caráter eleitoral, todas presentes no repositório do TSE. Logo após, foi feita a análise comparativa envolvendo todas as cidades brasileiras, para construir o perfil e levantar

as principais diferenças entre aquelas que apresentaram esse fenômeno e as cidades que contaram com eleições competitivas.

O critério adotado para seleção da amostra foi municípios que apresentaram apenas um candidato no início das campanhas eleitorais. Em decorrência disso, foram excluídos alguns locais, como: Sambaíba-MA, Viradouro-SP e Lucrécia-RN, que apesar de o candidato vitorioso ter obtido 100% dos votos válidos, havia, no início da disputa, dois adversários, sendo um deles eliminado durante a campanha, por motivo de renúncia ou indeferimento da candidatura. Além disso, foram excluídos das análises os dados referentes ao segundo turno, pois as cidades de eleições com candidatura única não possuem tal particularidade, e também os dados relativos às eleições legislativas, que fogem ao nosso objeto de estudo. Para os locais com mais de uma zona eleitoral, foi necessário somar os dados referentes ao total de zonas de cada localidade, a fim de adquirir um único valor referente a cada município analisado.

3.4 Testes propostos

Para testar a hipótese escolhida neste estudo, fez-se uso das estatísticas inferenciais, e todos os procedimentos estatísticos foram feitos tanto para o pleito de 2012 quanto para 2016, com o intuito de verificar a existência de padrões ou não em tais casos, e pelo fato de existirem municípios distintos, que se caracterizaram pela presença de eleições com candidatura única nas duas disputas. Além desses, verificou-se o impacto das variáveis socioeconômicas (compreendidas como o IDHM, a expectativa de anos de estudo, o tamanho populacional, o total de população da zona urbana e rural) com o fenômeno da alienação eleitoral, a fim de confirmar os achados da literatura quanto à relação entre essas variáveis e a alienação.

Para tanto, fez-se uso dos testes estatísticos não paramétricos, pois os dados referentes às variáveis estudadas não apresentaram uma distribuição normal. Entre eles, realizou-se, inicialmente, a verificação da normalidade dos dados através do teste *Kolmogorov-Smirnov*; em seguida, verificou-se a existência da homocedasticidade, por meio da análise de regressão e gráficos de dispersão. Para identificar a associação entre as variáveis, recorreu-se à correlação de *Spearman-Rho*.

Foi realizado, ainda, o teste de *Kruskal-Wallis* para comparar as medianas da taxa de alienação eleitoral entre os grupos com candidatura única e aqueles com eleições acirradas ou competitivas, tanto em 2012 quanto em 2016. A escolha da mediana como unidade

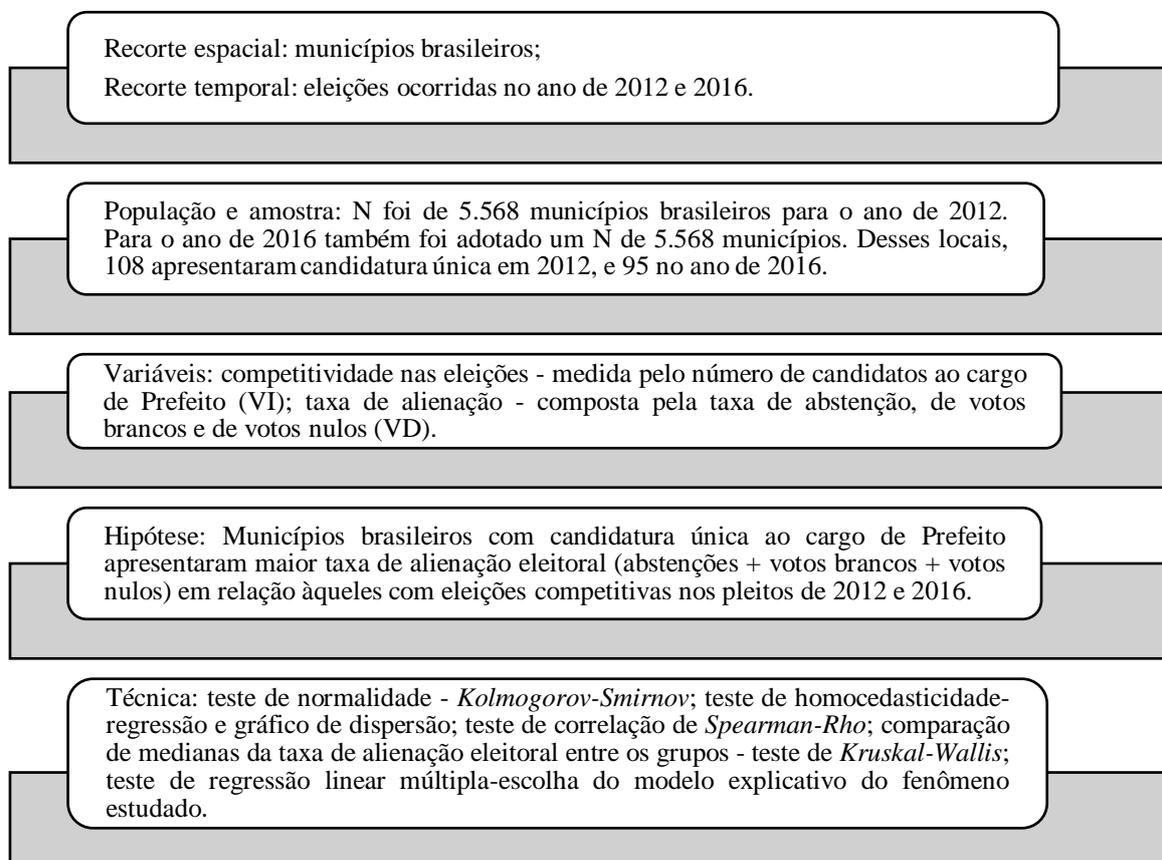
comparativa justifica-se pelo fato de haver anormalidade na distribuição dos seus dados e, nesse sentido, a média pode não ser a medida mais adequada para resumir tais dados.

Além do teste acima, foi feito uso da regressão linear múltipla. Para tanto, realizou-se a padronização dos dados, pois um dos pressupostos desse tipo de teste é a presença da normalidade. Esse tipo de análise foi realizado com o intuito de testar o modelo mais adequado para explicar a alienação eleitoral e, para isso, foram adotados três modelos, os quais envolveram como variáveis explicativas aquelas ligadas aos aspectos políticos e socioeconômicos dos municípios brasileiros.

3.5 Desenho da pesquisa

A figura 1 traz, de modo resumido, o desenho de pesquisa aqui adotado, envolvendo características como: o recorte espacial e temporal, a amostra, as variáveis, a hipótese e as técnicas utilizadas.

Figura 1 - Desenho da Pesquisa

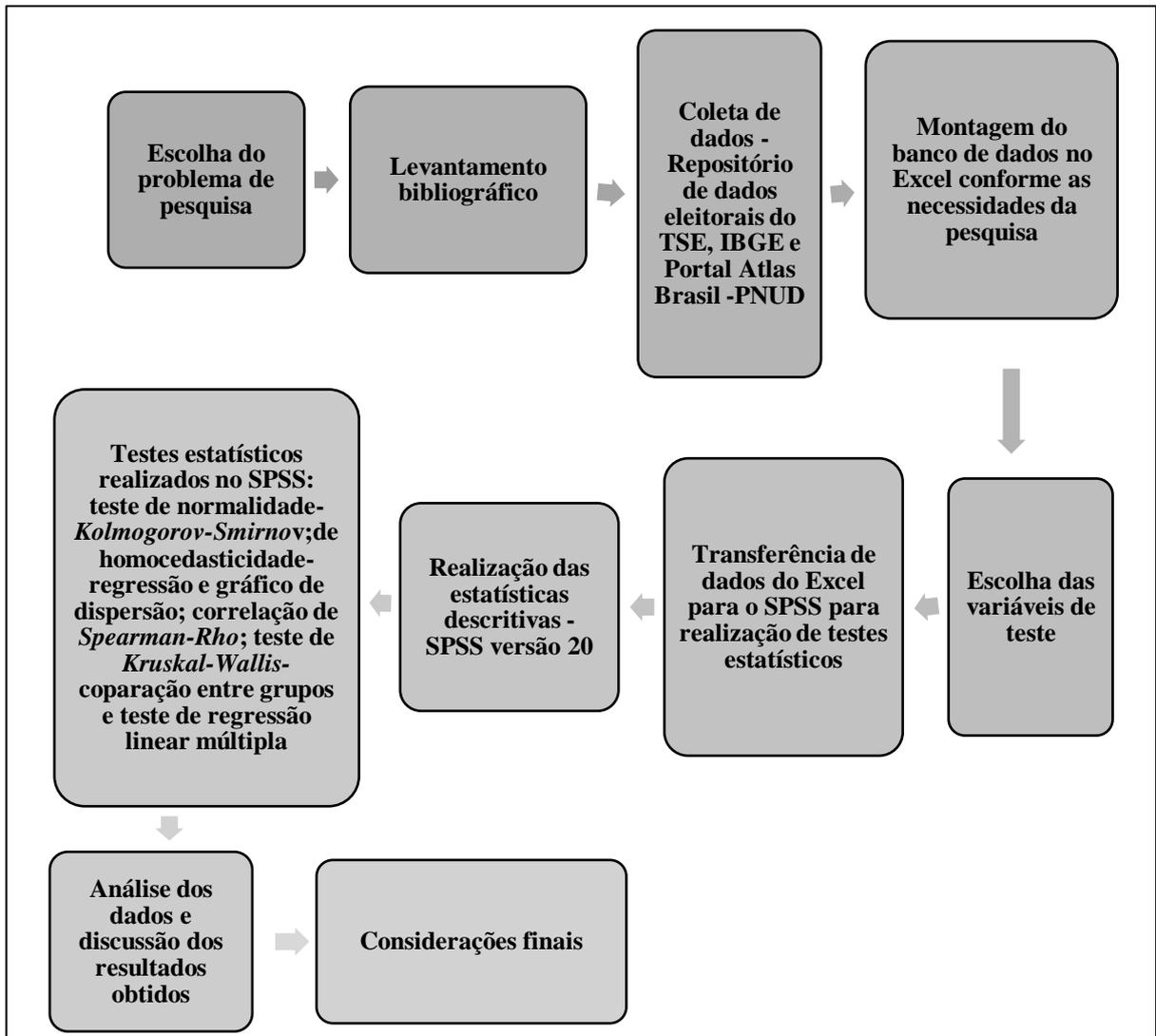


Fonte: Elaboração própria (2018).

3.6 Desenho operacional da pesquisa

A figura 2 traz, de forma resumida, um desenho estrutural de nossa pesquisa, no qual estão envolvidos todas as etapas e procedimentos utilizados, que vão desde a escolha do nosso problema de pesquisa até os resultados finais obtidos com a mesma.

Figura 2 - Desenho operacional da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2018).

4 ANÁLISE DAS DISPUTAS PARA AS PREFEITURAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS EM 2012 E 2016: ELEIÇÕES COM CANDIDATURA ÚNICA *versus* ELEIÇÕES COMPETITIVAS

O presente capítulo traz uma análise descritiva e inferencial dos aspectos socioeconômicos, políticos e eleitorais dos municípios brasileiros que apresentaram eleições competitivas e não competitivas, bem como sua relação com a alienação eleitoral. Em virtude do objeto de estudo desta pesquisa, toda ela tem como referência os dados do TSE. A seguir, são apresentados os principais resultados obtidos por meio deste estudo.

4.1 Estatísticas descritivas dos municípios brasileiros nos pleitos de 2012 e 2016: principais resultados obtidos

No tocante à quantidade de municípios brasileiros, bem como sua distribuição pelas unidades da federação, é possível verificar que existe uma enorme irregularidade, ou seja, enquanto há estados com centenas de cidades como, por exemplo, Minas Gerais, que possui 853, há outros com apenas 15, como é o caso de Roraima. Observou-se que a maioria deles se concentra nas regiões Sudeste e Sul do país. Relacionando isso à existência de candidaturas únicas, percebe-se que esse fenômeno foi predominante nos estados brasileiros com maior número de municípios, ou seja, nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Assim, infere-se que estados com menor quantitativo de municípios têm menores chances de possuir candidaturas únicas.

De acordo com o tamanho populacional e sua distribuição pelas zonas urbanas e rurais, para os 5.563 municípios brasileiros, observa-se que a média da população é bastante elevada, girando em torno de 33.827,6 habitantes, sendo o valor mínimo de 805 e o máximo de 11.253.503. Os dados apontam para uma má distribuição populacional no país, pois enquanto há espaços com elevada concentração demográfica, outros possuem baixa população, chegando a formar enormes vazios demográficos, cenário propício para o domínio das elites políticas, e porque não dizer, para a existência de eleições sem disputa. Além disso, constatou-se que há um grande contingente vivendo na zona urbana, chegando a uma média de 28.481,2 pessoas; já em relação à zona rural, houve uma redução do número, atingindo uma média de 5.346,4 residentes. Essas e outras informações podem ser verificadas na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Distribuição da população brasileira pelas zonas urbana e rural (Censo de 2010)

Estatísticas descritivas*	População total	População urbana	População rural
Mínimo	805	174	0
Máximo	11.253.503	11.152.344	125.336
Média	33.827,6	28.481,2	5.346,4
Desvio padrão	200.282,3	198.884,4	6.549,5

Fonte: Dados disponíveis no IBGE e no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

*Os dados foram obtidos para um N de 5.563 municípios, pois não foi encontrada informação dos cinco municípios brasileiros criados pós-censo de 2010.

A questão econômica e social brasileira foi verificada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (ano 2010), que segundo o portal Atlas Brasil-PNUD (2018), refere-se à média geométrica dos índices das três dimensões envolvidas: renda, educação e longevidade, todas com pesos iguais. A partir dos dados, constatou-se que a média de IDHM no país foi em torno de 0,659, sendo caracterizado como médio desenvolvimento, além disso, há uma variação no indicador pelos seus municípios, apresentando taxa mínima de 0,418, e máxima de 0,862. Em relação aos três indicadores considerados para se chegar ao IDHM, a educação se apresentou em menor quantidade, seguido pela renda e longevidade. Isso leva a refletir que há uma necessidade de maiores investimentos na área educacional, a fim de que a população possa tomar suas decisões políticas de forma mais consciente, pois quanto maior o nível de escolaridade, maior é a tendência de participação dos eleitores na vida política (MAGALHÃES, 2001). A tabela 2, a seguir, traz essas informações de modo explicativo:

Tabela 2 - IDHM dos municípios brasileiros baseando-se no IDHM-E, IDHM-R e IDHM-L (Censo de 2010)

Estatísticas		IDHM	IDHM_E	IDHM_L	IDHM_R
N	Válido	5563	5563	5563	5563
Média		0,659	0,559	0,802	0,643
Desvio padrão		0,072	0,093	0,045	0,080
Mínimo		0,418	0,207	0,672	0,400
Máximo		0,862	0,825	0,894	0,891

Fonte: Dados disponíveis no IBGE e no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

Partindo-se para o perfil político e comportamental dos municípios brasileiros nos pleitos de 2012 e 2016, os principais resultados versam sobre: o número médio de candidatos que disputaram o cargo de Prefeito; o eleitorado apto; a média de comparecimento;

abstenções; votos brancos e nulos. De acordo com essas informações, foi possível fazer um comparativo entre a média nacional e a dos municípios que apresentaram candidatura única, analisando, assim, os dois cenários políticos brasileiros no período de 2012 e 2016.

Em relação à competitividade das eleições, manifesta através da análise do número de candidatos disputando o cargo de Prefeito nos anos de 2012 e 2016, a média brasileira para o ano de 2012 foi de 2,89; sendo o valor mínimo de concorrentes em torno de 1 e o valor máximo de 12. Em 2016, nota-se que a média permanece semelhante ao pleito anterior, com um leve aumento, chegando a 2,99 concorrentes; o valor mínimo foi de 1 e o máximo de 16. Os dados indicam que, em geral, as eleições no país apresentam uma variação quanto aos níveis de competitividade, havendo um predomínio de pelo menos dois oponentes. Além disso, foi constatado que ambos os pleitos contaram com a presença de eleições sem disputa, confirmando assim os achados de Vasquez (2016) quanto à existência de contestação nas disputas eleitorais do país. Para maiores informações, ver a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Competitividade nas disputas eleitorais para o cargo de prefeito nos municípios brasileiros nos anos de 2012 e 2016

Estatística*	Nº de candidatos em 2012	Nº de candidatos em 2016
Média	2,89	2,99
Moda	2	2
Desvio padrão	1,2	1,4
Mínimo	1	1
Máximo	12	16

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

Com base na distribuição de frequências da competitividade para o pleito de 2012, pode-se verificar que há uma variação nos níveis de competidores, sendo mais frequentes os casos com dois competidores (46,2%) o que, nesta pesquisa, nomeou-se como sendo “eleições acirradas”. Além disso, conforme há elevação no número de candidatos à disputa, há uma redução no número de frequências. Por isso, adotou-se, para tais casos que obtiveram mais de três concorrentes, a denominação de “eleições competitivas”. Quanto à ocorrência de candidaturas únicas, foram encontrados 108 casos, representando cerca de 1,9% do total de candidaturas. No ano de 2016, houve uma redução das candidaturas únicas, se comparado ao pleito anterior, contando com um total de 95 casos, equivalente a aproximadamente 1,7% do total. A presença de dois concorrentes (47%) ao cargo majoritário continuou predominante,

seguido por uma redução na distribuição de frequências, conforme há uma elevação na quantidade de competidores, principalmente na escala entre dez e dezesseis candidatos. Para mais detalhes, ver a tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Distribuição de frequências em relação ao número de candidatos ao cargo de Prefeito municipal nos pleitos de 2012 e 2016

Competitividade nas eleições de 2012 - N° de candidatos	Frequência 2012	Porcentagem válida 2012 (%)	Competitividade nas eleições de 2016 - N° de candidatos	Frequência 2016	Porcentagem válida 2016 (%)
1	108	1,9	1	95	1,7
2	2574	46,2	2	2524	45,3
3	1636	29,4	3	1579	28,4
4	737	13,2	4	730	13,1
5	293	5,3	5	317	5,7
6	109	2,0	6	154	2,8
7	65	1,2	7	80	1,4
8	25	0,4	8	47	0,8
9	13	0,2	9	22	0,4
10	7	0,1	10	10	0,2
12	1	0,0	11	7	0,1
Total	5568	100,0	12	1	0,0
			14	1	0,0
			16	1	0,0
			Total	5568	100,0

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

Com base no exposto acima, verifica-se que em ambos os pleitos a média girou em torno de dois candidatos (eleições acirradas). Baseado nisso, pode-se inferir que, no Brasil, existe uma grande variedade quanto aos níveis de competição eleitoral, corroborando com os achados de Vasquez (2016); Peixoto; Goulart (2014) e Kerbauy (2016).

Sobre as estatísticas descritivas envolvendo as variáveis eleitorais e relativas ao comportamento dos eleitores nos anos de 2012 e 2016, optou-se pelo: tamanho do eleitorado apto, taxa de comparecimento, de abstenção, de votos brancos, nominais e nulos. Assim, dos 5.568 municípios brasileiros, o eleitorado apto em 2012 foi, em média, de 24.882,2, e em 2016, foi em torno de 25.864,9. Além disso, constatou-se uma variação em sua distribuição, conforme foi visto em termos de população, ou seja, enquanto há locais com baixo eleitorado, há outros com um grande contingente de eleitores aptos a votar, o que torna possível as duas aplicações da regra eleitoral no sistema majoritário – regra da maioria simples para locais com até 200 mil eleitores, e a da maioria absoluta para os demais casos, conforme tabela 5.

Tabela 5 - Estatísticas descritivas do eleitorado apto nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012 e 2016

Estatísticas descritivas*	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Eleitorado apto – 2012	924	8.619.170	24.882,2	149.598,2
Eleitorado apto – 2016	954	8.886.195	25.864,9	154.808,6

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N= 5.568 municípios.

Com base nos resultados descritivos, nota-se que, no Brasil, a média de comparecimento foi bastante elevada, tanto para 2012 (86,2%) quanto para 2016 (85,7%), o que indica que o eleitorado tem participado do processo de escolha dos governantes. As abstenções ficaram em torno de 13,8% e 14,3% nos dois pleitos, respectivamente. Os votos brancos foram inferiores a 2%, indicando que o eleitorado tem optado por um dos candidatos ou partidos presentes na disputa, fato que pode ser reforçado pela elevada taxa de votos nominais, que foi superior a 90% em ambos os pleitos, e também pela taxa de votos nulos, que apesar de serem superiores aos brancos, apresentaram-se em torno de apenas 6,2% em 2012, e 6,3% em 2016, conforme tabela 6 abaixo:

Tabela 6 - Estatísticas descritivas das variáveis eleitorais nos municípios brasileiros durante os pleitos de 2012 e 2016

Estatísticas descritivas*	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio padrão (%)
Taxa de Comparecimento (%) -2012	63	99,5	86,2	5,4
Taxa de comparecimento (%) -2016	54	103,3	85,7	5,9
Taxa de abstenções (%) - 2012	1,2	37,5	13,8	5,4
Taxa de abstenções (%) - 2016	1,5	34,8	14,3	5,9
Taxa de votos nominais (%) - 2012	0	99,0	91,8	9,7
Taxa de votos nominais (%) - 2016	5	122,1	91,5	9,5
Taxa de votos brancos (%) - 2012	0,1	30,3	1,9	2,0
Taxa de votos brancos (%) - 2016	0,1	85,7	1,8	2,3
Taxa de votos nulos (%) - 2012	0,5	98,1	6,2	9,2
Taxa de votos nulos (%) - 2016	0,5	82,2	6,3	8,2

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

A alienação eleitoral, conforme visto anteriormente, é obtida por meio da verificação das taxas de abstenção, votos brancos e nulos (SANTOS, 1987; LIMA JÚNIOR, 1990; BORBA, 2008). Com base nisso, analisaram-se tais indicadores de forma conjunta, seguindo Santos (1987), e também de forma separada, entre abstenção de um lado e votos brancos e nulos de outro, conforme sugestão de Lima Júnior (1990). Feito isso, os resultados obtidos

foram de que a média da alienação eleitoral brasileira em 2012 (22%) foi muito semelhante à de 2016 (22,5%), e representou um valor relativamente significativo, ao envolver as três variáveis. Quando somadas as taxas de votos brancos e nulos, o total médio resultante foi de 8,2% para ambos os pleitos, e a abstenção sozinha representou 13,8% em 2012 e 14,3% em 2016, de acordo com o exposto na tabela 7:

Tabela 7 - Estatísticas descritivas para a alienação eleitoral presente nos pleitos eleitorais brasileiros de 2012 e 2016

Estatísticas Descritivas*	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio padrão (%)
Taxa de alienação eleitoral (%) - 2012	2,54	116,05	22,0	11,7
Taxa de alienação eleitoral (%) - 2016	3,41	113,93	22,5	11,6
Taxa de votos brancos e nulos (%) - 2012	1,03	100,00	8,2	9,7
Taxa de votos brancos e nulos (%) - 2016	0,98	95,01	8,2	9,0
Taxa de abstenção (%) - 2012	1,17	37,46	13,8	5,4
Taxa de abstenção (%) - 2016	1,55	34,76	14,3	5,9

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

4.2 Dados geográficos, políticos e socioeconômicos dos municípios que apresentaram candidatura única em 2012

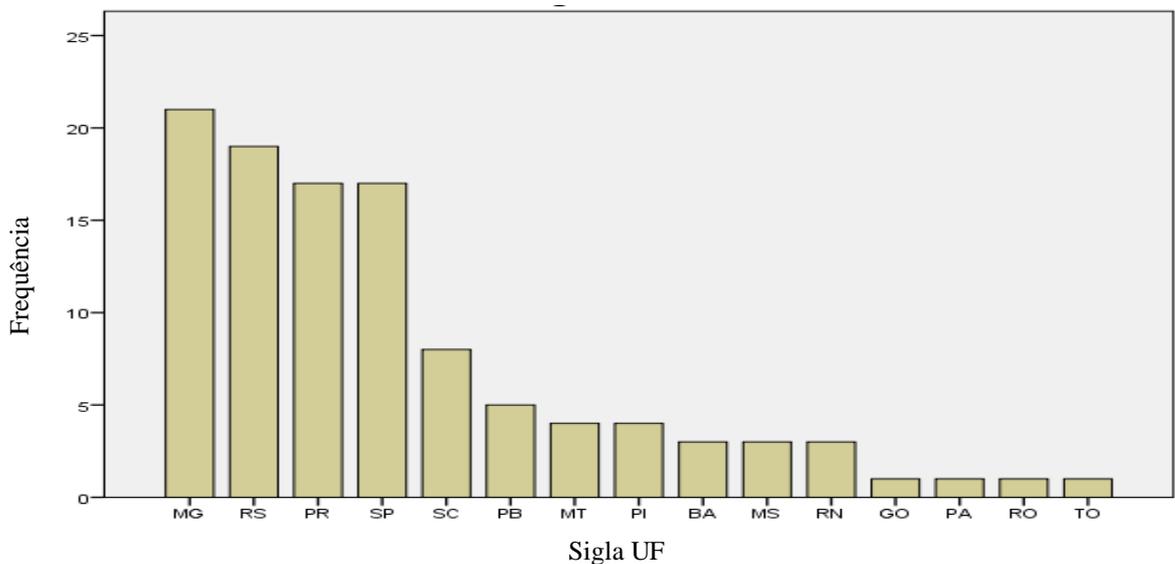
O presente tópico elucidada, por meio das estatísticas descritivas, os resultados obtidos nos locais que apresentaram candidatura única durante as eleições brasileiras de 2012, apresentando-se os dados eleitorais e as informações de caráter social, econômico, geográfico e político dos mesmos, de forma resumida. O fenômeno das eleições sem disputa tem sido recorrente no Brasil desde a sua redemocratização, apresentando, no ano de 2012, um total de 108 casos, e em 2016, foram totalizados 95.

Ao observar o número de candidatos presentes nos 108 casos de candidatura única no referido ano, e compará-lo com o ano de 2016, constatou-se que há uma variação no quantitativo de concorrentes em tais localidades, e isso indica que tal fenômeno não ocorre de forma contínua e, especificamente, nos mesmos lugares, na medida em que houve algumas cidades com a presença de dois ou mais concorrentes no pleito seguinte. Apesar disso, alguns lugares continuaram com apenas um concorrente na disputa, porém, em menor incidência.

Em relação à distribuição do fenômeno pelos estados brasileiros, observou-se que dos 108 casos, a grande maioria concentrou-se em Minas Gerais, registrando 21 ocorrências (19,4% dos casos); seguido do Rio Grande do Sul com 19 (17,6%); o Paraná com 17 (15,7%);

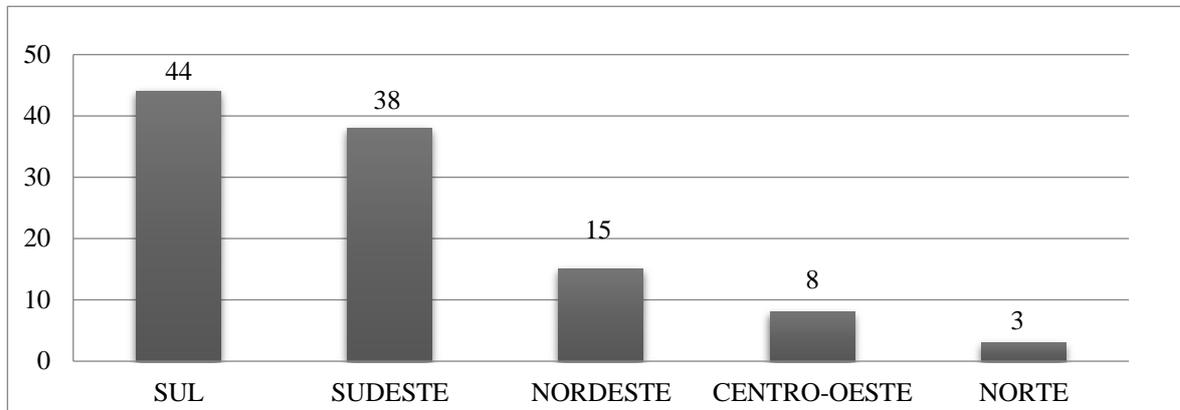
São Paulo com 17 (15,7%); Santa Catarina, com 8 (7,4%); a Paraíba com 5 (4,6%); Mato Grosso com 4 (3,7%); o Piauí também com 4 (3,7%); a Bahia com 3 (2,8%); o Mato Grosso do Sul 3(2,8%) e o Rio Grande do Norte também com 3 (2,8%); Goiás 1 (0,9%), Pará, Rondônia e o Tocantins com 1 (0,9%). Assim, pode-se notar, diante dos dados, uma nítida predominância do fenômeno nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, conforme demonstra o gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Histograma de distribuição dos municípios brasileiros com candidatura única em 2012 por Unidade da Federação



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

Analisando sua distribuição pelas regiões do país em 2012, verificou-se que o maior quantitativo de candidatura única se encontra no Sul, com 44 ocorrências, e no Sudeste, com 38 casos. O Nordeste ocupou o terceiro lugar, com 15; seguido do Centro-Oeste, com 8, e, por último, a região Norte, com apenas 3 ocorrências. Os dados mostram uma predominância das eleições não competitivas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (ver gráfico 2):

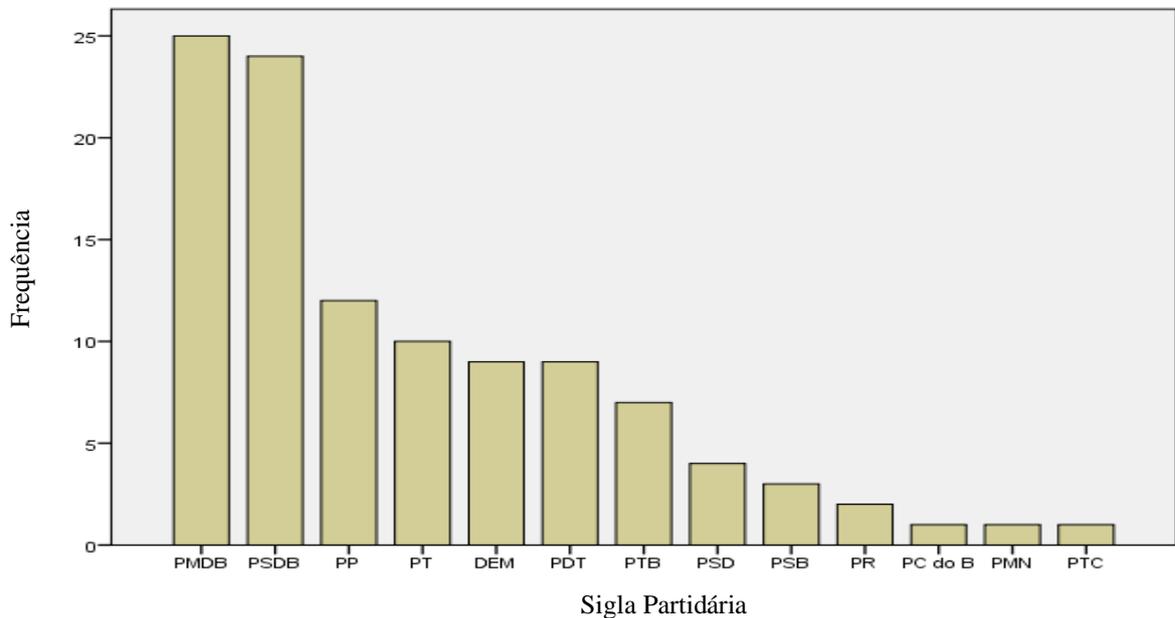
Gráfico 2 - Distribuição dos municípios brasileiros com candidatura única em 2012 por região

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

Baseado nos dados, das 108 eleições sem competitividade no ano de 2012, quatro municípios apresentaram candidatura única nos pleitos de 2008, 2012 e 2016, quais sejam: Miraselva (PR), Doutor Maurício Cardoso (RS), Mato Queimado (RS) e Caibi (SC). O município de Mato Queimado, vale ressaltar, apresenta, desde a sua fundação (1996), eleições com apenas um candidato à disputa. Olhando somente para os pleitos de 2012 e 2016, vê-se, dos 108 casos, oito deles apresentaram o fenômeno da candidatura única em ambos os pleitos, sendo eles: Miraselva (PR), Doutor Maurício Cardoso (RS), Mato Queimado (RS), Westfália (RS), Caibi (SC), Carmésia (MG), Gameleiras (MG) e Balbinos (SP).

O Brasil caracteriza-se pelo multipartidarismo, e entre os partidos responsáveis pela eliminação do caráter competitivo das eleições no pleito em análise, destacaram-se treze siglas: o PMDB apresentou 25 casos; seguido do PSDB, com 24; o PP, com 12; o PT com 10; o DEM e o PDT com 9; o PTB com 7; o PSD com 4; o PSB com 3; o PR com 2; o PCdoB, PMN e PTC com apenas 1. É notório o predomínio dos maiores partidos do país, como o PMDB, PSDB, PP, PT, PDT e DEM, conforme mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 - Histograma de distribuição de frequências dos municípios brasileiros com candidatura única, por sigla partidária, em 2012



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Sigla do partido em 2012.

Nesses municípios, a grande maioria dos candidatos fez uso da coligação como possível estratégia para angariar mais votos e/ou até mesmo para eliminar a existência de concorrentes. Em 2012, dos 108 casos, 105 candidatos concorreram fazendo uso de coligação, enquanto apenas 3 disputaram com partido isolado. Além disso, o PMDB foi o partido que esteve presente na maioria das coligações realizadas, sendo a média de partidos por coligação de 6,38. Isso traz, como reflexão, a importância de tal estratégia política não apenas para angariar votos (MIZUCA, 2007; KERBAUY, 2008; SANDES-FREITAS, 2015), mas também para evitar a existência de concorrentes.

Quanto ao tamanho do eleitorado apto presente nessas localidades, optou-se por inserir essa variável tanto para o ano de 2012, em que houve a existência desse fenômeno, quanto para 2016, com o intuito de identificar variações ou não na mesma, em decorrência da presença de eleições sem competitividade. Para um N de 108 casos, a média do eleitorado apto em 2012 foi de 4.653,8, e em 2016 houve um leve aumento para 4.786,6. Assim, é possível notar que esse tipo de acontecimento é encontrado, geralmente, em locais com pequeno eleitorado apto, não atingindo 30 mil pessoas e, devido a isso, predomina a regra da maioria simples para eleições ao cargo de Prefeito. Para maiores informações, ver tabela 8:

Tabela 8 - Dados descritivos em relação ao total de eleitores aptos nos municípios brasileiros que apresentaram candidatura única em 2012

Estatísticas descritivas*	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Eleitorado apto – 2012	1.107	28.143	4.653,8	4.003,6
Eleitorado apto – 2016	959	29.502	4.786,6	4.193,5

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos com um N=108 municípios.

Em termos percentuais, as informações ligadas ao comportamento dos eleitores nos municípios brasileiros, quando há ausência de competitividade, e, ao mesmo tempo, quando há eleições disputadas, verifica-se que o comparecimento médio foi semelhante, tanto no pleito de 2012 (87,2%), em que houve eleições com candidatura única, quanto em 2016 (88,5%), mostrando que o fato de haver eleições concorridas teve uma redução no comparecimento, mas não de forma expressiva, como era esperado.

O mesmo foi observado para as abstenções, cujos valores foram de 12,8% em 2012 e de 11,5% em 2016, pois a literatura afirma que o aumento da competitividade tende a influenciar significativamente para a redução das abstenções (FRAGA; HERSH, 2010; JORDAN, 2017). O impacto do fenômeno foi observado com maior expressividade nos votos nominais, que atingiram a margem de 92,2% nas eleições competitivas, e de apenas 74,5% em disputas sem opositores. Essa diferença entre as taxas foi identificada também pela ampliação dos votos brancos (12,1% em 2012 e 1,8% em 2016) e nulos (13,4% em 2012 e 6,0% em 2016), o que pode ter sido um sinal de protesto do eleitor diante da ausência de competidores ao cargo de maior disputa na política local (DAMIN, 2012; REBELLO; DAMIN; MARTINS, 2015). A tabela 9 traz, de forma mais explicativa, esses dados:

Tabela 9 - Dados descritivos referentes às variáveis eleitorais nos municípios brasileiros com candidatura única em 2012 e em eleições competitivas em 2016

Estatísticas descritivas*	Média (%)	Mediana (%)	Desvio padrão (%)	Mínimo (%)	Máximo (%)
Taxa de comparecimento (%) - 2012	87,2	88,1	5,5	62,54	95,81
Taxa de comparecimento (%) - 2016	88,5	88,9	5,9	66,5	96,9
Taxa de abstenções (%) - 2012	12,8	11,9	5,5	4,19	37,46
Taxa de abstenções (%) - 2016	11,5	11,1	5,9	3,13	33,50
Taxa de votos nominais (%) - 2012	74,5	74,8	9,2	52,61	91,77
Taxa de votos nominais (%) - 2016	92,2	95,6	9,5	52,35	98,75
Taxa de votos brancos (%) - 2012	12,1	10,9	6,6	2,71	30,27
Taxa de votos brancos (%) - 2016	1,8	1,0	2,3	0,17	14,43
Taxa de votos nulos (%) - 2012	13,4	10,9	7,7	3,56	39,03
Taxa de votos nulos (%) - 2016	6,0	3,4	8,3	0,75	46,30

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=108 municípios.

O resultado da alienação eleitoral em 2012, para os 108 municípios de eleições não competitivas, deu-se da seguinte maneira: quando somados os votos brancos, nulos e abstenções, a média foi de 38,3% em relação à soma dos votos inválidos, ou seja, dos brancos e nulos, a média atingiu 25,5% dos votos; a abstenção, sozinha, correspondeu a praticamente metade dos votos inválidos, atingindo apenas 12,8%. Ao analisar esses indicadores em 2016, nos mesmos locais, porém, em contexto de eleições competitivas, envolvendo dois ou mais concorrentes, verificou-se que a média de alienação atingida foi inferior, ocupando 19,3%, e quanto aos votos inválidos e abstenções, também foram inferiores em tal pleito, atingindo valor médio de 7,8% e 11,5%, respectivamente, conforme a tabela 10 e os histogramas (Gráfico 4) a seguir:

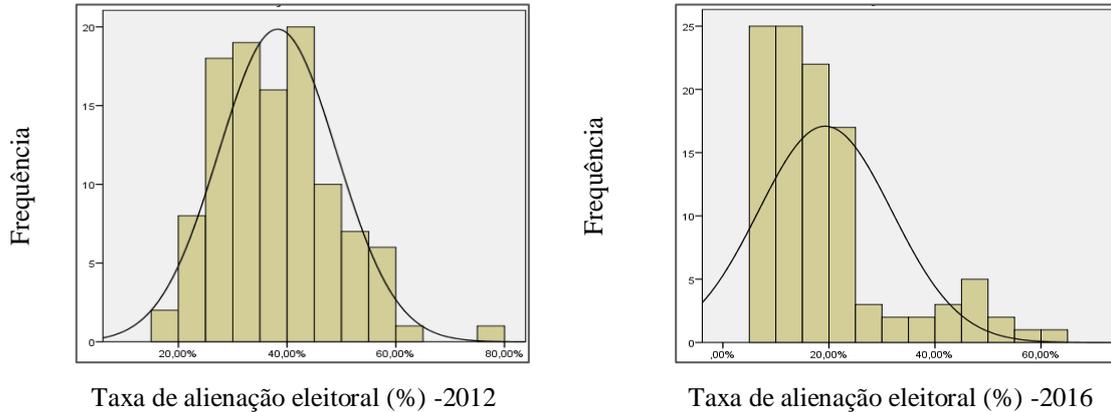
Tabela 10 - Taxa de alienação eleitoral dos municípios que apresentaram candidatura única ao Executivo na disputa de 2012

Estatísticas*	Média (%)	Mediana (%)	Desvio padrão (%)	Mínimo (%)	Máximo (%)
Taxa de alienação eleitoral (%) - 2012	38,3	37,2	10,8	18,47	75,62
Taxa de alienação eleitoral (%) - 2016	19,3	15,5	12,6	5,87	62,38
Taxa de votos brancos e nulos (%) - 2012	25,5	25,2	9,2	8,23	47,39
Taxa de votos brancos e nulos (%) - 2016	7,8	4,4	9,5	1,25	47,65
Taxa de abstenção (%) - 2012	12,8	11,9	5,5	4,19	37,46
Taxa de abstenção (%) - 2016	11,5	11,1	5,9	3,13	33,50

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=108.

Gráfico 4 - Histogramas comparativos sobre a alienação eleitoral dos municípios que apresentaram candidatura única em 2012, e em 2016 apresentaram eleições competitivas



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

O perfil socioeconômico das cidades com candidatura única em 2012 foi, na maioria dos casos, é de locais com baixo eleitorado (em geral, inferior a 5.000); com expectativa média de vida em torno de 73,8 anos; média de anos de estudo de 9,9; com população em média de 5.688 habitantes, sendo a maior parte residente na zona urbana (3.593,9) do que na zona rural (em média 2.094,1 pessoas). Para maior detalhamento, ver tabela 11 a seguir:

Tabela 11 - Perfil socioeconômico dos municípios brasileiros com candidatura única ao Executivo no ano de 2012

Estatísticas		Expect. de vida	Taxa Envelhecimento	Expect. anos de estudo	Tamanho populacional	Pop. rural	Pop. urbana
N*	Válido	107	107	107	107	107	107
	Ausente**	1	1	1	1	1	1
Média		73,8	9,4	9,9	5.688	2.094,1	3.593,9
Desvio padrão		2,3	2,3	1,3	5197,1	1.691,8	4.539,5
Mínimo		66,1	2,9	7,0	815	77	341
Máximo		78,1	15,6	12,8	34.524	9.116	32.993

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=108 municípios.

**O dado ausente refere-se ao município Pinto Bandeira, que foi criado em 2012, pós-censo demográfico de 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (ano 2010) para tais localidades com apenas um candidato foi considerado médio, atingindo um total de 0,677. Vale ressaltar que o N foi de 107, pois o município de Pinto Bandeira foi criado após o censo de 2010 e, por isso, não foram identificadas informações referentes ao mesmo. Constatou-se que das três variáveis levadas em consideração no cálculo do IDHM, a que teve o melhor

desempenho foi o IDHM-L, seguido pelo IDHM-R e, por último, o IDHM-E, de acordo com a tabela 12 abaixo:

Tabela 12 - Perfil do IDHM e seus indicadores nos municípios brasileiros com candidatura única a Prefeito nas eleições de 2012

Estatísticas descritivas*	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IDHM	0,525	0,772	0,677	0,063
IDHM_E	0,375	0,773	0,579	0,091
IDHM_L	0,685	0,885	0,813	0,039
IDHM_R	0,495	0,796	0,665	0,069

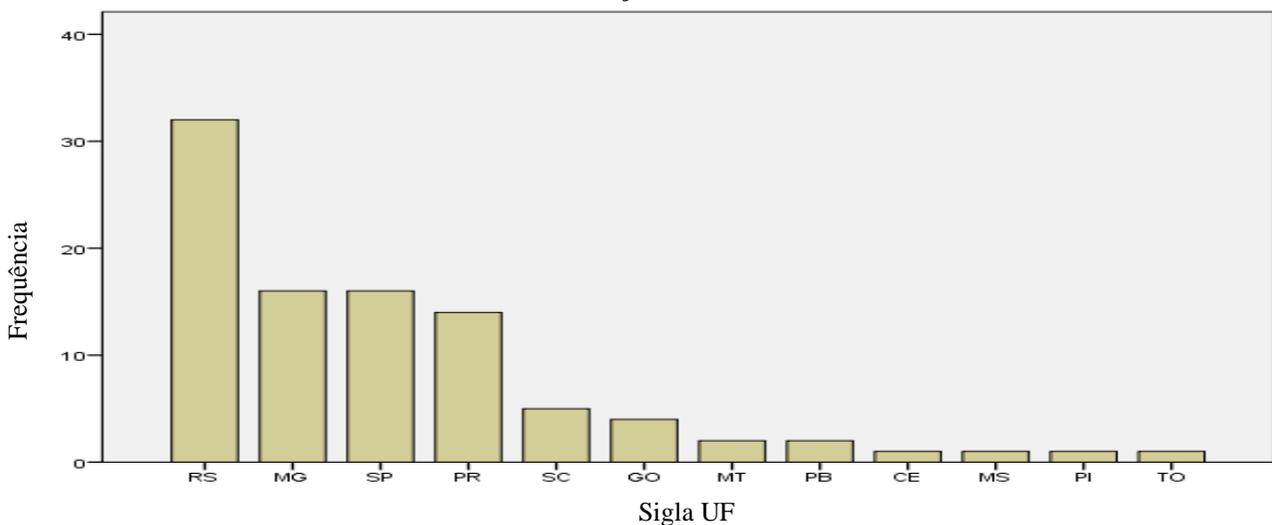
Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=107 municípios.

4.3 Estatísticas descritivas referentes ao perfil geográfico, político e socioeconômico dos municípios brasileiros que apresentaram candidatura única em 2016

Nas eleições de 2016 foram identificados 95 casos de candidatura única ao Executivo. Em termos de distribuição de frequências, nota-se que o Rio Grande do Sul foi o estado com maior número de casos, atingindo 32 (33,7%) ocorrências; seguido por Minas Gerais, com 16 (16,8%); São Paulo teve 16 (16,8%); Paraná com 14 (14,7%); Santa Catarina apresentou 5 (5,3%); Goiás com 4 (4,2%); Mato Grosso e Paraíba, tiveram 2 (2,1%); Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Tocantins tiveram, igualmente, apenas 1 (1,1%). Com base nisso, assim como observado em 2012, os estados com maior incidência do fenômeno são RS, MG, SP e PR (ver gráfico 5):

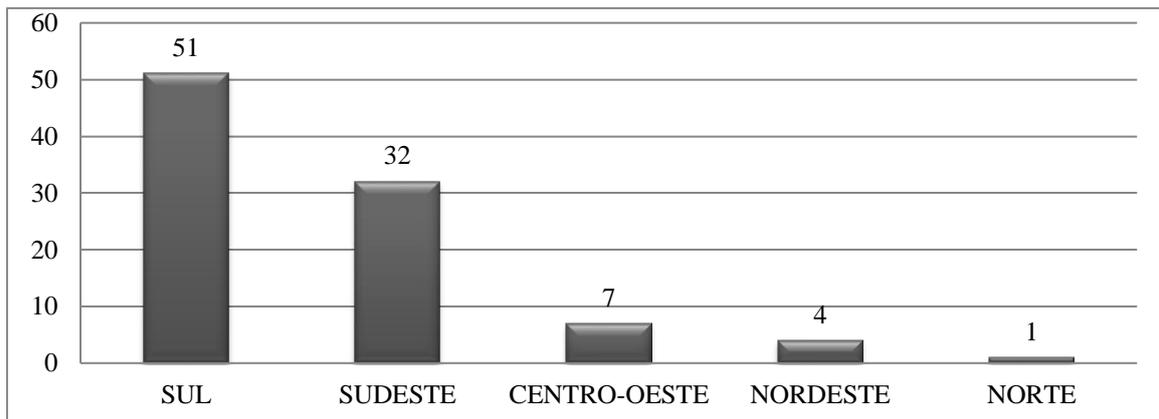
Gráfico 5 - Histograma de distribuição dos municípios brasileiros com candidatura única, por Unidade da Federação, no ano de 2016



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

Olhando para a distribuição regional, é perceptível que o fenômeno, assim como ocorrido no pleito anterior, tem maior presença nas regiões Sul e Sudeste do país. Para o ano de 2016, a região Sul continuou com o maior número de ocorrências, equivalendo a um total de 51 casos; a Sudeste com 32; a Centro-Oeste com 7; a Nordeste apresentou 4 e, por último, a Norte, contando com apenas 1 caso, conforme demonstra o gráfico 6:

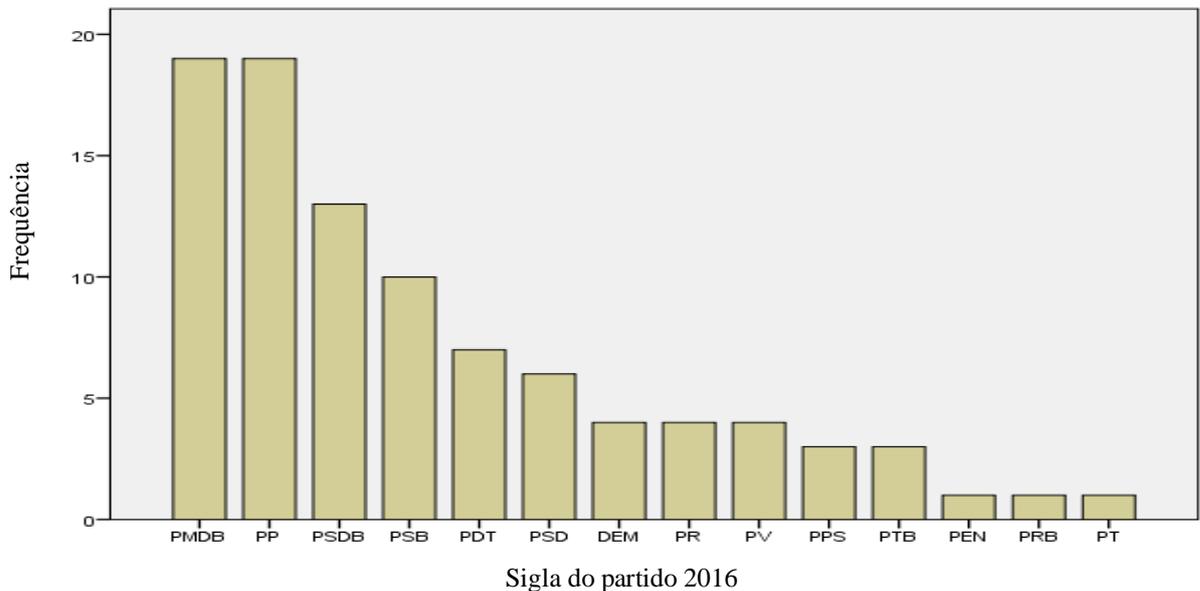
Gráfico 6 - Distribuição, por região, dos municípios do Brasil com candidatura única em 2016



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

Ao todo, catorze (14) siglas partidárias foram responsáveis por esse fenômeno político nas eleições de 2016: o PMDB e o PP tiveram 19 ocorrências cada um; em seguida veio o PSDB com 13; o PSB ficou com 10; o PDT com 7; o PSD com 6; o DEM, assim como o PR e o PV, apresentaram, cada um, 4 ocorrências; o PPS e o PTB também tiveram, cada um, 3 casos; o PEN, o PRB e o PT foram responsáveis, cada um, por somente 1 caso de candidatura única. Em termos percentuais, houve um predomínio do PMDB, PP, PSDB e PSB e, comparando-se ao pleito de 2012, houve uma queda na frequência de alguns partidos, principalmente no PT e no DEM, além da introdução, nesse contexto, de novas siglas partidárias, como o PV, o PRB, o PEN e o PPS (ver gráfico 7):

Gráfico 7 - Histograma de distribuição de frequências dos municípios brasileiros com candidatura única, por sigla partidária, em 2016



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

No geral, nos municípios que se destacaram por eleições sem disputa, a maioria dos candidatos fez uso de coligação partidária. Em 2016, dos 95 candidatos presentes, 93 concorreram fazendo uso de coligação, enquanto apenas 2 disputaram com partido isolado. A média de partidos por coligação, nesses locais, foi de 6,92, e verifica-se, com base nisso, a importância desse recurso para angariar um maior índice de votos e também para evitar a existência de concorrentes. Assim como em 2012, o PMDB foi o partido predominante nas coligações realizadas em 2016.

Em relação ao tamanho do eleitorado apto, observou-se que essa variável é fundamental para determinar qual regra eleitoral será adotada nas eleições majoritárias. Com base nisso, dos 95 municípios com candidatura durante o pleito de 2016, a média do eleitorado foi de 5.526,2, e na disputa anterior, ou seja, em 2012, esse valor foi de 5.415,4; mostrando que são locais de pequeno eleitorado (inferior a 6.000) e, por isso, adotar-se-á o princípio da maioria simples, pelo qual ganha aquele que obtiver o maior número de votos válidos (ver tabela 13):

Tabela 13 - Dados descritivos relativos ao tamanho do eleitorado apto nos municípios brasileiros com candidatura única durante o pleito de 2016

Estatísticas Descritivas*	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Eleitorado apto-2012	1.343	37.217	5.415,4	5.886,5
Eleitorado apto-2016	1.200	37.676	5.526,2	6.154,0

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=95 municípios.

Em termos percentuais, os resultados da análise descritiva para as variáveis eleitorais nos 95 municípios com candidatura única em 2016 mostram que ao comparar as taxas com as apresentadas pelas eleições competitivas de 2012, esses locais apresentaram maior comparecimento quando houve mais de um concorrente ao cargo e, conseqüentemente, as abstenções foram inferiores. Um fato marcante se deu em relação à porcentagem de votos nominais, que foi muito superior nas eleições de 2012; quanto aos votos brancos e nulos, houve uma grande elevação dos mesmos em contexto de eleições sem competitividade, conforme verificado em 2016. Assim, para o ano de 2012, a média de comparecimento nos 95 casos foi de 90,3%; as abstenções somaram 9,7%; os votos nominais pontuaram 93,5%; votos brancos tiveram 2,2%; votos nulos totalizaram 4,3%. Já em relação a 2016, quando apenas um candidato se dispôs a concorrer ao cargo, houve uma redução do comparecimento para 87,3%; seguido de um aumento na abstenção, que totalizou 12,7%; os votos nominais reduziram para 73,3%; os votos brancos e nulos aumentaram para 11,6% e 15,1% respectivamente, como mostra a tabela 14:

Tabela 14 - Dados descritivos referentes às variáveis eleitorais nos municípios brasileiros com candidatura única em 2016, e com eleições competitivas em 2012

Estatísticas*	Média (%)	Desvio padrão (%)	Mínimo (%)	Máximo (%)
Taxa de comparecimento (%) – 2012	90,3	4,8	73,86	97,36
Taxa de comparecimento (%) – 2016	87,3	5,7	72,5	96,6
Taxa de abstenções (%) – 2012	9,7	4,8	2,64	26,14
Taxa de abstenções (%) – 2016	12,7	5,7	3,44	27,51
Taxa de votos nominais (%) – 2012	93,5	7,6	51,36	98,78
Taxa de votos nominais (%) – 2016	73,3	9,5	42,47	91,49
Taxa de votos brancos (%) – 2012	2,2	3,5	0,23	18,21
Taxa de votos brancos (%) – 2016	11,6	6,9	2,31	38,78
Taxa de votos nulos (%) – 2012	4,3	5,8	0,79	48,09
Taxa de votos nulos (%) – 2016	15,1	7,1	4,53	39,72

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=95 municípios.

A média da taxa de alienação para esses municípios foi de 16,2% em 2012, com a presença de eleições competitivas, e de 39,4% em 2016, com apenas um concorrente na disputa. A soma dos votos brancos e nulos contou com uma média de 6,5% em 2012 e de 26,7% em 2016. Já as abstenções, foram superiores no ano de 2016 em relação ao pleito anterior (2012), conforme a tabela 15 e os histogramas (gráfico 8) a seguir:

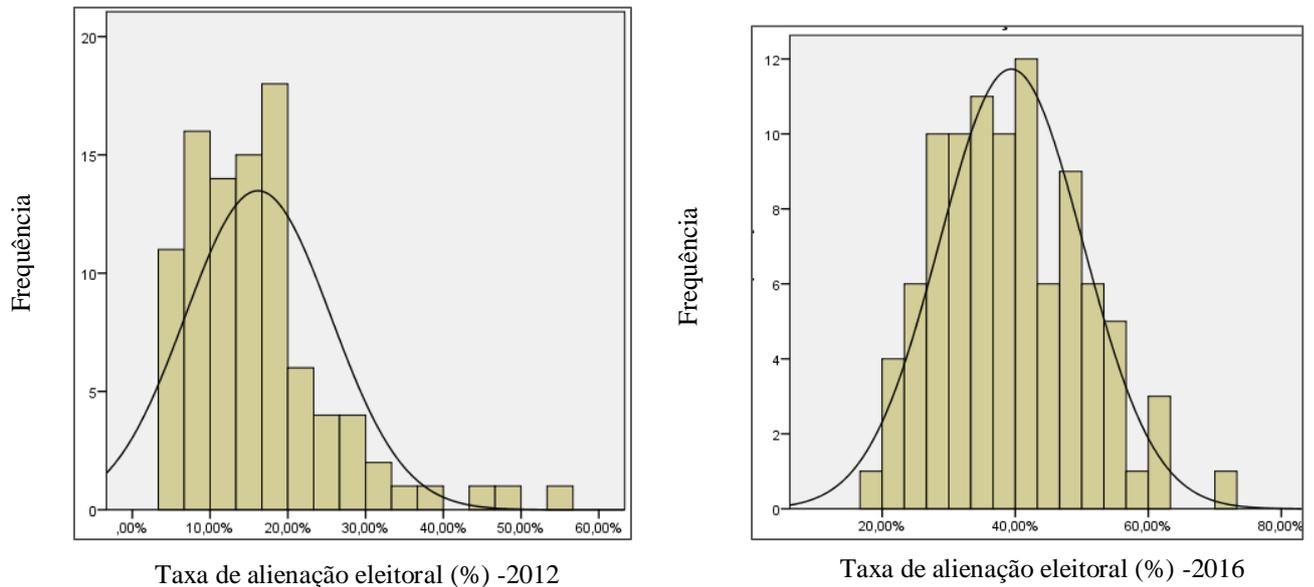
Tabela 15 - Taxa de alienação eleitoral dos municípios com candidatura única ao Executivo no pleito de 2016

Estatísticas*	Média (%)	Desvio padrão (%)	Mínimo (%)	Máximo (%)
Taxa de alienação eleitoral (%) - 2012	16,2	9,4	5,04	53,53
Taxa de alienação eleitoral (%) - 2016	39,4	10,8	19,61	72,29
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2012	6,5	7,6	1,22	48,64
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2016	26,7	9,5	8,51	57,53
Taxa de abstenção (%) - 2012	9,7	4,8	2,64	26,14
Taxa de abstenção (%) - 2016	12,7	5,7	3,44	27,51

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=95 municípios.

Gráfico 8 - Histogramas comparativos sobre a alienação eleitoral dos municípios que apresentaram candidatura única em 2016, e em 2012 apresentaram eleições competitivas



Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

Sobre o perfil socioeconômico dessas cidades, as mesmas caracterizaram-se por serem, em sua maioria, locais com baixo eleitorado (em geral até 5.000 eleitores), semelhante

ao ocorrido em 2012; a população, em média, foi de 6.616,3 habitantes; a expectativa de vida foi, aproximadamente, 74,7 anos; com uma taxa de envelhecimento de 10,4, e uma média de 10,4 anos de estudo. A maior parte da população reside na zona urbana (média de 4.639,8 habitantes) do que na zona rural (média de 1.976,5), apesar de ainda ser elevado o índice de população residente no campo (ver tabela 16):

Tabela 16 - Perfil socioeconômico dos municípios brasileiros que apresentaram candidatura única ao Executivo no pleito de 2016

Estatísticas*	Espect. de vida	Taxa de envelhecimento	Expect. anos de estudo	Tamanho populacional	Pop. rural	Pop. Urbana
Média	74,7	10,4	10,4	6616,3	1976,5	4639,8
Desvio padrão	1,9	2,4	0,9	7855,6	1423,1	7408,9
Mínimo	67,9600	2,2100	7,9200	1440	144	343
Máximo	78,1400	16,4700	12,1000	47012	7960	44239

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=95 municípios.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, os municípios encontram-se na faixa de 0,708, considerado médio o seu desenvolvimento. Dentre as três variáveis, a longevidade foi a que apresentou maior valor, chegando a 0,828; seguido da renda (0,695) e da educação (0,620). A tabela 17 traz a distribuição dos municípios baseada no critério IDHM.

Tabela 17 - Perfil do IDHM e seus indicadores nos municípios brasileiros com candidatura única a Prefeito nas eleições de 2016

Estatísticas descritivas*	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IDHM	0,556	0,789	0,708	0,045
IDHM_E	0,418	0,762	0,620	0,065
IDHM_L	0,716	0,886	0,828	0,032
IDHM_R	0,525	0,796	0,695	0,055

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=95 municípios.

4.4 Análise comparativa entre a realidade brasileira e os municípios com candidatura única nas eleições de 2012 e 2016

Esta seção traz as principais conclusões obtidas por meio das estatísticas descritivas, e uma análise comparativa entre a realidade brasileira, de modo geral, com os municípios que apresentaram candidatura única durante as eleições de 2012 e 2016. A seguir, são apresentadas as principais informações adquiridas neste estudo.

Até aqui foi feito uso da estatística descritiva envolvendo variáveis políticas, socioeconômicas e comportamentais, tanto a nível nacional quanto relacionadas àqueles locais que apresentaram o fenômeno da candidatura única; partindo disso, pode-se traçar um perfil dessas localidades e, assim, compará-las às demais cidades do país.

Como resultados, constatou-se que o fenômeno da candidatura única esteve presente, em maior escala, nos estados com maior número de cidades – Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esse fato merece ser aprofundado em pesquisas futuras, a fim de verificar a possível associação entre eles. Além disso, esses casos se apresentaram com maior frequência nas regiões Sul e Sudeste do país, regiões que detêm o maior número de municípios e os melhores indicadores socioeconômicos.

Quanto ao tamanho populacional no Brasil, verificou-se que sua distribuição é irregular e bastante elevada; apesar disso, as eleições sem disputa não se fizeram presentes em locais de elevada densidade populacional, sendo marcantes apenas em cidades com média inferior à 10 mil habitantes. Em relação às condições socioeconômicas, observou-se que o IDHM desses municípios se aproxima da média nacional (IDHM=0.659), chegando a apresentar valores superiores, como ocorreu em 2012 e 2016 (IDHM médio foi de 0.677 e 0.708, respectivamente).

Ao observar a média de candidatos ao cargo Executivo, constatou-se que, no geral, prevalece a disputa envolvendo dois concorrentes. Nesse sentido, o passo de um candidato para dois é infinitamente maior que o passo de dois para três, para quatro ou para cinco.

Sobre o eleitorado apto, constatou-se que a média brasileira é relativamente alta, mas quando se estuda as eleições sem disputa, constata-se que elas se fazem presentes apenas em locais com baixo eleitorado, não chegando à média de 7.000 eleitores.

Quanto ao comparecimento eleitoral, verifica-se uma média nacional para as duas eleições, de 2012 e 2016, em torno de 86% a 87%. Nos municípios de candidatura única, ela atingiu patamares semelhantes, porém, até levemente à média do Brasil (87,2% em 2012 e 87,3% em 2016). Já para a abstenção, os resultados foram inferiores (12,8% em 2012 e 12,7%

em 2016 nas duas eleições) nos locais com candidatura única, se comparado à média nacional, que foi entre 13% e 15% nas duas eleições.

Para os votos nominais, constatou-se que a média brasileira foi em torno de 90%, sendo muito superior à apresentada pelos locais com apenas um candidato no pleito (média de votos nominais 74,5% em 2012 e 73,3% em 2016). Isso pode ter sido sinal de protesto do eleitorado, em resposta à decisão das elites de tentar abolir o caráter competitivo das eleições. O impacto maior, comparado às médias nacional e municipal, foi verificado para os votos brancos e nulos. Nas duas eleições estudadas, a média do país para os votos brancos foi de apenas 2%, já nos municípios de candidatura única esse índice teve um aumento significativo, para 12,1% em 2012 e 11,6% em 2016, mostrando que esse fenômeno pode, possivelmente, ter contribuído para o aumento dessas taxas. Quanto aos votos nulos, a média do Brasil foi de 6%, e nos locais de eleições sem disputa ele foi superior, chegando a um total de 13,4% em 2012 e 15,1% em 2016.

Em relação à alienação, o valor médio no país foi de 22% em 2012 e 22,5% em 2016. Já nos locais com apenas um concorrente ao pleito, ela teve um aumento para 38,3% em 2012 e 39,4% em 2016. Assim como a alienação, a média da soma de votos brancos e nulos foi a que teve maior impacto em relação ao fato de haver apenas um candidato na disputa, chegando a uma média de 25,5% em 2012 e 26,7% em 2016, enquanto a média nacional ficou apenas em torno de 8,2 para ambos os pleitos. Baseado na análise descritiva, os dados confirmam os achados de Damin (2012) e Rebello; Damin e Martins (2015) de que a influência do número de candidatos afeta na alienação eleitoral, em especial, para os votos brancos e nulos.

4.5 Estatísticas inferenciais referentes aos municípios com candidatura única durante as eleições de 2012 e 2016

Com o intuito de compreender a relação presente entre a existência de eleições sem competitividade ao cargo de prefeito durante as eleições municipais brasileiras de 2012 e 2016 e o fenômeno da alienação eleitoral, foram feitas, além das análises descritivas, as estatísticas inferenciais, apresentadas a seguir.

O processo de escolha do teste estatístico adequado para atingir os objetivos aqui propostos foi baseado, inicialmente, na verificação da existência ou não da normalidade dos dados e do cumprimento ou não do princípio da homocedasticidade relativo às variáveis de

análise. Os testes aqui propostos envolveram fatores de ordem socioeconômica, política e comportamentais, para ambos os pleitos eleitorais.

Dentre as variáveis de caráter político e comportamentais, utilizaram-se: a competitividade medida pelo número de candidatos que concorreram ao cargo; o tamanho do eleitorado apto; a taxa de comparecimento; de abstenções; de votos nominais; de votos brancos e nulos; além da taxa de alienação eleitoral e da taxa resultante da soma de votos brancos e nulos.

O teste *Kolmogorov-Smirnov*, realizado para um N de 5568 municípios, mostrou que para as variáveis políticas e comportamentais relativas às eleições de 2012, não apresentaram uma distribuição normal de seus dados, pois o p -valor foi inferior a 0,05 ($p=0,000$), conforme mostra o apêndice A.

Em relação ao pleito de 2016, o teste de *Kolmogorov-Smirnov* (N=5.568 casos) também mostrou que para todas as variáveis de caráter político e comportamental o p -valor foi inferior a 0.05 ($p=0.000$), demonstrando, assim, que tais variáveis não apresentaram uma distribuição normal de seus dados (ver apêndice B).

Além da verificação da normalidade dos dados para variáveis, as políticas e comportamentais, foram incluídas também, nesse tipo de teste, as variáveis socioeconômicas, em virtude de sua importância para a compreensão do fenômeno aqui estudado, conforme aponta a literatura. Dentre elas, utilizou-se: a expectativa de vida, a taxa de envelhecimento, expectativa de anos de estudo, total de mulher e homem, o IDHM, assim como o total de pessoas residentes na zona urbana e rural. Os resultados foram utilizados tanto para o pleito de 2012 quanto para o de 2016, pois tais informações são resultantes do último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Como resultado, o teste *Kolmogorov-Smirnov* mostrou que todas as variáveis não apresentaram distribuição normal de seus dados, sendo p -valor menor que 0,05, conforme retrata o apêndice C.

Após realização dos testes de normalidade, fez-se a verificação da existência ou não de homocedasticidade, com o intuito de escolher qual tipo de teste de correlação deve ser realizado para analisar a associação entre as variáveis aqui adotadas. A técnica do gráfico de resíduos *versus* valores ajustados (valores preditos) foi utilizada objetivando identificar a existência da homocedasticidade, condição necessária para que seja feito, ou não, uso da correlação de *Pearson*. Com base na análise dos gráficos de dispersão (ver apêndices de D a I), observa-se, claramente, seja em 2012 seja em 2016, a não ocorrência da homocedasticidade para a alienação eleitoral, para as abstenções e para a soma dos votos

brancos e nulos. Tal fato se deve à enorme variância constante nos erros experimentais e pelo fato de não seguirem uma tendência linear de seus dados.

Devido à ausência de normalidade dos dados e da homocedasticidade dos fatores estudados, optou-se pelo uso de testes não-paramétricos. A identificação de possível associação entre as variáveis políticas e comportamentais adotadas como objeto dessa pesquisa foi feita através da correlação de *Spearman-Rho*, a escolha por tal teste se deu pelo fato de haver dados com distribuição anormal e não apresentarem homocedasticidade, o que impossibilita o uso do teste paramétrico de correlação de *Pearson*.

O teste de *Spearman-Rho* envolveu variáveis de caráter político e comportamental presentes nas eleições de 2012. Como resultado, constatou-se que a competitividade eleitoral (obtida através do número de concorrentes ao cargo) correlacionou-se, de modo fraco e negativamente, com o comparecimento eleitoral e com os votos nominais. A correlação moderada e positiva apresentou-se entre a competitividade e o tamanho do eleitorado apto. Além disso, a competitividade esteve associada, de modo fraco e positivo, com as demais variáveis de caráter comportamental (taxa de votos brancos, nulos, abstenções, alienação eleitoral e também com a soma de votos brancos e nulos), conforme demonstrado na tabela 18.

Os resultados permitem verificar que embora haja uma pequena associação, a competitividade pode impactar na alienação eleitoral, ou seja, o fato de haver apenas um candidato, a ausência de concorrentes contribui para o aumento da alienação eleitoral, conforme constatado por Costa (2006), ao ressaltar a importância da competitividade como incentivador da redução nas abstenções. Em consonância com isso, nota-se que a quantidade de candidatos existente na disputa e, conseqüentemente o caráter competitivo das eleições, interfere, mesmo que em pequenas proporções, na decisão do eleitor de comparecer nesse evento político e na sua decisão de optar por um dos candidatos na disputa (SILVA, 2017; FRAGA; HERSH, 2010; JORDAN, 2017). Assim, quanto maior é o tamanho do eleitorado apto, menor é a sua propensão ao comparecimento; e quanto maior o número de eleitores, maior é a possibilidade de haver disputas mais competitivas.

Tabela 18 - Resultado do teste de Correlação de *Spearman-Rho* entre a competitividade eleitoral e as variáveis políticas e comportamentais nos municípios brasileiros durante o pleito de 2012

Spearman's rho		
Variáveis*	Competitividade eleitoral 2012	
	Coeficiente de correlação	Sig.
Competitividade eleitoral 2012	1,000	.
Eleitorado apto – 2012	0,441^{**}	0,000
Taxa de comparecimento (%) – 2012	-0,267^{**}	0,000
Taxa de votos nominais (%) – 2012	-0,210^{**}	0,000
Taxa de votos brancos (%) – 2012	0,197^{**}	0,000
Taxa de votos nulos (%) – 2012	0,161^{**}	0,000
Taxa de alienação eleitoral - abst+vb+vn (%) -2012	0,257^{**}	0,000
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2012	0,209^{**}	0,000
Taxa de abstenção (%) – 2012	0,267^{**}	0,000

** A correlação é significativa ao nível de 0.01.

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*As correlações foram feitas para um N=5.568 municípios.

A correlação de *Spearman-Rho*, envolvendo variáveis políticas e comportamentais, em relação às eleições de 2016, aponta para resultados semelhantes ao apresentado nas eleições de 2012, ou seja, a competitividade apresentou correlação fraca e negativa com o comparecimento eleitoral e com os votos nominais. Apontou, ainda, para uma associação moderada e positiva entre a competitividade e o tamanho do eleitorado, além de correlação fraca e positiva entre a competitividade e as demais variáveis comportamentais (taxa de votos brancos, nulos, abstenções, alienação eleitoral e soma dos votos brancos e nulos). Assim, constata-se que um grande número de eleitores aptos pode aumentar a propensão para a existência de mais concorrentes nas disputas eleitorais. Além disso, o número de candidatos afeta negativamente, e em pequenas proporções, o comparecimento dos cidadãos, e positivamente na alienação eleitoral, ou seja, o fato de haver muitos concorrentes pode contribuir para um possível aumento desse tipo de comportamento, porém, em pequenas proporções. Para maior detalhamento, ver tabela 19 abaixo.

Tabela 19 - Resultado do teste de Correlação de *Spearman-Rho* para as variáveis políticas e comportamentais dos municípios brasileiros durante o pleito de 2016

Spearman's rho		
Variáveis*	Competitividade eleitoral 2016	
	Coeficiente de correlação	Sig.
Competitividade eleitoral 2016	1,000	.
Eleitorado apto – 2016	0,488^{**}	0,000
Taxa de comparecimento (%) – 2016	-0,296^{**}	0,000
Taxa de votos nominais (%) – 2016	-0,247^{**}	0,000
Taxa de votos brancos (%) – 2016	0,209^{**}	0,000
Taxa de votos nulos (%) – 2016	0,226^{**}	0,000
Taxa de alienação eleitoral - abst+vb+vn (%) – 2016	0,298^{**}	0,000
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2016	0,242^{**}	0,000
Taxa de abstenção (%) – 2016	0,295^{**}	0,000

** A correlação é significativa ao nível de 0.01.

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*As correlações foram feitas para um N=5.568 municípios.

Feita a verificação da normalidade e da correlação entre as variáveis, parte-se para os testes estatísticos, que possibilitaram fazer um comparativo entre a mediana dos grupos envolvidos, a fim de comprovar se, de fato, diferentes níveis de competitividade podem impactar na alienação eleitoral brasileira de 2012 e 2016. Para tanto, os municípios brasileiros foram divididos em três grupos, de acordo com a quantidade de concorrentes ao cargo Executivo: grupo 0 - composto pelos locais com apenas um candidato, eleição nomeada por “candidatura única”; grupo 1 - representado pelos municípios com dois concorrentes, ao qual se denominou de “eleições acirradas”, e o grupo 2 - composto pelas localidades que apresentaram três ou mais opositores e que se denominou de “eleições competitivas”.

Em decorrência da anormalidade dos dados, optou-se pelo teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, pois esse é o mais adequado para fazer um comparativo entre as medianas envolvendo três grupos de análise, e devido à presença de dados não normais. O resultado desse teste para as eleições de 2012 mostrou que a média de *ranks* para o comparecimento eleitoral foi maior nos locais que apresentaram apenas dois concorrentes (grupo 1), mostrando que quando há eleições acirradas há mais incentivos para os eleitores participarem delas (FRAGA; HERSH, 2010; JORDAN, 2017; SILVA, 2017), o mesmo não foi identificado para os locais com candidatura única (grupo 0), cujas taxas foram superiores aos municípios com três ou mais concorrentes (grupo 2). Tal fato pode sugerir que diferentes níveis de competição podem resultar em diferentes tipos de comportamentos por parte do eleitorado. Além disso, apesar do comparecimento ser superior nos locais com candidatura, em relação àqueles com eleições competitivas, nos permite constatar que quando há apenas um concorrente ao pleito,

os cidadãos não deixam de exercer seu direito de voto, mas que se demonstram insatisfeitos com tal cenário político, o que pode ser comprovado pelo baixo índice de votos nominais e pela elevação dos votos brancos, nulos e, também, na alienação eleitoral. Essa ampliação nos votos inválidos e na alienação, de modo geral, pode ser um indicativo de protesto dos eleitores contra a ausência de incerteza do resultado eleitoral e da decisão das elites de eliminar a existência de concorrentes ao cargo de prefeito, conforme constatado também por Damin (2012) e Rebello, Damin e Martins (2015). Para maior detalhamento, ver tabela 20 a seguir:

Tabela 20 - Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* comparando as variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2012

Classificação/Ranks			
Variáveis*	Grupos: cand. única - 0; eleições acirradas -1; eleições competitivas - 2 (2012)	N	Média de Ranks
Taxa de comparecimento (%) - 2012	0	108	3186,54
	1	2574	3187,26
	2	2886	2410,24
Taxa de votos nominais (%) - 2012	0	108	332,98
	1	2574	3235,31
	2	2886	2474,17
Taxa de votos brancos (%) - 2012	0	108	5471,44
	1	2574	2344,68
	2	2886	3076,23
Taxa de votos nulos (%) - 2012	0	108	5022,16
	1	2574	2416,50
	2	2886	3028,97
Taxa de alienação eleitoral - abs+vb+vn (%) – 2012	0	108	4943,52
	1	2574	2274,45
	2	2886	3158,61
Taxa de votos brancos e votos nulos (%) – 2012	0	108	5236,07
	1	2574	2334,29
	2	2886	3094,29
Taxa de abstenções (%) - 2012	0	108	2382,31
	1	2574	2381,50
	2	2886	3158,99

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

O teste de *Kruskal-Wallis* para as eleições de 2012, mostrou que há efeitos significativos do grupo (eleições com candidatura única, eleições acirradas e eleições competitivas) sobre a taxa de comparecimento eleitoral [$X^2(2)=324,788;p<0,001$], de votos nominais [$X^2(2)=561,192;p<0,001$], de votos brancos [$X^2(2)=589,493;p<0,001$], de votos nulos [$X^2(2)=410,924;p<0,001$], da alienação eleitoral [$X^2(2)=610,276;p<0,001$], dos votos

brancos e nulos [$X^2(2)=560,286;p<0,001$] e das abstenções [$X^2(2)=325,171;p<0,001$], de acordo com a tabela 21. Assim, a mediana dos três grupos é diferente, indicando que a competitividade interfere na participação dos eleitores durante as eleições, conforme ressaltou Costa (2006) e Silva (2017). Além disso, o teste comparativo entre pares mostrou que existe variância entre os grupos nas variáveis testadas, mostrando que a competitividade pode ter efeitos diferentes no comportamento dos eleitores brasileiros nas eleições municipais. Para maiores informações, ver os apêndices de J a P, resultantes do teste de *post-hoc*.

Tabela 21 - Resultado do teste estatístico comparativo de *Kruskal-Wallis* relativo às variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2012

Teste Estatístico^{a,b}			
Variáveis	Qui-quadrado	Df	Sig. Assinótico
Taxa de comparecimento (%) – 2012	324,788	2	0,000
Taxa de votos nominais (%) – 2012	561,192	2	0,000
Taxa de votos brancos (%) – 2012	589,493	2	0,000
Taxa de votos nulos (%) – 2012	410,924	2	0,000
Taxa de alienação eleitoral - abs+ vb+vn (%) – 2012	610,276	2	0,000
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2012	560,286	2	0,000
Taxa de abstenções (%) – 2012	325,171	2	0,000

a. Teste de *Kruskal Wallis*

b. Grupo de variáveis: grupos: cand única-0; eleições acirradas-1; eleições competitivas-2 (2012)

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

Em relação às eleições de 2016, o teste de *Kruskal-Wallis* mostrou que a participação dos eleitores foi maior nos locais de candidatura única, contradizendo a literatura de que a competitividade pode levar a um maior envolvimento dos eleitores (FRAGA; HERSH,2010; JORDAN, 2017). Apesar disso, pôde-se perceber que, embora seja elevado o comparecimento em disputas com apenas um concorrente, os eleitores não estavam satisfeitos com esse contexto de certeza do resultado das eleições e desvalorização de seu voto, o que pode ser comprovado pela análise comparativa entre os grupos quanto ao número de votos inválidos e da alienação eleitoral. Municípios com eleições sem disputa tiveram grande elevação das taxas de votos brancos e nulos e uma queda no total de votos direcionados ao único candidato da disputa, o que poderia ser interpretado como sinal de protesto do eleitorado diante dessa situação política (DAMIN,2012; REBELLO; MARTINS; DAMIN, 2015). Para maiores informações ver tabela 22 abaixo:

Tabela 22 - Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* comparando as variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2016

Classificação/Ranks			
Variáveis*	Grupos: cand. Única-0; eleições acirradas-1; eleições competitivas-2 (2016)	N	Média de Ranks
Taxa de comparecimento (%) -2016	0	95	3232,34
	1	2524	3231,70
	2	2949	2387,33
Taxa de votos nominais (%) – 2016	0	95	355,33
	1	2524	3250,60
	2	2949	2463,83
Taxa de votos brancos (%) - 2016	0	95	5466,28
	1	2524	2372,71
	2	2949	3050,55
Taxa de votos nulos (%) - 2016	0	95	5087,31
	1	2524	2354,48
	2	2949	3078,36
Taxa de alienação eleitoral - abs+vb+vn (%) – 2016	0	95	4928,51
	1	2524	2232,93
	2	2949	3187,52
Taxa de votos brancos e votos nulos (%) – 2016	0	95	5249,16
	1	2524	2323,67
	2	2949	3099,52
Taxa de abstenções (%) - 2016	0	95	2337,84
	1	2524	2338,55
	2	2949	3180,57

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

De acordo com a tabela 23, que traz o resultado do teste de *Kruskal-Wallis* relativo às eleições de 2016, verifica-se que o grupo teve efeito significativo para a taxa de comparecimento eleitoral [$X^2(2)=382,742;p<0,001$], de votos nominais [$X^2(2)=546,505;p<0,001$], de votos brancos [$X^2(2)=510,822;p<0,001$], de votos nulos [$X^2(2)=474,136;p<0,001$], da alienação eleitoral [$X^2(2)=651,530;p<0,001$], dos votos brancos e nulos [$X^2(2)=544,007;p<0,001$] e das abstenções [$X^2(2)=380,615;p<0,001$]. Tais dados confirmam que a mediana dos três grupos é diferente e indica que a competitividade nas eleições interfere na participação dos eleitores, conforme Costa (2006) e Silva (2017). Além disso, o teste comparativo de pares mostrou que existe variância entre os grupos envolvendo as variáveis testadas, mostrando que diferentes níveis de competitividade podem ter efeitos no comportamento dos eleitores brasileiros para as disputas municipais. Para maiores informações, ver os apêndices de Q a W, resultantes do teste de *post-hoc*.

Tabela 23 - Resultado do teste estatístico comparativo de *Kruskal-Wallis* relativo às variáveis comportamentais entre grupos baseado na competitividade presente nas eleições brasileiras de 2012

Teste estatísticos^{a,b}			
Variáveis*	Qui-quadrado	Df	Sig. Assinótica
Taxa de comparecimento (%) – 2016	382,742	2	0,000
Taxa de votos nominais (%) – 2016	546,505	2	0,000
Taxa de votos brancos (%) – 2016	510,822	2	0,000
Taxa de votos nulos (%) – 2016	474,136	2	0,000
Taxa de alienação eleitoral - abs+ vb+vn (%) – 2016	651,530	2	0,000
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2016	544,007	2	0,000
Taxa de abstenções (%) – 2016	380,615	2	0,000
a. Teste de Kruskal Wallis			
b. Grupo de variáveis: grupos: cand. Única-0; eleições acirradas-1; eleições competitivas-2 (2016)			

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um N=5.568 municípios.

Assim, os testes mostraram que tanto para 2012 quanto para 2016, diferentes níveis de competitividade podem influenciar no comportamento dos eleitores e gerar diferentes tipos de atitudes, a depender do contexto eleitoral. Além disso, notou-se que as candidaturas únicas tiveram impacto mais significativo na taxa de votos nominais, brancos e nulos, concordando com os achados de Rebello, Damin e Martins (2015), ao estudar as eleições não competitivas, no Brasil, no ano de 2012.

4.6 Resultados do teste de regressão linear múltipla envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012 e 2016

Para verificar em que medida as variáveis independentes aqui adotadas são capazes de prever as variáveis dependentes, utilizou-se a regressão linear múltipla, pois, de acordo com a literatura, o comportamento eleitoral, em especial, a alienação eleitoral, pode ser influenciado por fatores de ordem política, atitudinal e/ou socioeconômico (SANTOS, 1987; BORBA, 2008; COSTA, 2006). Consoante a isso, testaram-se três modelos no SPSS versão 20, a fim de identificar a possível associação entre a alienação eleitoral, as abstenções e a soma de votos brancos com as variáveis políticas e socioeconômicas para as eleições de 2012 e 2016, bem como para escolher modelo mais adequado para explicar tais comportamentos eleitorais. A regressão envolveu todos os municípios brasileiros que tiveram eleições para prefeito no período em análise e que apresentaram informações disponíveis de caráter político e socioeconômico. É importante ressaltar que em virtude da anormalidade de dados apresentada foi realizada a padronização das mesmas antes de rodar o teste aqui proposto.

O primeiro teste de regressão envolveu, como variável dependente (VD) a taxa de alienação eleitoral brasileira; já o segundo adotou a soma de votos brancos e nulos (VD) e o terceiro incluiu as abstenções (VD). Tais testes foram feitos tanto para as eleições de 2012 quanto 2016, e cada um deles contou com três modelos, sendo que o de número 1 teve como variável independente a competitividade eleitoral (medida pelo número de candidatos existentes na eleição), na medida em que esta característica pode impactar na participação eleitoral (FRAGA, HERSH; 2010; JORDAN, 2017; SILVA, 2017). O modelo 2 envolveu somente variáveis independentes de caráter político, tais como: competitividade e o eleitorado apto, pois o contexto eleitoral e as questões estruturais podem facilitar a participação dos eleitores (COSTA, 2006; LIMA JÚNIOR, 1990; BORBA, 2008). E o modelo 3 incluiu variáveis independentes do tipo políticas – competitividade e total do eleitorado apto – e socioeconômicas – total de população urbana e o IDHM – seguindo indicação de Victorino *et al.* (2017), ao constatar que variáveis do tipo sociais e econômicas são essenciais para explicar o fenômeno da alienação no contexto político.

Quadro 2 - Resumo das variáveis utilizadas na regressão linear múltipla para elaboração do modelo explicativo da alienação eleitoral brasileira em 2012 e 2016

Modelos	Variáveis Independentes	Autores que adotam tais variáveis independentes como explicativas para o comportamento eleitoral
1	Competitividade eleitoral	Fraga; Hersh (2010); Jordan (2017); Silva (2017).
2	Competitividade eleitoral e eleitorado apto	Costa (2006); Lima Júnior (1990); Borba (2008).
3	Competitividade eleitoral, eleitorado apto, IDHM e total da população urbana	Victorino <i>et al.</i> (2017).

Fonte: Elaboração própria (2018).

4.7 Resultados do teste de regressão linear múltipla envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012

Com base na tabela 24, verificou-se que, dentre os três modelos, o número 1 (envolvendo apenas a competitividade em 2012) nos diz que essa variável sozinha consegue explicar apenas 6,5% da alienação eleitoral brasileira em 2012. O modelo 2 conseguiu explicar 21,8% da alienação, ao inserir no mesmo, além da competitividade, a variável política referente ao tamanho do eleitorado apto. Já o modelo 3 se mostrou mais eficaz, pois conseguiu explicar 28,8 do fenômeno em 2012, quando foram incluídas variáveis do tipo

políticas e socioeconômicas. Tais informações possibilita-nos inferir que o modelo mais adequado para explicar o fenômeno da alienação deve incluir, além de variáveis relativas ao contexto eleitoral, também fatores de ordem política e socioeconômica (FRAGA; HERSH, 2010; JORDAN, 2017; VICTORINO *et al.*, 2017; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015; LIMA JÚNIOR, 1990; NICOLAU, 2004; BORBA, 2008; SILVA *et al.*, 2014; SILVA, 2011; MAGALHÃES, 2001; WUTTKE, 2017).

Tabela 24 - Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a alienação eleitoral nos municípios brasileiros em 2012

Resumo do modelo ^d										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajust.	Est. de erro padrão	Mudanças estatísticas					Durbin-Watson
					Mud. do R quadrado	Mud. de F	df1	df2	Mud. sig. F	
1	0,256 ^a	0,065	0,065	0,19815	0,065	388,559	1	5561	0,000	
2	0,467 ^b	0,218	0,218	0,18123	0,153	1087,436	1	5560	0,000	
3	0,537 ^c	0,289	0,288	0,17291	0,070	275,113	2	5558	0,000	1,668

a. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012 (padronizado)

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

d. Variável dependente: Taxa de alienação eleitoral 2012 (%) - ABST+VB+VN (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Pela análise dos coeficientes, constata-se que para o modelo 1, a competitividade em 2012 possui valor significativamente diferente de zero ($p < 0,05$) e por isso é relevante para o modelo proposto. Em relação ao modelo 2, somente o eleitorado apto possui valor significativamente diferente de zero ($p < 0,05$), o que não foi identificado para a competitividade eleitoral ($p > 0,05$). Já no modelo 3, constatou-se que todas as variáveis socioeconômicas utilizadas foram significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e são relevantes para explicar o fenômeno analisado. A exceção foi encontrada para a competitividade e para o eleitorado apto ($p > 0,05$). Estas variáveis podem não ter sido relevantes para os modelos em virtude da inserção de outros fatores de ordem política ou socioeconômica que tiveram maior peso nos mesmos (ver tabela 25).

Tabela 25 - Coeficientes dos modelos propostos para explicar a alienação eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança (95%) para B	
		B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	-0,831	0,007		-122,262	0,000	-0,844	-0,818
	Competitividade eleitoral 2012	0,043	0,002	0,256	19,712	0,000	0,038	0,047
2	(Constante)	-1,519	0,022		-69,758	0,000	-1,562	-1,476
	Competitividade eleitoral 2012	0,004	0,002	0,022	1,591	0,112	-0,001	0,008
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,201	0,006	0,455	32,976	0,000	0,189	0,213
3	(Constante)	-1,657	0,025		-65,302	0,000	-1,707	-1,607
	Competitividade eleitoral 2012	0,004	0,002	0,021	1,611	0,107	-0,001	0,008
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,003	0,018	0,006	0,141	0,888	-0,033	0,038
	IDHM (padronizado)	-1,244	0,053	-0,293	-23,277	0,000	-1,349	-1,139
	total pop. urbana (padronizado)	0,181	0,015	0,520	12,280	0,000	0,152	0,210

a. Variável dependente: Taxa de alienação eleitoral (%) - ABST+VB+VN (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Resumindo, o teste de regressão linear múltipla mostrou que as variáveis utilizadas em conjunto são capazes de explicar a taxa de alienação eleitoral brasileira em 2012, e que essa análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [F (4,5.558) = 563,788; $p < 0,05$; $R^2 = 0,289$]. Onde somente o IDHM ($\beta = -0,293$; $t = -23,277$; $p < 0,05$) e o total de população urbana ($\beta = 0,520$; $t = 12,280$; $p < 0,05$) foram previsores significativos para a taxa de alienação durante as eleições de 2012. Não foi verificado um efeito significativo para a alienação quando analisada a competitividade eleitoral e o total do eleitorado apto. Assim, a equação que descreve essa relação é: (taxa de alienação eleitoral 2012) = $-1,657 + (-1,244)$ (IDHM) + $0,181$ (Total pop urbana).

Quanto à soma dos votos brancos e nulos nas eleições de 2012, o modelo 1 conseguiu explicar apenas 3,7% dessa variável; já o modelo 2 teve um leve aumento e conseguiu explicar 10,7%, enquanto o modelo 3 explicou 12,5% dos votos brancos e nulos. Os resultados disso permitem inferir que o modelo 3 é o mais adequado para explicar esse tipo de

comportamento dos eleitores, pois envolve, além de fatores políticos, também fatores de ordem socioeconômica, conforme demonstrado na tabela 26.

Tabela 26 - Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a taxa de votos brancos e nulos nos municípios brasileiros em 2012

Resumo do modelo ^d										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Est. de erro padrão	Mudanças estatísticas					Durbin-Watson
					Mud. do R quadrado	Mud. de F	df1	df2	Mud. sig. F	
1	0,194 ^a	0,037	0,037	0,26916	0,037	216,427	1	5561	0,000	
2	0,328 ^b	0,108	0,107	0,25916	0,070	438,397	1	5560	0,000	
3	0,354 ^c	0,125	0,125	0,25667	0,017	55,069	2	5558	0,000	1,832

a. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012(padronizado)

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012(padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

d. Variável dependente: Taxa de votos brancos e nulos 2012(%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Pela análise dos coeficientes, verifica-se que no modelo 1, a competitividade em 2012 possui valores significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e são relevantes para o modelo explicativo. Em relação ao 2, percebeu-se que tanto a competitividade quanto o eleitorado apto também possuíram valores significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e são importantes para o mesmo. Já no modelo 3, todas as variáveis socioeconômicas e políticas utilizadas foram significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e são importantes para explicar a taxa de votos brancos e nulos em 2012, com exceção do eleitorado apto ($p > 0,05$) que não se mostrou significativo para o mesmo (ver tabela 27).

Tabela 27 - Coeficientes dos modelos propostos para explicar a taxa de votos brancos e nulos envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012

Coeficientes ^a								
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança (95%) para B		
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	
1	(Constante)	-1,339	0,009		-145,003	0,000	-1,357	-1,320
	Competitividade eleitoral 2012	0,043	0,003	0,194	14,711	0,000	0,037	0,049
2	(Constante)	-1,963	0,031		-63,051	0,000	-2,024	-1,902
	Competitividade eleitoral 2012	0,008	0,003	0,035	2,380	0,017	0,001	0,014
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,182	0,009	0,309	20,938	0,000	0,165	0,199
3	(Constante)	-2,013	0,038		-53,439	0,000	-2,087	-1,939
	Competitividade eleitoral 2012	0,007	0,003	0,033	2,228	0,026	0,001	0,014
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,008	0,027	0,013	0,277	0,782	-0,046	0,061
	IDHM (padronizado)	-0,790	0,079	-0,139	-9,965	0,000	-0,946	-0,635
	total pop. urbana (padronizado)	0,156	0,022	0,335	7,124	0,000	0,113	0,199

a. Variável dependente: Taxa de votos brancos e nulos 2012(%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Assim, o teste de regressão linear múltipla mostrou que as variáveis utilizadas em conjunto são capazes de explicar a taxa de votos brancos e nulos em 2012, e que essa análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [$F(4,5.558) = 198,763$; $p < 0,05$; $R^2 = 0,125$], no qual a competitividade ($\beta = 0,033$; $t = 2,228$; $p < 0,05$), o IDHM ($\beta = -0,139$; $t = -9,965$; $p < 0,05$) e o total de população urbana ($\beta = 0,335$; $t = 7,124$; $p < 0,05$) foram previsores significativos para a taxa de votos brancos e nulos durante as eleições de 2012. Não foi verificado um efeito significativo para esse tipo de comportamento e o total do eleitorado apto. Assim, a equação que descreve essa relação é: (taxa de votos brancos e nulos 2012) = $-2,013 + 0,007$ (competitividade eleitoral) + $(-0,790)$ (IDHM) + $0,156$ (Total pop. urbana).

Já em relação à abstenção ocorrida nas disputas de 2012, o teste de regressão mostrou que o modelo 1 consegue explicar apenas 6% das abstenções, já o modelo 2 explica 25,5% e o modelo 3 explica 36,5% da ausência eleitoral, e isso permite afirmar que o modelo 3 é o que melhor explica essa variável, e tal fato deve-se à inserção tanto de variáveis políticas quanto socioeconômicas, conforme observa-se na tabela 28:

Tabela 28 - Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a abstenção nos municípios brasileiros em 2012

Resumo do modelo ^d										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Est. de erro padrão	Mudanças estatísticas					Durbin-Watson
					Mud. do R quadrado	Mud. de F	df1	df2	Mud. sig. F	
1	0,245 ^a	0,060	0,060	0,19302	0,060	353,744	1	5561	0,000	
2	0,505 ^b	0,255	0,255	0,17182	0,195	1458,111	1	5560	0,000	
3	0,605 ^c	0,366	0,365	0,15858	0,111	484,771	2	5558	0,000	1,382

a. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012(padronizado)

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012(padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

d. Variável dependente: taxa de abstenção 2012 (%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Os coeficientes apresentados a seguir indicam que nos três modelos todas as variáveis apresentaram valor significativamente diferente de zero ($p < 0,05$), as únicas exceções foram encontradas no modelo 2 para a competitividade eleitoral ($p > 0,05$) e no modelo 3, para a competitividade eleitoral e em relação ao tamanho do eleitorado, cujos valores não foram significativamente diferentes de zero ($p > 0,05$), por isso, não foram relevantes para os modelos, conforme visualizado na tabela 29:

Tabela 29 - Coeficientes dos modelos propostos para explicar a abstenção eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2012

Coeficientes ^a								
Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança (95%) para B	
		B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	-1,014	0,007		-153,170	0,000	-1,027	-1,001
	Competitividade eleitoral 2012	0,040	0,002	0,245	18,808	0,000	0,036	0,044
2	(Constante)	-1,770	0,021		-85,710	0,000	-1,810	-1,729
	Competitividade eleitoral 2012	-0,003	0,002	-0,019	-1,443	0,149	-0,007	0,001
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,220	0,006	0,515	38,185	0,000	0,209	0,232
3	(Constante)	-1,968	0,023		-84,565	0,000	-2,014	-1,922
	Competitividade eleitoral 2012	-0,003	0,002	-0,018	-1,447	0,148	-0,007	0,001
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,015	0,017	0,035	0,905	0,366	-0,018	0,048
	IDHM (padronizado)	-1,525	0,049	-0,370	-31,110	0,000	-1,621	-1,428
	total pop. urbana (padronizado)	0,191	0,014	0,563	14,081	0,000	0,164	0,217

a. Variável dependente: taxa de abstenção 2012 (%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Portanto, o teste mostrou que as variáveis utilizadas em conjunto são capazes de explicar a taxa de abstenção brasileira em 2012, e tal análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [$F(4,5.558) = 801,378; p < 0,05; R^2 = 0,366$], no qual apenas o IDHM ($\beta = -0,370; t = -31,110; p < 0,05$) e o total de população urbana ($\beta = 0,563; t = 14,081; p < 0,05$) foram previsores significativos para a taxa de abstenção durante as eleições de 2012. Não foi verificado um efeito significativo para esse tipo de comportamento e a competitividade, e nem com o total do eleitorado apto. Assim, a equação que descreve essa relação é: (taxa de abstenção 2012) = $-1,968 + (-1,525)(\text{IDHM}) + 0,191(\text{Total pop urbana})$.

Além disso, baseado na ANOVA, nota-se que o ajuste dos modelos envolvendo previsores é diferente do ajuste do modelo sem nenhum deles, e a inclusão de variáveis políticas e socioeconômicas melhorou a qualidade do modelo proposto para explicar os fenômenos da alienação eleitoral, dos votos brancos e nulos e também das abstenções presentes nas eleições municipais de 2012. Assim, somente a competitividade não foi suficiente para explicar tais comportamentos eleitorais. Para maiores informações, ver apêndices X, Y e Z.

4.8 Resultados do teste de regressão linear múltipla envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016

A realização do teste de regressão para as eleições municipais brasileiras de 2016, incluindo os três modelos de análise, mostrou que para a variável alienação eleitoral, o modelo que consegue melhor explicar é o de número 3, pois envolveu, ao mesmo tempo, fatores políticos e socioeconômicos, e conseguiu explicar 29% do fenômeno. Isso comprova a importância de incluir tais variáveis quando se pretender estudar o comportamento dos eleitores, de acordo com Ribeiro, Borba e Silva (2015). Já o modelo 1 teve poder explicativo para tal comportamento de apenas 8,3%, e o modelo 2 com 26,5%, conforme demonstrado na tabela 30:

Tabela 30 - Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a alienação eleitoral nos municípios brasileiros em 2016

Resumo do modelo ^d										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Est. de erro padrão	Mudanças estatísticas					Durbin-Watson
					Mud. do R quadrado	Mud. de F	df1	df2	Mud. sig. F	
1	0,289 ^a	0,083	0,083	0,20507	0,083	506,204	1	5561	0,000	
2	0,515 ^b	0,265	0,265	0,18362	0,182	1376,056	1	5560	0,000	
3	0,539 ^c	0,291	0,290	0,18046	0,025	99,460	2	5558	0,000	1,670

a. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2012(padronizado)

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2012(padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

d. Variável dependente: taxa de alienação eleitoral 2016-ABST+VB+VN (%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Com base na análise dos coeficientes, nota-se que para o modelo 1 a competitividade apresentou valor significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$), portanto, é relevante para tal modelo. Em relação ao modelo 2, somente o eleitorado apto possui valores significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e o mesmo não foi identificado para a competitividade eleitoral ($p > 0,05$), resultado este também encontrado para o ano de 2012. Já no modelo 3, todas as variáveis socioeconômicas adotadas foram significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e são relevantes no modelo proposto para explicar a alienação eleitoral em 2016. A exceção foi identificada para a competitividade e para o eleitorado apto ($p > 0,05$), e isso pode ter sido em virtude da inserção, simultânea, de fatores de ordem política ou socioeconômica, que tiveram maior peso nos mesmos, assim como no pleito de 2012 (ver tabela 31).

Tabela 31 - Coeficientes dos modelos propostos para explicar a alienação eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança (95%) para B	
		B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	-0,832	0,007		-127,900	0,000	-0,845	-0,819
	Competitividade eleitoral 2016	0,044	0,002	0,289	22,499	0,000	0,040	0,048
2	(Constante)	-1,650	0,023		-72,322	0,000	-1,695	-1,606
	Competitividade eleitoral 2016	-0,002	0,002	-0,012	-0,869	0,385	-0,006	0,002
	total do eleitorado apto 2016 (padronizado)	0,239	0,006	0,522	37,095	0,000	0,226	0,251
3	(Constante)	-1,619	0,027		-60,197	0,000	-1,672	-1,567
	Competitividade eleitoral 2016	-0,002	0,002	-0,010	-0,724	0,469	-0,006	0,003
	total do eleitorado apto 2016 (padronizado)	0,012	0,019	0,026	0,614	0,539	-0,026	0,050
	IDHM (padronizado)	-0,634	0,056	-0,143	-11,244	0,000	-0,745	-0,523
	total pop. urbana (padronizado)	0,197	0,016	0,540	12,556	0,000	0,166	0,228

a. Variável dependente: taxa de alienação eleitoral 2016-ABST+VB+VN (%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Assim, o teste de regressão linear múltipla mostrou as variáveis utilizadas são capazes de explicar a taxa de alienação eleitoral brasileira em 2016 e que tal análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [F (4,5.558) = 569,362; $p < 0,05$; $R^2 = 0,291$]. Onde somente o IDHM ($\beta = -0,143$; $t = -11,244$; $p < 0,05$) e o total de população urbana ($\beta = 0,540$; $t = 12,556$; $p < 0,05$) foram previsores significativos para a taxa de alienação durante as eleições de 2016. Não foi verificado um efeito significativo para a alienação quando analisada a competitividade eleitoral e o total do eleitorado apto. Assim, a equação que descreve essa relação é: (taxa de alienação eleitoral 2016) = $-1,619 + (-0,634) (\text{IDHM}) + 0,197 (\text{Total pop urbana})$.

Quanto à soma dos votos brancos e nulos nas eleições de 2016, o modelo 1 conseguiu explicar apenas 6,1% dessa variável, já o modelo 2 teve um leve aumento e conseguiu explicar 18,9%, enquanto o modelo 3 explicou 19,5% dos votos brancos e nulos. Os resultados disso permitem inferir que o modelo 3 é o mais adequado para explicar esse tipo de comportamento dos eleitores, pois envolvem não apenas fatores políticos, mas também de ordem socioeconômica, conforme tabela 32.

Tabela 32 - Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a taxa de votos brancos e nulos nos municípios brasileiros em 2016

Resumo do modelo ^d										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Est.de erro padrão	Mudanças estatísticas					Durbin-Watson
					Mud. do R quadrado	Mud. de F	df1	df2	Mud.a sig. F	
1	0,248 ^a	0,062	0,061	0,27303	0,062	364,842	1	5561	0,000	
2	0,435 ^b	0,189	0,189	0,25380	0,128	875,346	1	5560	0,000	
3	0,442 ^c	0,195	0,195	0,25290	0,006	21,007	2	5558	0,000	1,897

a. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016(padronizado)

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016(padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

d. Variável dependente: taxa de votos brancos e nulos 2016(%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Em consonância com os valores apresentados pelos coeficientes, verifica-se que no modelo 1, a competitividade em 2016 possui coeficientes cujos valores são significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$) e são relevantes para o modelo. Em relação ao 2, percebe-se que apenas o eleitorado apto possui valores significativamente diferentes de zero ($p < 0,05$). Já no modelo 3, apenas a competitividade e o IDHM não apresentaram valores significativamente diferentes de zero ($p > 0,05$) e, por isso, não são relevantes no modelo proposto para explicar a taxa de votos brancos e nulos em 2016 (ver tabela 33).

Tabela 33 - Coeficientes dos modelos propostos para explicar a taxa de votos brancos e nulos envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016

Coeficientes ^a								
Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	Sig.	Intervalo de confiança (95%) para B	
		B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	-1,358	0,009		-156,777	0,000	-1,375	-1,341
	Competitividade eleitoral 2016	0,050	0,003	0,248	19,101	0,000	0,045	0,055
2	(Constante)	-2,260	0,032		-71,649	0,000	-2,322	-2,198
	Competitividade eleitoral 2016	-0,001	0,003	-0,004	-0,279	0,780	-0,007	0,005
	total do eleitorado apto 2016 (padronizado)	0,263	0,009	0,437	29,586	0,000	0,246	0,281
3	(Constante)	-2,133	0,038		-56,570	0,000	-2,207	-2,059
	Competitividade eleitoral 2016	-0,002	0,003	-0,009	-0,613	0,540	-0,008	0,004
	total do eleitorado apto 2016 (padronizado)	0,123	0,027	0,205	4,521	0,000	0,070	0,177
	IDHM (padronizado)	0,080	0,079	0,014	1,016	0,310	-0,075	0,235
	total pop. urbana (padronizado)	0,117	0,022	0,244	5,323	0,000	0,074	0,160

a. Variável dependente: taxa de votos brancos e nulos 2016(%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Desse modo, o teste de regressão linear múltipla mostrou que as variáveis utilizadas são capazes de explicar a taxa de votos brancos e nulos em 2016, e que tal análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [$F(4,5.558) = 337,226; p < 0,05; R^2 = 0,195$], no qual apenas o tamanho do eleitorado ($\beta = 0,205; t = 4,521; p < 0,05$) e o total de população urbana ($\beta = 0,244; t = 5,323; p < 0,05$) foram previsores significativos para a taxa de votos brancos e nulos durante as eleições de 2016. Não foi verificado um efeito significativo para esse tipo de comportamento e a competitividade, e também com o IDHM, em 2016. Assim, a equação que descreve essa relação é: (taxa de votos brancos e nulos 2016) = $-2,0133 + 0,123$ (total do eleitorado apto) + $0,117$ (Total pop. urbana).

Sobre a abstenção ocorrida durante as disputas de 2016, o teste de regressão mostrou que o modelo 1 consegue explicar apenas 6,6% das abstenções; já o modelo 2 explica 23,1% e o modelo 3 explica 28,5% da ausência eleitoral, e isso permite constatar que o modelo 3 é o que melhor explica essa variável, e isso pode ter sido em decorrência da inserção de variáveis políticas e socioeconômicas, simultaneamente, conforme demonstrado na tabela 34:

Tabela 34 - Resumo do modelo resultante no teste de regressão múltipla para as variáveis políticas/socioeconômicas e a abstenção nos municípios brasileiros em 2016

Resumo do modelo ^d										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Est. de erro padrão	Mudanças estatísticas					Durbin-Watson
					Mud. do R quadrado	Mud. de F	df1	df2	Mud. sig. F	
1	0,258 ^a	0,066	0,066	0,21114	0,066	395,103	1	5561	0,000	
2	0,481 ^b	0,232	0,231	0,19156	0,165	1196,141	1	5560	0,000	
3	0,534 ^c	0,285	0,284	0,18486	0,053	206,198	2	5558	0,000	1,483

a. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016
b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado)
c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)
d. Variável dependente: taxa de abstenção 2016 (%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Os coeficientes apresentados a seguir indicam que nos três modelos todas as variáveis utilizadas apresentaram valor significativamente diferente de zero ($p < 0,05$), a única exceção ocorreu no modelo 3, para a competitividade eleitoral, cujo valor não foi significativamente diferente de zero ($p > 0,05$), e por isso não se mostrou tão relevante para explicar a abstenção em 2016, conforme tabela 35:

Tabela 35 - Coeficientes dos modelos propostos para explicar a abstenção eleitoral envolvendo variáveis políticas e socioeconômicas nos municípios brasileiros durante as eleições de 2016

Coeficientes ^a								
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança (95%) para B		
	B	Erro padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	
1	(Constante)	-1,012	0,007		-151,096	0,000	-1,025	-0,999
	Competitividade eleitoral 2012	0,040	0,002	0,258	19,877	0,000	0,036	0,044
2	(Constante)	-1,808	0,024		-75,944	0,000	-1,855	-1,761
	Competitividade eleitoral 2012	-0,005	0,002	-0,030	-2,050	0,040	-0,009	0,000
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	0,232	0,007	0,498	34,585	0,000	0,219	0,245
3	(Constante)	-1,830	0,028		-66,404	0,000	-1,884	-1,776
	Competitividade eleitoral 2012	-0,004	0,002	-0,022	-1,612	0,107	-0,008	0,001
	total do eleitorado apto 2012 (padronizado)	-0,054	0,020	-0,116	-2,714	0,007	-0,093	-0,015
	IDHM (padronizado)	-1,067	0,058	-0,236	-18,471	0,000	-1,180	-0,954
	total pop. urbana (padronizado)	0,251	0,016	0,676	15,630	0,000	0,220	0,283

a. Variável dependente: taxa de abstenção2016(%) padronizado

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

Portanto, o teste indicou que as variáveis utilizadas, em conjunto, são capazes de explicar a taxa de abstenção brasileira em 2016, e que tal análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [$F(4,5.558) = 553,069$; $p < 0,05$; $R^2 = 0,285$], no qual o tamanho do eleitorado ($\beta = -0,116$; $t = -32,714$; $p < 0,05$), o IDHM ($\beta = -0,236$; $t = -18,471$; $p < 0,05$) e o total de população urbana ($\beta = 0,676$; $t = 15,630$; $p < 0,05$) foram previsores significativos para a taxa de abstenção durante as eleições de 2016. Não foi verificado um efeito significativo para esse tipo de comportamento e a competitividade durante essa disputa. Assim, a equação que descreve essa relação é: (taxa de abstenção 2016) = $-1,830 + (-0,054)$ (total do eleitorado apto) + $(-1,067)$ (IDHM) + $0,251$ (Total pop urbana).

Além disso, baseado na ANOVA, observa-se que o ajuste dos modelos envolvendo previsores é diferente do ajuste do modelo sem nenhum deles, e que a inclusão de variáveis políticas e socioeconômicas melhorou a qualidade do modelo proposto para explicar os fenômenos da alienação eleitoral, dos votos brancos e nulos e, também, das abstenções presentes nas eleições nos municípios brasileiros de 2016. Desse modo, somente a competitividade não foi suficiente para explicar tais comportamentos eleitorais e, conforme Ribeiro, Borba e Silva (2015), a melhor forma de compreender o comportamento dos eleitores

é através da análise envolvendo variáveis socioeconômicas e políticas. Para maiores informações, ver apêndices AA, AB e AC.

Os resultados obtidos com a regressão constatam que a existência de candidatura única pode explicar com maior eficiência a alienação eleitoral, quando são envolvidas, simultaneamente, variáveis políticas e socioeconômicas, conforme proposto pela maioria dos autores que abordam essa temática. Além disso, o número de candidatos, em especial, o fato de haver candidatura única, teve um impacto maior na taxa de votos brancos e nulos do que em relação à alienação, e que o fato de as abstenções terem sido menores nesse contexto, podem ser explicadas (as abstenções) pelo fato de que os eleitores, por serem impossibilitados de interferir no resultado final da eleição, optaram por demonstrar seu descontentamento diante das urnas, através da opção pelo voto inválido, ou seja, ampliando os índices de votos brancos e nulos como sinal de protesto diante desse contexto político, como também foi constatado por Damim (2012) e Rebello, Damim e Martins (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal intuito desta pesquisa foi analisar a relação existente entre o fenômeno da candidatura única ao Executivo municipal brasileiro durante as eleições de 2012 e 2016 e a alienação eleitoral, por acreditar-se que a competitividade pode impactar no comportamento dos eleitores e, nesse sentido, a existência de apenas um concorrente ao pleito pode gerar um descontentamento no eleitor, caso ele não se identifique com tal candidato, o que o estimularia a abster-se ou optar pelo voto branco ou nulo, como sinal de protesto diante desse cenário. Com base no levantamento bibliográfico, verificou-se que a maior parte dos estudos sobre o comportamento eleitoral volta suas análises para o contexto das democracias consolidadas, sendo predominantes aqueles que se focam estritamente a estudar a realidade dos Estados Unidos (PEDERSEN; DASSONNEVILLE; HOOGHE, 2014; VICTORINO *et al.*, 2017); assim, esta pesquisa tentou preencher a lacuna deixada pela literatura, e procurou abordar o contexto subnacional do Brasil, país que se caracteriza por apresentar uma democracia em processo de consolidação.

Observou-se, com base nas contribuições dos autores, que entre as principais variáveis que podem impactar significativamente na decisão dos eleitores de participar ou não das eleições, destacaram-se: o ciclo de vida; a mudança geracional; a educação; a idade; a renda medida através do PIB *per capita*; a religiosidade; o estado civil; o gênero; o multipartidarismo; o contexto político; a competitividade; o interesse político e a ideologia partidária; o voto obrigatório; os traços de personalidade e as disposições genéticas; a extensão territorial; a densidade do eleitorado; o IDH; a evolução do sistema partidário; o número efetivo de partidos; a urbanização; o desemprego; a inflação; a alienação e a indiferença; o tipo de Legislativo; a efetividade do governo; a satisfação com a democracia; a confiança nas instituições; a situação econômica; a qualidade da democracia; o interesse por política; as crenças e os valores.

Sobre a alienação eleitoral brasileira, a mesma possui múltipla causalidade e pode ser obtida pelas abstenções, votos brancos e nulos. Os principais fatores causadores da mesma nos cidadãos brasileiros têm sido: a extensão territorial; a urbanização; a educação; a renda; a avaliação da economia; o descontentamento do eleitor; a confiança nas instituições políticas e no processo eleitoral; o sexo; a PEA e a competitividade nas eleições. Além disso, Nicolau (2004) e Barreto (2008) ressaltam que o voto compulsório reduz, em parte, as abstenções, e as taxas de justificativa eleitoral no país são consideradas significativas e, por isso, devem ser levadas em conta durante as análises do fenômeno da alienação eleitoral.

Para a análise da alienação eleitoral, em contextos de voto compulsório como no Brasil, o ideal é trabalhar suas variáveis de forma separada, conforme a maioria dos autores sugere, ou seja, separando as abstenções dos votos brancos e nulos, pois os motivos causais de tais comportamentos são distintos. Consoante a isso, ao analisar a abstenção é necessário levar em consideração a existência ou não do voto compulsório, pois esse tem forte impacto no comparecimento dos eleitores (ROUSSIAS, 2012; BIRCH, 2009; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015; SILVA, 2017).

Apesar do vasto acervo relacionado às eleições brasileiras, existe uma enorme lacuna quando o assunto está ligado às candidaturas únicas. Sobre elas, notou-se que as regras eleitorais contribuem para a existência desse fenômeno, na medida em que não estabelecem a obrigatoriedade de, no mínimo, dois competidores ao cargo Executivo municipal; a regra da maioria simples limita mais ainda a decisão do eleitor, pois a sua adoção em municípios com candidatura única e baixo eleitorado (inferior a 200 mil eleitores) torna possível a vitória do único candidato com apenas um voto válido. Além disso, o fenômeno das eleições sem disputa, presentes em 2012 e no pleito de 2016, foi predominante nas regiões Sul e Sudeste do país, concentrando-se, principalmente, nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, envolvendo sempre os maiores partidos do país como o PMDB, o PSDB, o PP e o PSB. Quanto ao seu perfil socioeconômico, no geral, são municípios com baixo quantitativo eleitoral (em geral até 5.000 eleitores).

O teste de correlação, envolvendo variáveis políticas e comportamentais, apontou para resultados semelhantes nas eleições de 2012 e 2016. De acordo com ele a competitividade correlaciona-se de modo fraco e negativo com o comparecimento e também com os votos nominais. Apontou, ainda, para uma associação moderada e positiva entre a competitividade e o tamanho do eleitorado, além de apresentar correlação fraca e positiva entre a competitividade e as demais variáveis comportamentais. Assim, um grande número de eleitores aptos pode aumentar a propensão para a existência de mais concorrentes nas disputas eleitorais e que o número de candidatos afeta negativamente, e em pequenas proporções, o comparecimento dos cidadãos, e positivamente a alienação eleitoral, ou seja, o fato de haver muitos concorrentes pode contribuir para um possível aumento desse tipo de comportamento, porém, em pequenas proporções.

O resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para as eleições de 2012 e 2016 mostrou que a média de *ranks* para o comparecimento eleitoral foi maior nos locais que apresentaram dois concorrentes (grupo 1), indicando que em disputas acirradas há maiores incentivos para a participação dos eleitores (FRAGA; HERSH, 2010; JORDAN, 2017; SILVA, 2017). O

mesmo não foi identificado para os locais com candidatura única (grupo 0), cujas taxas foram superiores aos municípios com três ou mais concorrentes (grupo 2). Tal fato pode sugerir que diferentes níveis de competição podem resultar em diferentes tipos de comportamentos por parte do eleitorado. Além disso, apesar do comparecimento ser superior nos locais com candidatura, em relação àqueles com eleições competitivas, isso nos permite constatar a existência de apenas um concorrente ao pleito não faz com que muitos cidadãos deixem de exercer seu direito de voto, mesmo assim, os mesmos demonstram estar insatisfeitos com tal cenário político, o que pode ser comprovado pelo baixo índice de votos nominais e pela elevação dos votos brancos, nulos e pelo aumento da alienação eleitoral. Essa ampliação nos votos inválidos e na alienação, de modo geral, pode ser um indicativo de protesto por parte dos eleitores, contra a ausência de incerteza do resultado eleitoral e da decisão das elites de eliminar o caráter competitivo das eleições, conforme constatado também por Damin (2012) e Rebello, Damin e Martins (2015). Nesse sentido, o fato de existir apenas um candidato na disputa ao cargo do Executivo teve impacto no comportamento do eleitor, principalmente nos votos brancos e nulos durante as eleições de 2012 e 2016, porém, isso não é suficiente para afirmar que esse fator foi determinante para tal comportamento do eleitorado brasileiro, pois existe uma infinidade de fatores que atuam de forma conjunta e contribuem para explicar o complexo mundo das ações políticas e decisões humanas.

O teste de regressão linear múltipla indicou que um modelo explicativo envolvendo apenas a competitividade eleitoral não é suficiente para explicar a taxa de alienação eleitoral brasileira nas eleições estudadas, por isso, é necessária a inclusão dessa e de variáveis políticas e socioeconômicas para que se possa testar, de forma mais eficaz, esse tipo de comportamento eleitoral, em especial, do brasileiro (RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015; VICTORINO *et al.*, 2017; SILVA, 2017).

Com base no exposto, acredita-se que esta pesquisa possa trazer várias contribuições para a Ciência Política em geral, não apenas pela excepcionalidade do fenômeno estudado, mas, também, por abordar uma rica e diversificada área do conhecimento, que diz respeito ao comportamento político no contexto das democracias representativas. Além disso, em decorrência de sua complexidade, faz-se necessário um maior aprofundamento sobre essa temática, não apenas pela sua particularidade, mas também com o intuito de melhor conhecer os fatores que contribuem para a existência desse tipo de acontecimento, que desafiou os princípios básicos da democracia e, ao mesmo tempo, para compreender as consequências disso para o comportamento eleitoral e a legitimidade do processo de escolha dos representantes em regimes democráticos representativos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, J.; DOW, J.; MERRIL III, S. The political consequences of alienation-based and indifference - based voter abstention: applications to presidential elections. **Political Behavior**, v. 28, n. 1, March, 2006.
- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Tradução: Lori Viali. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- AMARAL, R. A votação no sistema de listas. In: VIANA, J. P. S. L.; SANTOS, G. dos S. N. **O sistema político brasileiro: continuidade ou reforma**. Porto Velho: Edufro, 2008.
- BARRETO, A. A. de B. O eleitor ausente: o não comparecimento às urnas na discussão das Ciências Sociais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 187-206, maio-ago., 2008.
- BIRCH, S. The case for compulsory voting. **Public Policy Research**, p. 21-27, march-may, 2009.
- BLAIS, A. *et al.* Where does turnout decline come from? **European Journal of Political Research**, v. 43, 2004, p. 221-236.
- BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Revisit Debates**, v. 2, p. 134-157, 2008.
- BOROWIAK, G. **Accountability & Democracy: the pitfalls and promise of popular control**. Oxford: Oxford University Press. 2011.
- BRASIL. **Lei 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: jun. 2107.
- CARAMANI, D. The End of Silent Elections: The Birth of Electoral Competition, 1832-1915. **Party Politics**, v. 9, n. 4, p. 411-443, 2002. Paper submitted 18 April 2002; accepted for publication 8 November 2002. Disponível em: downloaded from ppq.sagepub.com at University of Newcastle on January 28, 2014. Acesso em: ago. 2018.
- CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 87-104, 2015.
- CEPALUNI, G.; HIDALGO, F. D. Compulsory voting can increase political inequality: evidence from Brazil. **Political Analysis**, nov., p. 30, 2015. Disponível em: http://www.mit.edu/~dhidalgo/papers/compulsory_voting.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.
- CERVI, E. U. Doações de campanhas e desempenho eleitoral: uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. **Revista de discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 1, n. 1, 2013.
- COSTA, H. de O. **Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**. 2006. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC, São Paulo, SP, 2006.

CRUZ, P. A. da. Eleições municipais: os determinantes do voto na eleição de 2008 em São Paulo. **Em Tese: Revista eletrônica de Pós-graduandos em sociologia Política da UFSC**, v. 8, n. 2, ago.- dez., 2011.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2012.

DAMIN, C. J. O fim da incerteza e a certeza da vitória: eleições majoritárias municipais com candidato único no Rio Grande do Sul em 2008. **Pensamento Plural**, n. 11, p. 107-130, 2012.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto**: Democracia e Racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991. 216 p.

FRAGA, B.; HERSH, E. Voting Costs and Voter Turnout in Competitive Elections. **APSA 2010 Annual Meeting Paper**, August, 27, 2010, p.27. Disponível em: <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=576121020003023082098103026084065064032043077033024024075122127067085079070081105000011050026016049049112000114102125123095029048026026076017091091005087111082095010095002080021066082021003085124069018086081095066090079099084070069116031082104123081124&EXT=pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

IBGE. Censo Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico brasileiro 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: jun. 2017.

JORDAN, J. The Effect of Electoral Competitiveness on Voter Turnout. **Political Science Honors Thesis**, Western Washington University, 43, p. 39, 2017. Disponível em: https://cedar.wvu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1042&context=wwu_honors. Acesso em: 03 abr. 2019.

KERBAUY, M. T. M. Câmaras Municipais, partidos e negociações políticas. In: **IX Congresso Internacional da Brasa**. Tulane University New Orleans, Louisiana, 2008.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. “Effective” number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, abr. 1979.

LIMA JUNIOR, O. B. de. Alienação eleitoral e seus determinantes: nota de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, p. 68-72, 1990.

MAGALHÃES, P. C. Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999. **Análise Social**, v. 25, 2001, p. 1079-1093.

MELO, C. R. “Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra” – Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro. In: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. (org.). **A Democracia Brasileira**: Balanço e Perspectivas para o Século 21. Belo Horizonte, UFMG, p. 267-302, 2007.

MIZUCA, H. D. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004.** 2007. 176f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

NICOLAU, J. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, set. 2004.

NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais.** 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, J. M.; ZUCCO JÚNIOR, C. Trading old errors for new errors? The impact of electronic voting technology on party label votes in Brazil. **Electoral Studies**, 43, p.10-20, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026137416301238>. Acesso em: 03 abr. 2019.

PEDERSEN, E. F.; DASSONNEVILLE, R.; HOOGHE, M. The Effect of Alienation and indifference toward the party system on voter turnout: A comparative analysis. **13th Belgian-Dutch Political Science Conference**. Maastricht, June 2014, p1-29.

PEIXOTO, V. de M.; GOULART, N. L. M. Evolução da competição eleitoral municipal no Brasil (1996-2012). **Revista de Ciência Política: Teoria & Pesquisa**, p. 41-63, 2014.

PENA, F. G.; MARTINS, T. S. Baby Boomers, X e Y: diferentes gerações “coexistindo” nos ambientes organizacionais. **Pós em Revista do Centro Universitário Newton Paiva**, n. 10, p. 8-14, 2015. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2015/06/E10-ADM-01.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

PERES, P. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, out. 2008.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: jan. 2019.

REBELLO, M. M.; DAMIN, C. J.; MARTINS, L. T. Driblando a incerteza eleitoral: candidaturas únicas a prefeito no Brasil em 2012. In: **I Seminário Internacional de Ciência Política**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, set. 2015.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia Política**, v. 23, n. 54, p. 91-108, jun. 2015.

ROUSSIAS, N. **T turnout in the early elections of the new democracies: The Effects of Pre-Democratic Experiences and Party System Evolution.** University of Sheffield, Sep. 2012, p. 37.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de Governo.** 2015. 317 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015.

SANTOS, W. G. dos. **Crise e castigo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

SILVA, R. da *et al.* Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria e Pesquisa**: Revista de Ciência Política, p. 64-81, 2014.

SILVA, R. da. Abstenção eleitoral na América Latina: um estudo preliminar dos determinantes conjunturais. In: **9º Noveno Congresso Latino Americano de Ciencia Política**. Montevideo, Uruguai, 26 a 28 de julho 2017.

SILVA, R. da. Alienação Eleitoral: um estudo comparativo das bases sociais e atitudinais. In: **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**. Belo Horizonte, Brasil, 4-6 de maio 2011.

SOARES, G. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório de Dados eleitorais**: Detalhe município votação por zona eleições de 2016. Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 28 mai. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Porcentagem de eleitores que justificaram o voto - Quantitativo Faixa Etária ou Grau de Instrução**. Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/quantitativo-faixa-etaria-ou-grau-de-instrucao>. Acesso em: 17 jan. 2019.

VASQUEZ, V. L. **Ao vencedor, a prefeitura**: competição em eleições municipais (1996-2012). 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.

VICTORINO, A. P. *et al.* Geografia da Alienação Eleitoral em Moçambique. **9º Congresso Latino Americano de Ciência Política**, ALACIP (org.), Montevidéu, julho, 2017, p1-20.

WUTTKE, A. When the world around you is changing: Investigating the Influence of Alienation and Indifference on Voter Turnout. In: SCHOEN, H.; ROBTEUTSCHER, S.; SCHMITT-BECK, R.; WEBELS, B.; WOLF, C. (eds.): **Voters and Voting in Context**. Oxford University Press, p.146-166, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Resultado da verificação da normalidade usando o teste estatístico de *Kolmogorov-Smirnov* para as variáveis políticas e comportamentais referentes ao ano de 2012

Testes de normalidade		
Variáveis*	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>^a	
	Estatísticas	Sig.
Competitividade eleitoral – 2012	0,247	0,000
Eleitorado apto – 2012	0,437	0,000
Taxa de comparecimento (%) – 2012	0,029	0,000
Taxa de votos nominais (%) – 2012	0,330	0,000
Taxa de votos brancos (%) – 2012	0,229	0,000
Taxa de votos nulos (%) – 2012	0,361	0,000
Taxa de alienação eleitoral - abst+vb+vn (%) – 2012	0,141	0,000
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2012	0,330	0,000
Taxa de abstenção (%) - 2012	0,029	0,000

a. Correção de significância *Lilliefors*

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um Df=5.568.

*Resultado do teste *Kolmogorov-Smirnov* para verificação da normalidade dos dados

APÊNDICE B - Resultado da verificação da normalidade usando o teste estatístico de *Kolmogorov-Smirnov* para as variáveis políticas e comportamentais referentes ao ano de 2016

Testes de normalidade		
Variáveis*	<i>Kolmogorov-Smirnov</i> ^a	
	Estatísticas	Sig.
Competitividade eleitoral – 2016	0,252	0,000
Eleitorado apto – 2016	0,436	0,000
Taxa de comparecimento (%) – 2016	0,034	0,000
Taxa de votos nominais (%) – 2016	0,295	0,000
Taxa de votos brancos (%) – 2016	0,245	0,000
Taxa de votos nulos (%) – 2016	0,319	0,000
Taxa de alienação eleitoral - abst+vb+vn (%) – 2016	0,104	0,000
Taxa de votos brancos e nulos (%) – 2016	0,287	0,000
Taxa de abstenção (%) – 2016	0,035	0,000

a. Correção de significância *Lilliefors*

Fonte: Dados disponíveis no Repositório do TSE (2018).

*Os dados foram obtidos para um Df=5.568.

APÊNDICE C - Resultado do teste *Kolmogorov-Smirnov* para as variáveis socioeconômicas dos municípios brasileiros

Testes de normalidade	<i>Kolmogorov-Smirnov^a</i>	
	Estatísticas	Sig.
Expectativa de vida	0,058	0,000
Taxa de envelhecimento	0,015	0,005
Expectativa de anos de estudo	0,015	0,006
Total de homem	0,432	0,000
Total de Mulher	0,437	0,000
Pop. Rural	0,207	0,000
Pop. Urbana	0,443	0,000
IDHM	0,066	0,000

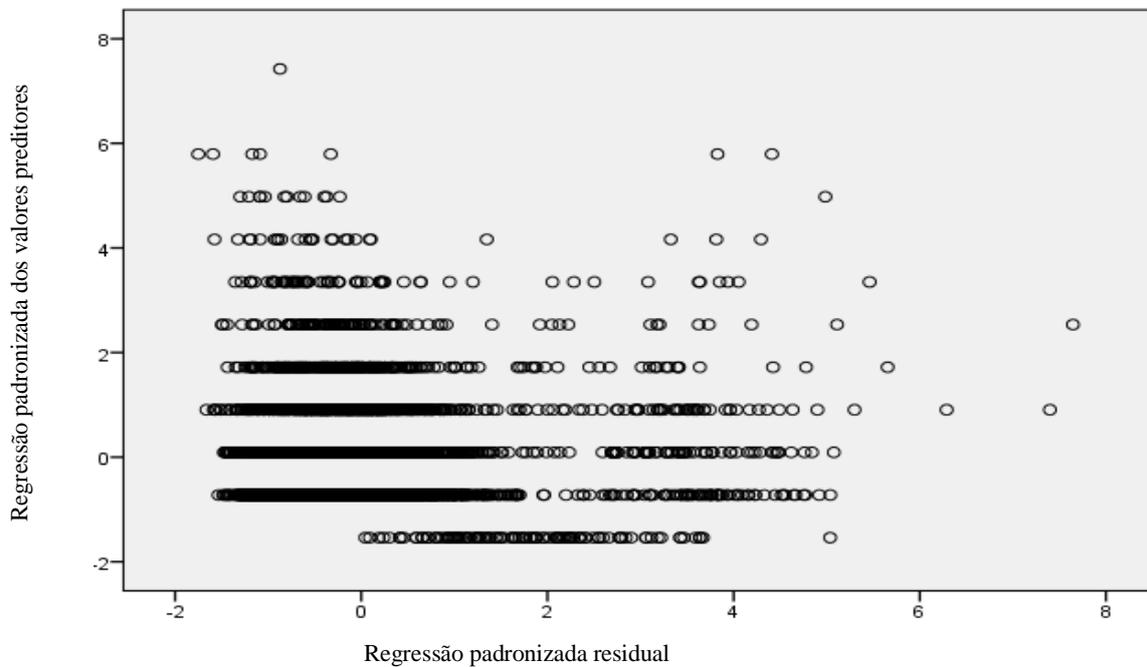
a. Correção de significância Lilliefors

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD (2018).

*Dos 5.568 municípios, foi constatado ausência de informações de cinco casos, referente aos municípios criados em 2012 pós-censo demográfico de 2010. Assim foi usado um N=5563 e Df=5.563.

***Resultado da verificação do princípio da homocedasticidade**

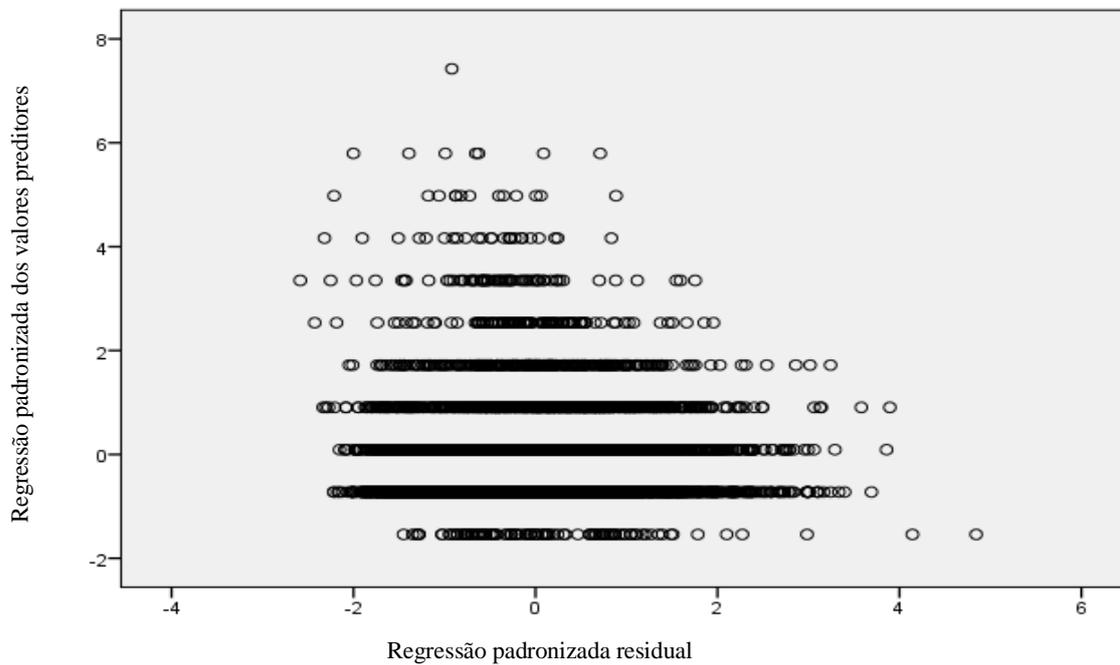
APÊNDICE D - Gráfico de dispersão que trata da relação entre os resíduos *versus* os valores ajustados (ou preditores) para a variável taxa de alienação eleitoral em 2012*



Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Variável dependente: taxa de alienação eleitoral (%) -2012.

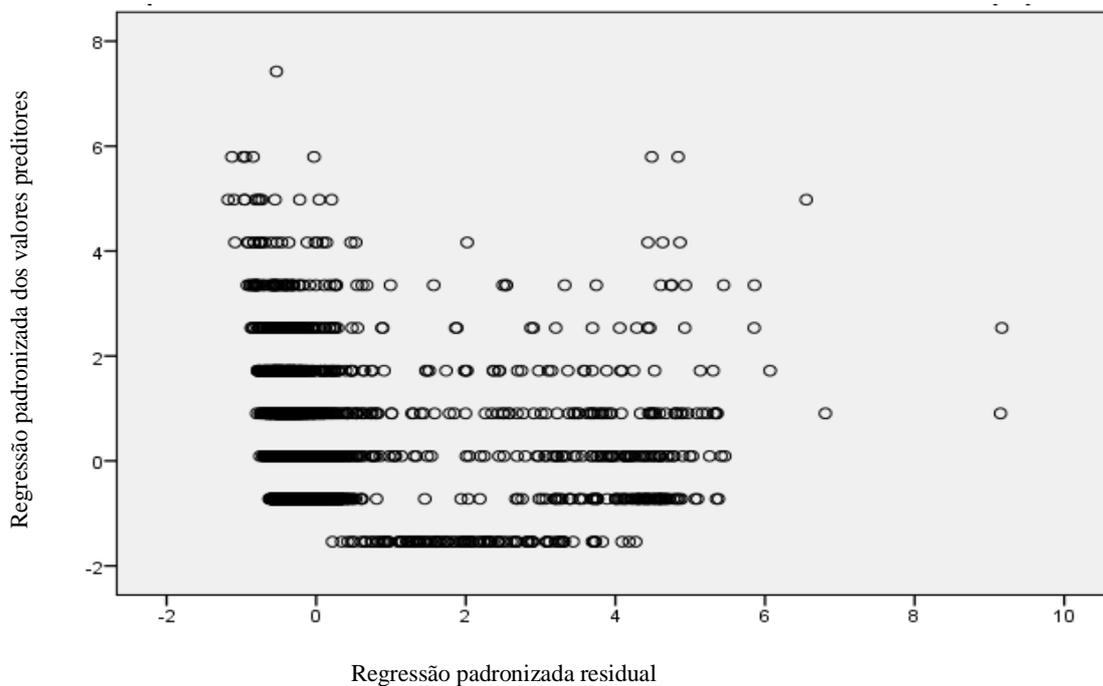
APÊNDICE E - Gráfico de dispersão que trata da relação entre os resíduos *versus* os valores ajustados (ou preditores) para a variável taxa de votos brancos e nulos em 2012*



Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

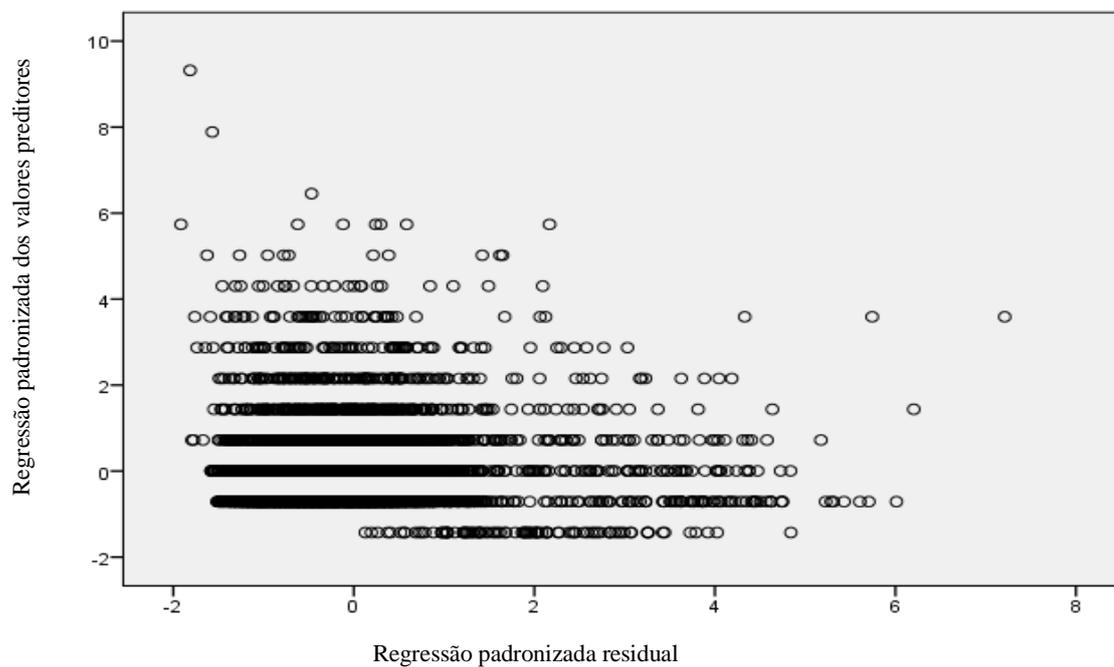
*Variável dependente: taxa de votos brancos e nulos (%) -2012.

APÊNDICE F - Gráfico de dispersão que trata da relação entre os resíduos *versus* os valores ajustados (ou preditores) para a variável taxa de abstenção em 2012*



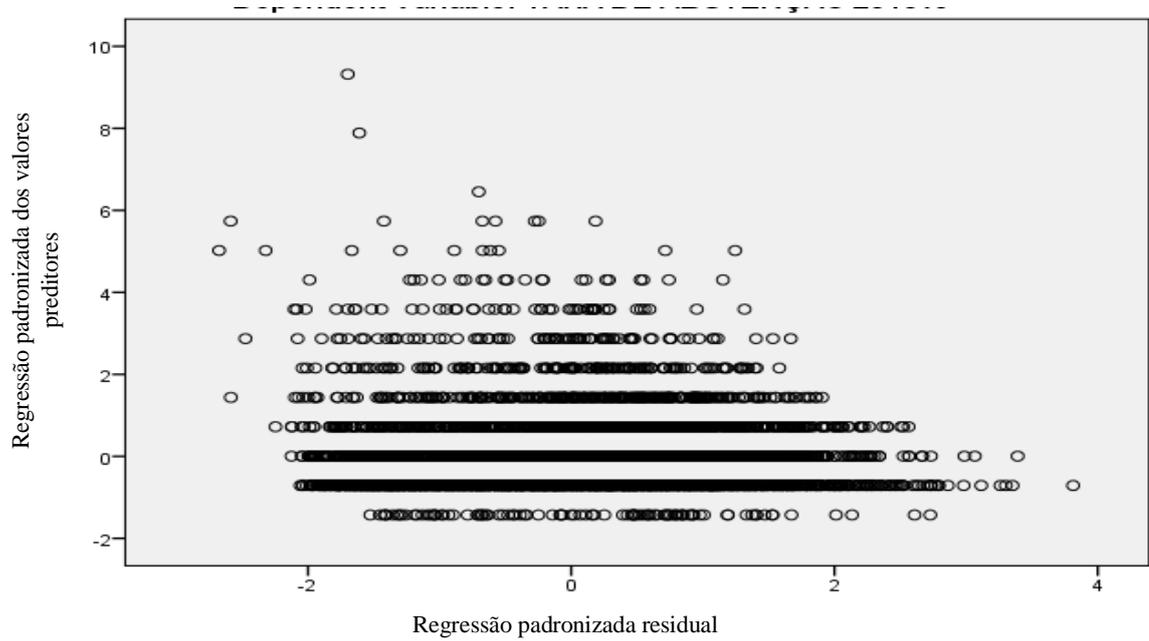
Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).
 *Variável dependente: taxa de abstenção (%) - 2012.

APÊNDICE G - Gráfico de dispersão que trata da relação entre os resíduos *versus* os valores ajustados (ou preditores) para a variável taxa de alienação eleitoral em 2016*



Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).
*Variável dependente: taxa de alienação eleitoral (%) -2016.

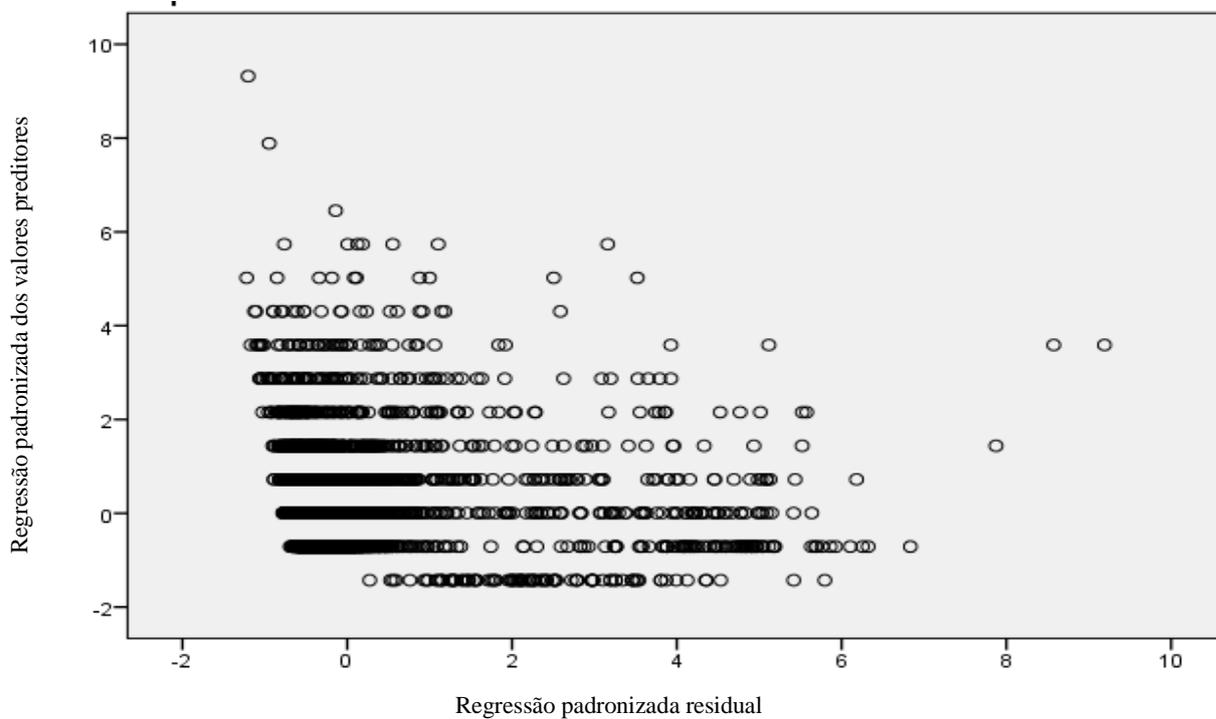
APÊNDICE H - Gráfico de dispersão que trata da relação entre os resíduos *versus* os valores ajustados (ou preditores) para a variável taxa de votos brancos e nulos em 2016*



Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Variável dependente: taxa de votos brancos e nulos (%) -2016.

APÊNDICE I - Gráfico de dispersão que trata da relação entre os resíduos *versus* os valores ajustados (ou preditores) para a variável taxa de abstenção em 2016*



Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Variável dependente: taxa de abstenção (%) -2016.

***Resultado do *post hoc* para comparação de pares envolvendo as eleições de 2012
(Kruskal-Wallis)**

APÊNDICE J - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável comparecimento eleitoral no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 2- grupo 0	776,302	157,548	4,927	0,000	0,000
grupo 2-grupo 1	777,026	43,580	17,830	0,000	0,000
Grupo 0-grupo 1	-0,724	157,892	-0,005	0,996	1,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE K - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos brancos no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-731,550	43,580	-16,786	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	3.126,760	157,892	19,803	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	2.395,210	157,548	15,203	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE L - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos nominais no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 0- grupo 2	-2.141,185	157,548	-13,591	0,000	0,000
grupo 0-grupo 1	-2.902,329	157,892	-18,382	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 1	761,143	43,580	17,465	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE M - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos nulos no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-612,470	43,580	-14,054	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.605,658	157,892	16,503	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	1.993,188	157,548	12,651	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE N- Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável abstenções no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 0	0,808	157,892	0,005	0,996	1,000
grupo 1-grupo 2	-777,489	43,580	-17,840	0,000	0,000
Grupo 0-grupo 2	-776,680	157,548	-4,930	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE O - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável alienação eleitoral no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-884,155	43,580	-20,288	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.669,064	157,892	16,904	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	1.784,908	157,548	11,329	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE P - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos brancos e nulos no pleito de 2012*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-759,998	43,580	-17,439	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.901,780	157,892	18,378	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	2.141,782	157,548	13,594	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

***Resultado do *post hoc* para comparação de pares envolvendo as eleições de 2016 (Kruskal-Wallis)**

APÊNDICE Q - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável comparecimento eleitoral no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 2- grupo 1	844,370	43,589	19,371	0,000	0,000
grupo 2-grupo 0	845,011	167,560	5,043	0,000	0,000
Grupo 1-grupo 0	0,641	168,000	0,004	0,997	1,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE R - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos nominais no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 0- grupo 2	-2.108,499	167,560	-12,584	0,000	0,000
grupo 0-grupo 1	-2.895,276	168,000	-17,234	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 1	786,776	43,589	18,050	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE S - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos brancos no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-677,841	43,589	-15,551	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	3.093,573	168,000	18,414	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	2.415,732	167,560	14,417	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE T - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos nulos no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-723,886	43,589	-16,607	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.732,826	168,000	16,267	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	2.008,941	167,560	11,989	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE U - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável alienação eleitoral no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-954,591	43,589	-21,900	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.695,580	168,000	16,045	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	1.740,989	167,560	10,390	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE V - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável votos brancos e nulos no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-775,841	43,589	-17,799	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.925,484	168,000	17,414	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	2.149,642	167,560	12,829	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

APÊNDICE W - Resultado da comparação de pares entre os grupos 0- candidatura única, grupo 1- eleições acirradas e grupo 2- eleições competitivas para a variável abstenções no pleito de 2016*

Amostra 1-Amostra 2	Teste estatístico	Erro padrão	Teste estatístico padrão	Sig.	Sig. Ajustado
grupo 1- grupo 2	-775,841	43,589	-17,799	0,000	0,000
grupo 1-grupo 0	2.925,484	168,000	17,414	0,000	0,000
Grupo 2-grupo 0	2.149,642	167,560	12,829	0,000	0,000

Fonte: Dados disponíveis no repositório do TSE (2018).

*Para cada linha do teste a hipótese nula é de que a amostra 1 e a 2 tem a mesma distribuição. A significância assintótica é exibida. O nível de significância é de 0,05.

***Resultado do teste de regressão linear múltipla para variáveis políticas e socioeconômicas durante as eleições municipais brasileiras de 2012**

APÊNDICE X - ANOVA envolvendo as variáveis políticas e socioeconômicas para análise da alienação eleitoral nos municípios brasileiros em 2012

ANOVA ^a						
Modelo	Resumo dos quadrados	Df	Média do quadrado	F	Sig.	
1	Regressão	15,256	1	15,256	388,559	0,000 ^b
	Resíduos	218,340	5561	0,039		
	Total	233,596	5562			
2	Regressão	50,973	2	25,487	775,953	0,000 ^c
	Resíduos	182,622	5560	0,033		
	Total	233,596	5562			
3	Regressão	67,424	4	16,856	563,788	0,000 ^d
	Resíduos	166,172	5558	0,030		
	Total	233,596	5562			

a. Variável dependente: Taxa de alienação eleitoral 2012 (%)- ABST+VB+VN (padronizado)

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012(padronizado)

d. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012(padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

APÊNDICE Y - ANOVA envolvendo as variáveis políticas e socioeconômicas para análise da taxa de votos brancos e nulos nos municípios brasileiros em 2012

ANOVA ^a						
	Modelo	Resumo dos quadrados	Df	Média do quadrado	F	Sig.
1	Regressão	15,679	1	15,679	216,427	0,000 ^b
	Resíduos	402,873	5561	0,072		
	Total	418,552	5562			
2	Regressão	45,124	2	22,562	335,924	0,000 ^c
	Resíduos	373,428	5560	0,067		
	Total	418,552	5562			
3	Regressão	52,380	4	13,095	198,763	0,000 ^d
	Resíduos	366,172	5558	0,066		
	Total	418,552	5562			

a. Variável dependente: Taxa de votos brancos e nulos 2012(%) padronizado

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012 (padronizado)

d. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

APÊNDICE Z - ANOVA envolvendo as variáveis políticas e socioeconômicas para análise da abstenção eleitoral nos municípios brasileiros em 2012

ANOVA ^a						
Modelo	Resumo dos quadrados	df	Média do quadrado	F	Sig.	
1	Regressão	13,180	1	13,180	353,744	0,000 ^b
	Resíduos	207,191	5561	0,037		
	Total	220,371	5562			
2	Regressão	56,227	2	28,113	952,272	0,000 ^c
	Resíduos	164,144	5560	0,030		
	Total	220,371	5562			
3	Regressão	80,607	4	20,152	801,378	0,000 ^d
	Resíduos	139,764	5558	0,025		
	Total	220,371	5562			

a. Variável dependente: taxa de abstenção (%) padronizado

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012 (padronizado)

d. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2012, total do eleitorado apto 2012 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

***Resultado do teste de regressão linear múltipla para variáveis políticas e socioeconômicas durante as eleições municipais brasileiras de 2016**

APÊNDICE AA - ANOVA envolvendo as variáveis políticas e socioeconômicas para análise da alienação eleitoral nos municípios brasileiros em 2016

ANOVA ^a						
Modelo		Resumo dos quadrados	df	Média do quadrado	F	Sig.
1	Regressão	21,288	1	21,288	506,204	0,000 ^b
	Resíduos	233,868	5561	0,042		
	Total	255,156	5562			
2	Regressão	67,686	2	33,843	1003,714	0,000 ^c
	Resíduos	187,470	5560	0,034		
	Total	255,156	5562			
3	Regressão	74,164	4	18,541	569,362	0,000 ^d
	Resíduos	180,993	5558	0,033		
	Total	255,156	5562			

a. Variável dependente: taxa de alienação eleitoral 2016-ABST+VB+VN (%) padronizado

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado)

d. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

APÊNDICE AB - ANOVA envolvendo as variáveis políticas e socioeconômicas para análise da taxa de votos brancos e nulos nos municípios brasileiros em 2016

ANOVA ^a						
	Modelo	Resumo dos quadrados	df	Média do quadrado	F	Sig.
1	Regressão	27,197	1	27,197	364,842	0,000 ^b
	Resíduos	414,541	5561	0,075		
	Total	441,738	5562			
2	Regressão	83,583	2	41,792	648,775	0,000 ^c
	Resíduos	358,154	5560	0,064		
	Total	441,738	5562			
3	Regressão	86,270	4	21,568	337,226	0,000 ^d
	Resíduos	355,467	5558	0,064		
	Total	441,738	5562			

a. Variável dependente: taxa de votos brancos e nulos 2016 (%) padronizado

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado)

d. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).

APÊNDICE AC - ANOVA envolvendo as variáveis políticas e socioeconômicas para análise da abstenção eleitoral nos municípios brasileiros em 2016

ANOVA ^a						
	Modelo	Resumo dos quadrados	df	Média do quadrado	F	Sig.
1	Regressão	17,614	1	17,614	395,103	0,000 ^b
	Resíduos	247,918	5561	0,045		
	Total	265,532	5562			
2	Regressão	61,507	2	30,753	838,079	0,000 ^c
	Resíduos	204,025	5560	0,037		
	Total	265,532	5562			
3	Regressão	75,600	4	18,900	553,069	0,000 ^d
	Resíduos	189,932	5558	0,034		
	Total	265,532	5562			

a. Variável dependente: taxa de abstenção2016(%) padronizado

b. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016

c. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado)

d. Preditores: (Constante), Competitividade eleitoral 2016, total do eleitorado apto 2016 (padronizado), IDHM (padronizado), total pop. urbana (padronizado)

Fonte: Dados disponíveis no portal Atlas Brasil-PNUD e repositório do TSE (2018).